O negro no mundo dos ricos

Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010

Emerson Ferreira Rocha

O negro no mundo dos ricos

O negro no mundo dos ricos

Um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010

Emerson Ferreira Rocha

Equipe editorial

Coordenadora de produção editorial Luciana Lins Camello Galvão
Preparação e revisão Talita Guimarães Sales Ribeiro e Denise Costa
Diagramação Marina D. L. Cunha

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

R672 Rocha, Emerson Ferreira.
O negro no mundo dos ricos : um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010 / Emerson Ferreira Rocha. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2019.
218 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-230-0992-2.

1. Desigualdade racial. 2. Desigualdade de renda. 3. Riqueza – Brasil. 3. Educação - Brasil. I. Título.
CDU 301.172.1(81)

Impresso no Brasil

Lista de tabelas

Lista de gráficos

Sumário

Prefácio

O Brasil é um país construído sobre desigualdades raciais. E foi já em seus primeiros passos no país que a Sociologia levou isso a sério. O livro de Emerson Rocha é um debate com uma tradição longa e um problema perene da história brasileira. Seu esforço é por explicar por que a renda dos negros é menor que a dos brancos. O caminho para isso é olhar para os ricos. A lógica é simples, se os ricos detêm a maior fração da renda, uma parte grande da desigualdade pode ter origem em diferenças no topo da distribuição. Diferentemente de muito que foi feito sobre desigualdade racial no Brasil, o foco de Emerson não é na pobreza, mas nas diferenças nos níveis de riqueza e na formação de elites. O que não falta a este livro é mérito.

O assunto é extremamente importante: riqueza é poder, um poder que define os destinos das pessoas. Mais do que simplesmente perguntar por que é tão difícil para um negro ser rico, o autor, no fundo, está preocupado em identificar quem tem poder no Brasil, o porquê desse poder ser tão concentrado e as razões para isso não ter mudado como deveria. Não é apenas um livro sobre relações raciais, é um livro sobre hierarquias quase perpétuas.

Há vários tipos de igualdade desejável, uns mais, outros menos ambiciosos. As disparidades raciais são um sinal claro da falta de igualdade mais elementar, a de oportunidades: as chances de se encontrar uma negra no topo da distribuição são muito menores do que as de se encontrar um branco. Além disso, o conjunto de negros no topo é mais pobre que o dos brancos. Em praticamente tudo que se refere

a hierarquia, a população negra está em condições piores e, mesmo nos casos em que as condições iniciais são niveladas, o racismo aparece como freio que contém os negros que superam obstáculos, um peso que os impede de alçar voo.

O que, exatamente, está por trás disso, não se sabe bem. Se uma parte é herança de um passado infame, certamente há, ainda hoje, forças que são inaceitáveis atuando. Os negros não são meros escravos de um passado escravista, são também escravos de um presente racista. Seu acesso ao poder para mudar isso, lembra o livro, é limitado por ações difusas e raramente explícitas: discriminação no sistema de ensino, no mercado de trabalho, na imprensa e nas artes, na estética, nas regras culturais de formação de família, em muitos costumes e, talvez principalmente, na resistência conveniente de um deixe-estar em relação às desigualdades raciais que ignora a existência do problema ou se recusa a enfrentá-lo. As desigualdades raciais não são o único problema do país, mas isso não faz com que deixem de ser um problema fundamental.

Para tratar desse problema o livro é um ponto de partida e um ponto de chegada. De partida porque abre as portas da exploração de coisas novas, sobre as quais conhecemos pouco, mas que a intuição sugere ser caminhos promissores para se entender por que a população negra está em desvantagem, tão grande e tão sistemática, em relação à branca. E de chegada porque apresenta conclusões sólidas e confiáveis para que sobre elas se construam argumentos e interpretações.

Porém, nenhum ponto de chegada é definitivo, e nisso o livro não é ingênuo, nem arrogante: trata o que faz como algo que um dia pode ser revisto, mas cuja revisão exigirá um trabalho da mesma qualidade. Emerson é honesto, aponta sempre que pode as vulnerabilidades do que faz, e foge ininterruptamente da interpretação rasteira. Assim como não espera que ninguém negue o papel que a raça tem na manutenção da desigualdade no Brasil, tampouco nega ele a importância da origem social que limita a ascensão dos negros. Uma de suas ideias, aliás, é de que uma trança de várias coisas, algumas das quais nem conhecemos direito, é o que faz a desigualdade brasileira ser tão alta.

O argumento principal do livro é o de que existe um conjunto de forças que resiste à presença de negros no topo da hierarquia social. Não é um impedimento, no sentido de restrição absoluta, mas uma limitação que torna essa presença difícil. A consequência disso é que os negros podem avançar, mas há uma fronteira para isso. Nos termos do livro, funcionam no Brasil mecanismos de acomodação das relações raciais em posições de classe. Em termos mais mundanos, negros são bem-vindos, desde que saibam seu lugar, e que esse lugar não seja muito alto. Esse conjunto difuso de forças limitantes, que geralmente embalamos no pacote chamado discriminação, cresce à medida que se avança nas hierarquias. Ou seja, a discriminação é maior quanto mais ricos vão se tornando os negros.

Esse jogo entre classe e raça vai na direção oposta das teorias de branqueamento por enriquecimento. Um negro rico não é branco, é um negro que ocupa uma posição de classe mais alta do que brancos pobres, mas ainda assim em desvantagem em relação aos brancos ricos. A classe dá *status* positivo, mas o efeito da raça é negativo. Para o negro mais rico, aliás, é maior a desvantagem. Nos pontos mais altos da distribuição de renda é mais difícil para as pessoas negras transformar seus recursos pessoais em riqueza – a educação dos negros, por exemplo, é menos valorizada que a dos brancos. A das mulheres negras, então, vale ainda menos. Nos casos em que a valorização é similar, como nas formações profissionais de elite, os gargalos de entrada são tão severos que a presença de negros é muito baixa. Muita igualdade se ganharia se a entrada nesses níveis educacionais fosse maior, mas isso tampouco seria uma panaceia.

Em consonância com boa parte da literatura sobre ricos no Brasil, Emerson encontra que os fatores que explicam as disparidades raciais de riqueza não são os mesmos que explicam diferenciais no resto da distribuição. Por essa razão, aquilo que na média explica parte das desigualdades raciais de renda não serve bem para explicar as desigualdades no topo. Podem haver fatores regulares que determinam em que medida um negro pode se tornar rico, mas esses fatores não são bem observados pelas pesquisas de que dispomos.

Assim, quanto maior o nível de renda, maiores as implicações da discriminação contra a população negra e, portanto, maior a dificuldade para superá-la. São os mecanismos de acomodação das relações sociais em ação: tolerância na base, mas resistência no topo.

Marcelo Medeiros

Introdução

Os estudos sobre relações raciais são tão antigos quanto as Ciências Sociais no Brasil. Tiveram início durante a primeira metade do século XX e participaram da própria formação e institucionalização dessa disciplina. Àquela época, tinha vulto ainda a sombra das teorias raciais científicas, firmadas no país durante a segunda metade do século anterior. À *intelligentsia*, aos burocratas e a atores políticos, essas teorias davam forma a certas preocupações sobre a construção do país e da nação. Sem embargo, uma das grandes preocupações daqueles que estavam de algum modo à frente do *state bulding* era se a população brasileira, o conjunto de indivíduos concretos habitando o território nacional, seria bom material para a formação do "povo brasileiro", entidade simbólica com repercussões muito materiais ao vincular uma série de investimentos estratégicos tanto no âmbito do Estado quanto do mercado. A composição racial da população brasileira foi um grande imbróglio nesse sentido, e, resumindo em poucas linhas uma longa história, a solução a que se chegou foi um projeto de miscigenação seletiva, rumo ao clareamento.

A implementação desse projeto não ocorreria por meio de esforços para regulamentar oficialmente as relações inter-raciais. Com efeito, o projeto foi parte das motivações para a política imigratória, que intentava infundir sangue europeu no então chamado caldeamento racial e que acabou, além disso, ocasionando a formação de comunidades racialmente isoladas. Mas a imigração parece ter sido a única grande política de Estado claramente orientada pelo projeto de eugenia. No mais,

esse projeto se materializou de modo mais difuso, tanto no âmbito institucional quanto no da sociedade de maneira mais ampla. Essa materialização ocorreu pela discriminação e pela atualização do estigma da cor nos ambientes de ensino, nas ações de segurança pública, nas de saúde, no mercado de trabalho, na imprensa e nas artes (mesmo com os ambivalentes esforços do Modernismo para incorporar o popular nas figuras do negro, do mestiço e do sertanejo na narrativa do nacional). Ocorreu também pela falta de ações para a integração da população antes escrava à sociedade de classes e pelo próprio preconceito espraiado no nível das atitudes e dos costumes. Foi por essas vias, difusas e mais ou menos dispersas, porém intencionais e articuladas pelo fio condutor da aversão ao negro, que o projeto de miscigenação seletiva tomou curso. Muito menos por uma política centralizada, plenamente articulada, e muito mais por essa espécie de *laissez-être* de um racismo então muito consolidado no imaginário social, em todos os segmentos da população.

Naquele tempo, outras partes do mundo viviam seus próprios problemas com a questão racial, adotando "soluções" muito mais radicais. Os norte-americanos, principalmente, olharam para o Brasil com muita curiosidade, vendo um elucidativo contraste. Seus investimentos em pesquisa aqui foram cruciais para o desenvolvimento dos nossos estudos sobre relações raciais. A solução brasileira era certamente menos rígida e traumática e parecia menos problemática. Despertava a atenção um país em que as heranças do colonialismo e da escravidão não teriam, tendia-se a acreditar, produzido discriminação e conflitos raciais. Hoje em dia, podemos saber que os contrastes se deviam não tanto ao fato de existirem ou não relações raciais discriminatórias entre os americanos lusófonos, mas sim a diferenças entre os modos como o Estado, oficial e oficiosamente, atuou na mediação dessas relações.

A comparação com os Estados Unidos tornou-se algo tão constitutivo às grandes interpretações sobre relações raciais no Brasil, que é impossível discutir essas interpretações sem retomá-la. Por isso, tal comparação se faz presente neste livro. Retomada criticamente, ela servirá para desatar alguns nós por ela mesma criados no debate. Além disso, permitirá retraçar o desenvolvimento de modelos e técnicas

que foram essenciais para os estudos empíricos no Brasil. O diálogo com a produção norte-americana ultrapassa o tempo dos estudos pioneiros da primeira década do século XX e chega, com outra configuração e outros objetivos, aos estudos quantitativos mais recentes. Nesse segundo momento, não mais com o intuito de contrastar dois grandes modelos civilizacionais no que concerne às relações raciais, e sim com o objetivo de mobilizar recursos metodológicos que facilitem a investigação da extensão dos efeitos da discriminação racial sobre as chances de vida, assim como a investigação dos mecanismos pelos quais ela opera.

No atual estado da arte das pesquisas brasileiras, já se sabe bastante sobre como a desigualdade racial se comporta em nível agregado. Sabe-se que a maior parte da desigualdade racial é mediada por fatores como a desigualdade educacional. Sabe-se também que, mesmo controlando-se os efeitos desses fatores de mediação, identifica-se ainda uma desvantagem líquida associada à condição de negro, o que indica que o preterimento direto de pessoas dessa cor cumpre um papel relevante na disputa por oportunidades socioeconômicas.

Contudo, muito pouco se conhece sobre os mecanismos que geram a disparidade racial na composição dos grupos mais ricos. À primeira vista, pode-se pensar que essa questão não traz grandes desafios. Sendo a composição do grupo dos ricos um aspecto da distribuição dos rendimentos, o conhecimento que se tem sobre a desigualdade racial de renda em geral poderia se aplicar diretamente à disparidade racial de riqueza. Mas não é bem assim. A relação entre fatores explicativos e a desigualdade de renda, em geral aferida em torno da média, não é necessariamente a mesma quando se consideram as rendas mais elevadas. Além disso, ainda que os mesmos fatores expliquem a disparidade de riqueza, seu comportamento pode diferir consideravelmente. Os mecanismos subjacentes que explicam as probabilidades de riqueza não são necessariamente os mesmos que explicam as diferenças de rendimento em outras regiões da distribuição.

A pesquisa quantitativa sobre a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos no Brasil inicia-se já na década de 1950, mas é a partir do final da década de

1970 que aplicações baseadas em técnicas mais sofisticadas consolidam um campo de estudos de caráter rigorosamente analítico. Mais especificamente, as pesquisas sobre desigualdade racial de renda têm se dedicado especialmente à mensuração da desvantagem de renda diretamente associada à condição racial das pessoas. Técnicas de regressão e, especialmente, exercícios de decomposição com seus resultados têm sido utilizados para atestar que parte considerável dos diferenciais de renda média entre negros e brancos pode ser atribuída a práticas de discriminação racial (MATOS; MACHADO, 2006; CAMPANANTE *et al*., 2004). Já um número mais restrito de estudos tem dado atenção ao comportamento diferencial da desigualdade racial em posições socioeconômicas diversas, indo além da análise da disparidade racial entre as rendas médias.

Nesse último caso, estudos de caráter mais descritivo mostram a reduzida presença de negros nos estratos de renda mais elevada e a consequente diferença de forma entre as distribuições de renda no interior de cada grupo racial (HERINGER, 2002). Já os estudos que utilizam modelos explicativos têm mostrado que as desvantagens diretamente associadas à condição racial são maiores nas posições mais elevadas da distribuição de renda (SOARES, 2000; BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004), o que também é corroborado por estudos sobre mobilidade social entre gerações (RIBEIRO, 2006; FERREIRA, 2001; HASENBALG; SILVA, 1998) e por estudos sobre a mediação da desigualdade educacional por posições de classe (SANTOS, 2005a; NUNES; VILASBOAS, 2016).

Esse comportamento da desigualdade racial ao longo da hierarquia socioeconômica não tem recebido, contudo, suficiente atenção do ponto de vista de suas implicações para a discussão teórica sobre relações raciais no Brasil. O principal argumento deste livro é o de que a intensificação da desigualdade racial em estratos de renda mais elevada é a manifestação de um princípio subjacente que articula condição racial e classes sociais. Esse princípio será chamado de “acomodação das relações raciais em posições de classe” e consiste num esquema de organização social implícito que estabelece uma contradição entre a condição de negro e

as posições de elevado *status* socioeconômico. Em outras palavras, as práticas de discriminação seriam regidas por um princípio que resiste à presença de negros em posições de *status* mais elevado. Disso decorrem maiores níveis de desigualdade atribuíveis a práticas de discriminação quando estão em questão posições mais altas na hierarquia social. De modo bem simples, quanto maior o nível socioeconômico, maiores as implicações socioeconômicas da discriminação contra os negros, já que a presença deles nessas posições contraria o princípio que articula duas dimensões na formação de *status*: a classe social e a condição racial. Os negros em condição econômica afluente ocupam uma posição contraditória de *status*: a classe social lhes confere *status* positivo, enquanto a raça opera no sentido oposto. Essa contradição não parece ser de natureza meramente aditiva, com os negros ricos tendo uma espécie de desconto de *status*. Como já apontado, a natureza dessa contradição é, antes, interativa, com a penalidade de reconhecimento sendo intensificada pela ascensão econômica. É como se, no nível agregado, a discriminação racial se comportasse no sentido de reagir a rupturas com a disposição "natural" dos grupos raciais no espaço social. Uma pessoa negra ocupando posição de classe afluente constitui tal ruptura.

Tudo isso reveste de especial interesse o estudo sobre a disparidade racial de riqueza. Trata-se de estudar a desigualdade racial em uma região no espaço social em que a discriminação, ao que tudo indica, ganha *momentum*. Além disso, é importante saber como passam a se comportar os fatores de mediação da desigualdade racial. As desvantagens educacionais da população negra cumprem aí o mesmo papel que cumprem em geral? Ou será que sua relevância se acentua? Mais ainda, em se tratando da chance de estar entre aqueles com maiores rendimentos, a distribuição dos grupos raciais pelas diferentes áreas de formação superior deve ter um impacto relevante. Nem toda formação superior está igualmente relacionada à afluência econômica.

Os exercícios empíricos deste livro procuram distinguir as causas da disparidade racial de riqueza em três grandes grupos: (i) a educação formal, principal fator de mediação da desigualdade racial de renda; (ii) a discriminação racial; e (iii) fatores não observados pelo Censo Demográfico. Esse último conjunto de causas

é difícil de interpretar pela razão óbvia de reunir fatores desconhecidos. Ainda assim, o fato de as técnicas de análise utilizadas oferecerem essa grandeza como resíduo ajuda a apurar mudanças nos mecanismos de mediação da desigualdade racial em se tratando dos ricos. Como será visto, no topo da distribuição de renda, a educação formal explica menos da desigualdade de renda em comparação ao que ocorre em outras regiões relativamente elevadas dessa distribuição. Há, portanto, entre os mais ricos, uma dinâmica específica de capitais.

O tema da riqueza também está diretamente relacionado ao tema das elites. Embora, em sentido amplo, a condição de rico possa ser considerada uma posição de elite, é mais condizente com a teoria clássica sobre o tema definir elites por relação ao exercício de controle sobre instituições. É possível operacionalizar tal definição a partir dos dados sobre ocupação disponíveis no Censo Demográfico, embora relaxando-se em alguma medida restrições conceituais em termos do nível de poder em questão. Esse relaxamento, antes de ser um problema, é uma solução em se tratando do estudo sobre a presença de negros nas elites. Dado o pequeno acesso desse grupo racial a esses círculos, uma definição mais abrangente acaba se impondo à análise. Como será visto, a literatura sobre negros nas elites tende, em geral, a considerar como “elite” grupos relativamente menos poderosos, onde se pode contabilizar uma presença mais expressiva de pessoas negras.

Tendo, de um lado, um grupo de ricos definido com base na distribuição de renda e, de outro lado, um conjunto de segmentos de elite, definidos com base no exercício de controle sobre instituições, é investigada a relação entre riqueza e poder, que se refere basicamente ao pertencimento simultâneo ao grupo dos ricos e a algum segmento de elite. A hipótese é a de que, para os negros, a associação entre riqueza e poder seja, em geral, mais fraca do que para os brancos. Espera-se também que essa associação varie entre os diferentes segmentos de elite, sendo especialmente fraca na esfera econômica e relativamente mais forte em se tratando de posições no Estado, como sugere a pequena produção sobre o tema no Brasil e, também, a produção mais expressiva nos Estados Unidos.

Este livro se organiza da seguinte maneira:

O primeiro capítulo se concentra na definição dos grupos raciais. O livro trabalha com a opção usual de agregar os declarados pretos ou pardos num mesmo grupo. Embora habitual, essa opção nos parece merecer uma justificação mais cuidadosa. Para tanto, são revistos trabalhos que apontam para a validade do instrumento utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para captar raça, assim como a adequação, para estudos sobre estratificação social, da definição do grupo dos negros como a união entre pretos e pardos. Além disso, é realizado um exercício de validação de construto para esse procedimento de agregação. Antes disso, o capítulo apresenta a amostra delimitada para esse estudo, assim como as variáveis utilizadas nos exercícios empíricos. Observe-se que, ao longo do livro, o trato com os resultados obtidos a partir de modelos estatísticos segue orientações de boas práticas (HOETKER, 2007; TREIMAN, 2010) que prezam pela apresentação intuitiva por meio de gráficos ou de tabelas sintéticas. Esse tipo de exposição é muito mais informativo que a simples apresentação de tabelas de coeficientes, que, em alguns casos, sequer podem ser interpretadas diretamente.

O segundo capítulo se dedica à discussão da produção sobre relações raciais, e apresenta a orientação teórica geral da pesquisa. A primeira seção se dedica a uma revisão crítica da literatura brasileira, mostrando como, pela comparação com o caso norte-americano, veio a se construir a ideia de que existiria um "racismo brasileiro". Essa ideia tende a certos equívocos, como o de tratar fenômenos bastante gerais, como a discriminação racial baseada no fenótipo, como uma especificidade nacional. A segunda seção oferece uma visão mais ampla das pesquisas sobre relações raciais no Brasil, identificando quatro grandes abordagens: a descritiva, a tipológica, a quantitativa e a estrutural. O presente livro se orienta por essa última. A seção final do capítulo revisa os estudos sobre pessoas negras afluentes, dedicando espaço considerável à produção norte-americana. Iniciada já na virada para o século XX, essa produção é muito mais vasta do que a brasileira, que, embora muito qualificada, é de volume tímido.

O terceiro capítulo estuda a desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Nele, são dadas evidências contundentes de que os efeitos da discriminação sobre a desigualdade racial de renda são mais acentuados entre aqueles no topo da distribuição. Como forma de contribuir para a validade desses resultados, técnicas diferentes são utilizadas, obtendo-se resultados convergentes. Tal comportamento dos efeitos da discriminação racial, condicionais à posição na estrutura socioeconômica, motiva o argumento de que existe um princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe. Embora, nesse nível de abstração, a interpretação proposta não possa ser diretamente testada pelos exercícios empíricos realizados, os resultados dão apoio à ideia de que a discriminação não ocorre apenas pela existência generalizada de certas disposições com relação às pessoas de cor. Antes, ela parece operar por uma estrutura de expectativas que têm como base um mapeamento normativo implícito da disposição dos grupos raciais no espaço social.

O quarto capítulo estuda as particularidades da distribuição de renda no interior de cada grupo racial e como essas distribuições se relacionam com a desigualdade de renda na população em geral. Por meio de simulações com Índice de Theil decomposto entre grupos, projeta-se o que aconteceria com a desigualdade de renda geral caso se alterassem os padrões de desigualdade racial de renda. Simula-se o que aconteceria caso a distribuição de renda dos negros se aproximasse da distribuição de renda dos brancos em termos de forma, de nível ou de ambos. A principal conclusão substantiva é a de que desigualdade racial de renda e desigualdade de renda em geral, embora relacionadas, constituem processos distintos. Em suma, a reversão da desigualdade racial de renda não implica, necessariamente, reversão da desigualdade de renda em geral. Finalmente, utilizando uma variação das medidas FGT, proposta por Medeiros (2005), apresenta-se uma medida da disparidade racial de riqueza, distinguindo-a em termos de composição e de nível. Não só os negros perfazem minoria entre os mais ricos (i.e., disparidade de composição) como, dentre os mais ricos, têm menor renda (i.e., disparidade de nível).

O quinto capítulo explora a mediação educacional da disparidade racial na composição do grupo dos ricos. Quantifica-se o potencial que a eliminação das desigualdades educacionais entre negros e brancos teria para a correção dessa disparidade. Diferenças em função do sexo também são consideradas, com o objetivo de investigar as condições críticas vivenciadas especificamente pelas mulheres negras. Investiga-se também o papel de diferenças raciais nas próprias condições para a conversão de níveis educacionais em oportunidades de alta renda. Os grupos raciais diferem não apenas em níveis educacionais. O quanto determinado nível educacional se converte em chances de renda também não é o mesmo para brancos e negros, estando os últimos em patente desvantagem. Evidências disso são obtidas por meio de uma bateria de simulações. Embora os resultados sejam sensíveis a certas opções operacionais eminentemente arbitrárias, eles apontam consistentemente para a grande relevância dessa fonte de disparidade de riqueza entre negros e brancos, especialmente em se tratando das mulheres negras.

O sexto e último capítulo investiga disparidades raciais na associação entre riqueza e poder, compreendido no sentido estrito do exercício de controle sobre instituições. Destacam-se as fortes barreiras raciais para que negros assumam controle operacional sobre firmas e também – o que poderia ser, em tese, pouco esperado – sobre organizações da sociedade civil, embora, nesse último caso, os resultados devam ser vistos com cautela, em razão de limitações operacionais devidamente expostas no capítulo. Esses padrões de associação entre riqueza e poder também diferem de acordo com o sexo, revelando uma situação especialmente crítica em se tratando das mulheres negras.

1 Os grupos raciais

Falar em desigualdade racial de um modo objetivo pressupõe que sejamos capazes de definir grupos distintos, atribuindo a cada um deles um *status* racial específico. Embora esse tipo de procedimento seja já amplamente praticado em estudos acadêmicos e tenha atestada validade para a explicação da distribuição diferencial de recursos escassos, os procedimentos utilizados para essa classificação não são unívocos nem parecem estar completamente claros para o público mais amplo. Além do grau de opacidade que sempre caracteriza a comunicação entre o discurso acadêmico e os discursos no espaço público mais abrangente, lançam-se sobre essa questão algumas complicações no nível do imaginário social.

Com efeito, temos, em geral, a imagem de que a discriminação racial no Brasil tem algo de especialmente indefinido, que as fronteiras entre os grupos de cor são bastante fluidas e sujeitas a redefinições situacionais. Por um lado, operamos cotidianamente com o índice da raça. Aspectos fenotípicos como os traços faciais, a forma dos cabelos e, sobretudo, a cor da pele têm significado operante para nós. A partir deles, nutrimos expectativas (negativas ou positivas), antecipamos juízos e modulamos condutas, quer dizer: discriminamos, no sentido mais rigoroso possível do termo. Isso ocorre, inclusive, muito frequentemente no nível pré-reflexivo, termo com o qual os cientistas sociais gostam de designar atitudes e comportamentos que ocorrem não exatamente de modo inconsciente, mas dispensando uma deliberação articulada.

Por outro lado, contudo, uma definição categórica de quem é negro nos parece fugidia. Somos sensíveis a diversas tonalidades de negritude. Somos também um país especialmente miscigenado. Além disso, não é generalizado entre nós um sistema explícito de regras costumeiras de conduta que rejam as interações sociais no que diz respeito ao crivo racial. É tudo muito "solto", por assim dizer, tudo muito casuístico. É como se não fizesse sentido falar em um agregado chamado de negros, definido por um condicionante social típico e estável. É como se existissem apenas indivíduos situados num espectro de cor/raça que, embora bem definido em seus extremos, mostra-se um tanto indeterminado em situações intermediárias. É como se existissem somente as situações em que o negro surge com sua pregnância, insinuando-se à percepção e, pelo bem ou pelo mal, sendo notado – no mais das vezes, pelo mal.

O trabalho com dados em larga escala é o que nos permite ir além dessas impressões. Não para simplesmente negá-las ou tratá-las como algo mentiroso, mas para identificar se e como, das incontáveis interações que ocorrem mediante as inúmeras contingências da vida, emergem padrões identificáveis. Neste capítulo, nosso objetivo é mostrar como, no que diz respeito à distribuição de renda, existem no Brasil dois grupos raciais bem definidos. Para tanto, é apresentada, primeiramente, a amostra em estudo e, em seguida, um exercício que atesta a pertinência em se considerar, para fins analíticos, a existência de um grupo de negros (i.e., a união entre os declarados pretos e os declarados pardos) e de um grupo de brancos.

1.1 A amostra em estudo

A coleta de dados do Censo Demográfico 2010 foi realizada entre agosto e outubro de 2010. Um conjunto restrito de questões, o questionário básico, foi aplicado a toda a população residente em domicílios em território nacional. Para uma amostra da população, foram levantadas informações mais detalhadas sobre educação, trabalho e rendimentos, além de outros aspectos. Essa amostra incluiu

6.192.332 domicílios, 10,7% do total de domicílios do país, perfazendo uma população de mais de 20 milhões de pessoas. A presente pesquisa utiliza essas observações, por trazerem informações necessárias à investigação, não contidas no questionário básico. Contudo, nem todas as observações da amostra são consideradas neste estudo. Muitas delas são excluídas de acordo com diversos critérios que delimitam a população a ser investigada.

No que se refere à captação de informações sobre os rendimentos, o Censo 2010 se assemelha às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad). Desde a década de 1990, as Pnad investigam rendimentos provenientes de diferentes fontes, não exclusivamente do trabalho. Contudo, embora abram esse leque, as pesquisas são orientadas para a identificação de fluxos regulares de renda. Quanto ao questionário do Censo 2010, especificamente, as fontes de rendimento investigadas podem ser organizadas em quatro categorias: (i) trabalho; (ii) aposentadorias ou pensões; (iii) programas sociais; e (iv) uma categoria residual denominada "outras fontes", que inclui possibilidades como juros, aplicações financeiras, aluguéis, planos de previdência privada, etc. O que se sabe é que, de modo geral, rendimentos do trabalho tendem a ser subdeclarados, especialmente entre os mais ricos e entre os trabalhadores informais, cujos fluxos de renda são menos regulares. Acredita-se, contudo, que as maiores distorções ocorram em se tratando de outras fontes, como juros e retiradas de aplicações financeiras.

Durante a apuração dos dados levantados pelo Censo 2010, houve crítica e imputação de rendimentos não declarados (os quais sabidamente não eram iguais a zero, mas foram omitidos pelo entrevistado), assim como de rendimentos declarados, porém considerados atípicos. Esses erros de mensuração podem ser em razão tanto de declarações distorcidas por parte do entrevistado quanto de problemas operacionais na implementação da pesquisa, já que o escrutínio dos dados permite que se deduza, embora não com absoluta certeza, a origem do problema. A concentração das ocorrências de um mesmo valor atípico em alguma localidade específica, por exemplo, é um indício de falha operacional naquela localidade.

A imputação dos dados, por sua vez, consiste na substituição dos valores faltantes ou dos considerados errados, segundo o processo de crítica, por valores considerados plausíveis de acordo com algum critério de atribuição. Os problemas potenciais com a imputação são de duas ordens. Primeiro, ela pode enviesar estimativas de valores pontuais, uma vez que os valores imputados podem diferir sistematicamente do que seria efetivamente observado. Em segundo lugar, a imputação tende a distorcer a variação da renda, uma vez que replica padrões médios (LIN, 2010; HAREL; ZOUHL, 2006). A rotina de imputação utilizada pelo IBGE é utilizada internacionalmente e combina procedimentos determinísticos com procedimentos de aleatorização, no intuito de imputar valores consistentes com padrões observados sem, contudo, subestimar a variabilidade dos dados (LIN, 2010).

Considerada sem expansão, a amostra utilizada no presente estudo contém 2,18% de observações com valores imputados para rendimento do trabalho principal. Essas observações estão bem distribuídas, apresentando, contudo, leve concentração nos extremos. Isso indica que os problemas de captação ocorreram, conforme o esperado, mais frequentemente entre domicílios e pessoas cujas características correlacionadas à renda (e.g., infraestrutura, escolaridade, ocupação) e, portanto, utilizadas para imputá-la, são tipicamente de pessoas pobres ou, por outro lado, ricas. Isso está de acordo com o que foi discutido anteriormente. Entre os mais pobres, encontram-se mais casos de rendimentos instáveis, advindos de atividade informal, especialmente sujeitos a erros de declaração. Já os mais ricos omitem com maior frequência as informações sobre rendimento.

Os rendimentos podem ser abordados em termos de renda individual ou de renda do grupo familiar. Para muitos propósitos de pesquisa, a última opção pode ser mais interessante. Os grupos familiares são grupos de cuidado mútuo e constituem uma unidade de organização de receitas e despesas. No presente trabalho, contudo, o interesse é relacionar a classificação racial das pessoas com o seu nível de rendimento. Por isso, tomar a renda a nível individual é mais adequado.

O questionário do Censo inquire o entrevistado sobre o seu rendimento bruto, anterior a descontos fiscais, previdenciários ou de qualquer outra ordem. Em pesquisas especificamente interessadas numa medida da renda disponível para consumo, pode ser importante considerar tais deduções. Na presente pesquisa, no entanto, utiliza-se o rendimento bruto como definidor, para cada pessoa, de uma posição relativa na distribuição de renda e como um indicador sintético de sua condição socioeconômica e de bem-estar.

Do ponto de vista da estratificação social, um dos pontos delicados no tratamento com rendimentos é que eles estão mais sujeitos a flutuações em comparação com outros indicadores de posição socioeconômica, como ocupação e escolaridade. Nesse sentido, nem sempre o rendimento do indivíduo declarado para o período de referência da pesquisa representa uma condição socioeconômica durável. Para as frações da amostra com rendimento mais baixo, essas dificuldades podem ser acentuadas pela prevalência de fluxos de renda especialmente instáveis. Como o foco desta pesquisa é o grupo dos ricos, optou-se por lidar com essa dificuldade excluindo-se os rendimentos inferiores a um salário mínimo que, à data de referência do Censo 2010 era de R$ 510,00.

Ainda no intuito de privilegiar informações sobre rendimentos que expressem posições duráveis na estratificação socioeconômica, estabeleceu-se um intervalo de idade para inclusão na amostra em estudo, o qual exclui pessoas em fase muito recente de suas carreiras. A idade mínima para inclusão também evita que padrões diferenciados de transição entre escola e trabalho afetem os resultados. Para pessoas mais jovens, a participação no mundo de trabalho está ainda relacionada a padrões de permanência nos ciclos de ensino, quer em função de grandes distorções entre idade e série ou do ingresso no ciclo superior de ensino, que, em muitos casos, adia a inserção definitiva no mercado de trabalho. Estabeleceu-se assim a idade mínima de 25 anos para inclusão na amostra em estudo.

Definir uma idade máxima para inclusão é igualmente importante. O tempo de vida em atividade laboral varia de acordo com a profissão. Para faixas de idade

mais avançadas, a distribuição das pessoas no mercado de trabalho fica distorcida a favor das ocupações que suportam uma vida laboral mais longeva. Foi adotado como teto para inclusão na amostra a idade de 60 anos. O resultado é uma população com pessoas com idade entre 25 e 60 anos, que auferem rendimento mensal igual ou superior a um salário mínimo.

A presente pesquisa diz respeito à desigualdade entre negros e brancos. Os grupos dos amarelos e dos indígenas não serão considerados. Vale salientar a eficiência do levantamento quanto à classificação racial. Apenas nove casos, numa amostra de mais de 4 milhões de pessoas, constam como "ignorado" no quesito "cor ou raça". Os amarelos são 1,01% da amostra, e os indígenas 0,22%. Amarelos distribuem-se pelas regiões geográficas e entre as zonas rural e urbana seguindo o mesmo padrão que o total da amostra. Já os indígenas distribuem-se quase uniformemente por todas as regiões e 30% deles estão em áreas rurais (contra apenas 12% da amostra como um todo). Quanto aos rendimentos, o grupo dos amarelos possui rendimento médio superior, mesmo ao dos brancos, e 1,5% deles estariam no grupo dos ricos. Já os indígenas contam com rendimentos médios de nível equiparável ao de pardos e de pretos e menos de 0,3% deles estariam no grupo dos ricos.

1.2 A agregação do grupo dos negros

Uma questão importante num estudo sobre estratificação racial refere-se à adequação das categorias empregadas pelo IBGE diante do repertório de categorias efetivamente utilizadas pelas pessoas, no dia a dia, para definir tipos raciais. A percepção de que, especialmente no Brasil, diversos matizes de fenótipo possuem relevância na dinâmica da discriminação racial oferece ainda mais razões para esse questionamento. As categorias empregadas pelo IBGE seriam suficientes para descrever as classificações que estão efetivamente em jogo na vida social? Será que, caso as pessoas pudessem se classificar livremente, os resultados da pesquisa seriam muito diferentes? As evidências mostram que não.

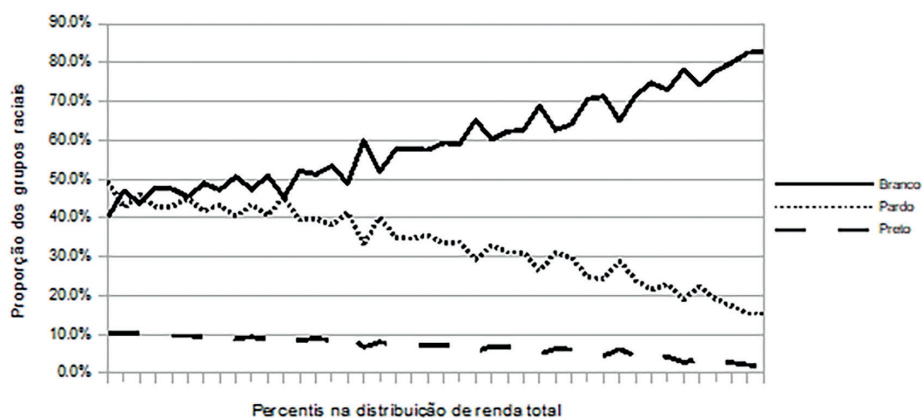
Isso pode parecer pouco intuitivo, dada a profusão de termos existentes para designar classificações raciais no Brasil, mas a verdade é que, quando as pessoas são convidadas a responder espontaneamente qual sua classificação racial, a maioria emprega as categorias utilizadas pelo IBGE, além de um pequeno número de outros termos que, não obstante, não destoam muito daquelas. Osório (2003) mostra que, nos levantamentos em que se procedeu com questões abertas sobre classificação racial, as categorias "preta", "parda", "branca" e "amarela", atualmente utilizadas pelo IBGE, são mencionadas espontaneamente por uma proporção que varia de 50% a 70% dos entrevistados. Dentre as demais respostas, a maioria se concentra nas classificações "morena" e "morena clara", para as quais o termo "pardo" representa uma tradução aceitável, assim como na classificação "clara", para a qual a categoria "branco" é uma alternativa satisfatória.

Espontaneamente, o termo "moreno" é mais utilizado pelas pessoas do que o termo "pardo". Isso pode sugerir que o primeiro seria preferível ao segundo para levantamentos de dados. Contudo, sabe-se que o termo "moreno" também é utilizado para denotar pessoas de tez branca e cabelos negros, o que não acontece com o termo "pardo". Desse modo, a utilização dessa categoria geraria um problema de classificação que o emprego do termo "pardo" evita: pessoas de pele branca que atribuam a si mesmas uma condição diversa da que a pesquisa pretende identificar. É muito importante notar que, ao responderem as perguntas, os entrevistados as interpretam. Quando o recenseador lhes oferece o quadro de opções, as pessoas compreendem que a questão não se refere a uma identidade moral ou ideologicamente constituída, mas sim à posição que elas tipicamente ocupam nos jogos de distinção racial no decorrer de suas vidas cotidianas. Ao que tudo indica, o termo pardo cumpre a contento a função de designar uma posição nesse sentido.

Resta, ainda, indagar sobre a validade da agregação de pretos e de pardos numa mesma categoria para fins analíticos. Uma revisão da produção empírica sobre relações raciais no Brasil mostra que a distinção entre pardos e pretos pode

ser relevante para o estudo de fenômenos como a dinâmica conjugal entre grupos raciais distintos, mas que, em termos de posição socioeconômica, pardos e pretos tendem a formar um grupo com características muito semelhantes se comparados ao grupo dos declarados brancos (TELLES, 2003).

Para buscar mais elementos a favor dessa categorização binária, considere a população disposta em ordem crescente de rendimentos. Podemos, então, separar a população em 100 grupos, cada um contendo uma fração de 1% da população. Esses grupos também estarão dispostos em ordem crescente de renda: do grupo dos 1% mais pobres ao grupo dos 1% mais ricos. O Gráfico 1.1 mostra a proporção de pretos, de pardos e de brancos em cada um desses percentis.[1]

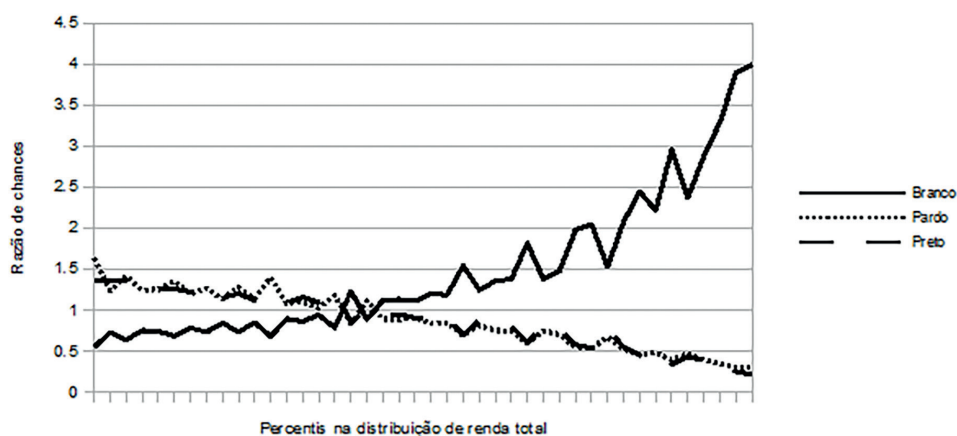
Gráfico 1.1: Proporção dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Como se nota, há um drástico aumento na proporção de brancos à medida que se move para os percentis mais ricos da população, chegando sua representação a mais de 80%. Nos níveis mais baixos, a proporção de pardos chega a ultrapassar

[1] Como certos valores de rendimentos se repetem muito, alguns grupos consecutivos terão a mesma renda. Por exemplo, muitas pessoas recebem salário mínimo e, por isso, do primeiro ao 18º percentil, todos recebem um salário mínimo. Para facilitar a exposição, os percentis com mesmo nível de renda aparecem agrupados.

a de brancos e a proporção de pretos se aproxima de 10%. Quanto ao que mais nos interessa no momento, o gráfico não parece justificar a agregação de pardos e pretos. Suas curvas estão distantes uma da outra.

Isso se deve ao fato de que a proporção de pretos na amostra é pequena. Observando-se com mais atenção, nota-se que o comportamento da curva dos pretos reproduz, de modo atenuado, o comportamento da curva dos pardos. A curva dos pretos inclina-se, sempre, aproximadamente na mesma direção que a dos pardos e, onde há picos na curva dos pardos, em geral, nota-se, na curva dos pretos, picos correspondentes, embora bem menos acentuados. O comportamento das duas curvas é semelhante, mas as variações na curva dos pretos são menos “massivas” devido a sua pequena proporção da população total. Assim, para aferir o quanto esses dois grupos são semelhantes do ponto de vista da distribuição de renda, o ideal seria isolar de algum modo os efeitos do tamanho absoluto dos grupos sobre a forma do gráfico, deixando-a como função apenas das suas distribuições relativas ao longo dos percentis. O Gráfico 1.2 segue a mesma lógica do anterior, mas apresenta as razões de chances dos indivíduos de cada grupo de pertencerem a determinado percentil de renda.

Gráfico 1.2: Razão de chances dos grupos raciais ao longo da distribuição de renda.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Olhando individualmente para a curva dos brancos e para a curva dos pardos, nota-se que suas respectivas formas se assemelham às do gráfico anterior. A diferença é que a razão entre proporções é uma medida mais sensível a desproporções extremas, e o gráfico responde a isso "alongando" a curva dos brancos à direita, região que corresponde aos percentis mais ricos, onde esse grupo é super-representado. Outra diferença é que no Gráfico 1.2 três curvas se cruzam no centro da distribuição, enquanto, no primeiro gráfico, havia apenas cruzamentos entre as curvas dos pardos e dos brancos. Isso ocorre porque a proporção de brancos é maior em quase todos os percentis, e o primeiro gráfico reflete isso. Porém, as chances de brancos estarem entre os mais pobres são menores do que o esperado, dada a sua proporção na população como um todo. O ponto na distribuição de renda onde ser branco torna-se relativamente mais provável corresponde ao 61º percentil, mostrando que os brancos têm concentração relativa entre os 40% com maior renda.

Observa-se que pretos e pardos agora parecem ser um só grupo. Se antes o comportamento da curva dos pretos acompanhava de modo muito atenuado o comportamento da curva dos pardos, as razões de chances revelam uma curva cujo comportamento é muito mais nítido e que, com raríssimas exceções em alguns pontos, praticamente coincide com a curva dos pardos. Mais ainda: ao longo de toda a distribuição, não há nenhum sinal consistente de divergência entre as duas curvas. Em suma, o Gráfico 1.2 mostra, de um lado, um padrão de desigualdade racial de renda entre o grupo dos brancos e, de outro, um grupo formado por pretos e pardos.

2 A acomodação das relações raciais em posições de classe

É duradoura e, muitas vezes, acirrada a controvérsia sobre os pesos relativos da classe social e da raça sobre as chances de vida das pessoas no Brasil. Curiosamente, o leitor que vasculhar com cuidado as pesquisas quantitativas mais recentes sobre o tema, sem intenção muito arraigada de buscar subsídios em um dos polos da controvérsia, encontrará poucas razões para que ela exista, pelo menos da forma como se apresenta. Sobre a desigualdade racial de renda, por exemplo, fazendo abstração de discrepâncias menores entre coeficientes estimados, essa literatura converge para uma conclusão substantiva que pode ser sintetizada em dois períodos. De modo geral, o ponto de partida socioeconômico e a escolaridade formal explicam a maior parte da desigualdade de renda observada entre negros e brancos. Não obstante, a condição racial tem um efeito próprio que estabelece graves iniquidades entre negros e brancos equiparáveis em termos daqueles fatores. Além disso, a intensidade dos efeitos da discriminação racial varia de acordo com a posição socioeconômica. O que torna complicado o debate é, mais uma vez, sua relação com o imbricado imaginário sobre relações raciais no Brasil.

Muito amiúde, discutir classe e raça constitui uma forma de debater a natureza mesma das relações raciais no país. Tema espinhoso, pois se situa na mediação entre a análise sociológica e as narrativas mais abrangentes sobre a especificidade

do Brasil enquanto civilização. A primeira seção deste capítulo encerra um esforço para desatar alguns nós gerados por essa sobreposição de narrativas. A segunda retoma algumas das principais conclusões dos estudos empíricos sobre relações raciais no Brasil, identificando um processo cumulativo de conhecimento. Quer dizer: preocupa-se mais com o desenvolvimento interno dos estudos sobre o tema. A terceira seção aborda o objeto mais específico deste livro, o estudo da condição dos negros em posições socioeconômicas mais privilegiadas.

2.1 Um mito de origem: a ideia de "racismo brasileiro"

Luiz Aguiar Costa Pinto, que, com a morte de Arthur Ramos, passou a coordenar o famoso projeto de pesquisa sobre relações raciais no Brasil apoiado principalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirmou que a comparação com os Estados Unidos, principal recurso heurístico dos grandes intérpretes sobre o tema, contribuiu mais para confusões do que para esclarecimentos (COSTA PINTO, 1953). Sem embargo, o campo de estudos sobre relações raciais no Brasil se constitui sob a égide dessa comparação. Num primeiro momento, ele desponta pela emancipação da análise cultural em relação às teorias do racismo científico institucionalizadas no Brasil ao longo do século XIX (SCHWARTZ, 1993) e persistentes durante a primeira metade do século XX (DELUCA, 1999). Pode-se localizar o início dessa passagem no trabalho de Nina Rodrigues (1932), que, diante da pouca confiabilidade das informações sobre proveniências étnicas dos negros brasileiros com base em registros documentais – dado o fluxo interno de escravos do território africano, registros de portos de origem não poderiam ser considerados bons indicadores de proveniência étnica –, procurou identificar essas proveniências pelo estudo comparativo de práticas religiosas no Brasil com as descrições oferecidas por trabalhos de campo realizados na África. Nesse momento, tematizava-se a questão racial no Brasil primeiramente sob a perspectiva dos estudos culturais, enquanto

"la mayor parte de la bibliografía del negro em los Estados Unidos [era] más *bien de índole sociológica que antropológica"* (RAMOS, 1944, p. 78).

Foi exatamente por meio do contato com a agenda de pesquisa norte-americana que se desenvolveram no Brasil os estudos sobre a questão racial do ponto de vista da estratificação social, agenda de pesquisa à qual o termo "relações raciais" geralmente se refere. Não é, portanto, "por nada" que muitas polêmicas existentes na discussão sobre relações raciais no Brasil podem ser entendidas enquanto satélites gravitando em torno da comparação, explícita ou implícita, entre Brasil e Estados Unidos. Foi essa comparação que colocou no centro do debate a questão, extremamente abstrata, sobre a natureza das relações raciais no Brasil.

Não que tenha existido uma simples imposição imperialista de conceitos cunhados no caso norte-americano. Ao que tudo indica, os intelectuais brasileiros exerceram um papel extremamente ativo, desde o começo, na elaboração dos termos dessa comparação. O fato de que fizeram isso num contexto em que colaborar com intelectuais norte-americanos era algo estratégico para conseguir recursos e projetar um campo de pesquisas sociais no Brasil configura, por si só, uma assimetria de poder. No entanto, o modo como as coisas parecem ter acontecido não aponta para o simples recebimento de categorias, mas sim para o esforço ativo de pesquisadores brasileiros para investir na especificidade nacional das relações raciais enquanto ideia-força da pesquisa brasileira sobre o tema. Esses pesquisadores fizeram isso porque essa ideia era estratégica. Financiamentos de pesquisa eram motivados pela curiosidade "gringa" a respeito de uma modalidade tão especial de relação entre grupos raciais distintos no contexto de uma mesma ordem nacional. Tais pesquisadores fizeram isso, também, porque essa mesma ideia era plausível. Afinal de contas, existiam contrastes muito marcantes entre o contexto brasileiro e o estadunidense com relação ao sistema de segregação racial instituído no sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, com as manifestações violentas de um conjunto de valores raciais nitidamente puristas. Tudo aquilo era muito diferente do racismo eugênico que havia vingado no Brasil durante o período recém-pós-escravista.

As palavras de Robert Park, certamente baseadas na pesquisa realizada na Bahia por seu estudante Peirson durante a década de 1930, expressam bem o sentido geral das conclusões dos primeiros esforços comparativos:

> Assim, pode-se dizer, sem que se traia o sentido em que o termo é comumente empregado, que há sim raças no Brasil – que existem, por exemplo, europeus e africanos – mas que não há relações raciais já que praticamente não existe consciência racial. Fala-se em relações raciais quando existe um problema racial e não existe problema racial no Brasil ou, se ele existe, é muito pequeno e não tem claramente a ver com as populações de origem africana e europeia (PARK, 2000, p. 105, tradução nossa).[1]

Esse tipo de interpretação se lastreia no esquema teórico de relações raciais baseado no conceito de castas. Esse esquema é explicitado no trabalho *A comparative study of American caste*, da década de 1930, onde os autores propõem a díade conceitual casta e classe para descrever a relação entre questão racial e estratificação socioeconômica nos Estados Unidos (WARNER; DAVIS, 1939). O esquema é simples. Primeiro, a segregação sistemática faria de negros e brancos duas castas distintas. Segundo, haveria uma diferenciação de classes dentro de cada uma dessas castas, sendo que essa diferenciação no interior da casta negra é menor e enviesada para as posições de baixo *status* social, como consequência de sua posição subordinada.

Esse esquema tornou-se corrente e está presente, por exemplo, no abrangente livro *An American dilemma* (MYRDAL, 1944), onde o autor denuncia a incongruência normativa entre o sistema de castas raciais e a ordem democrática nos

[1] *"Thus, one may say, without doing injustice to the sense in which the term is ordinarily used, that there are, to be sure, races in Brazil – there are, for example, Europeans and Africans – but not race relations because there is in that country no race consciousness, or almost none. One speaks of race relations when there is a race problem, and there is no race problem in Brazil, or if there is, it is very little if at all concerned with the peoples of African and European origin."*

Estados Unidos. O que as gerações de estudos posteriores sobre relações raciais no Brasil tentaram mostrar foi, em grande medida, que esse esquema conceitual seria insuficiente para analisar o problema nessa região dos trópicos. Partindo desse esquema, a única conclusão possível seria a da inexistência de castas raciais no Brasil e, por conseguinte, da inexistência de um problema racial. Esse impasse conceitual é responsável pela ambiguidade de alguns trabalhos de meados do século XX. Ele explica, por exemplo, como o organizador do clássico *Classe e raça no Brasil rural* (WAGLEY, 1952) pôde afirmar na introdução do livro, utilizando o termo democracia racial, que não existem problemas relevantes relacionados à discriminação racial no Brasil, enquanto um dos estudos que compõem o livro afirma:

> Existem vários elementos definidores das classes – riqueza, educação e família. A raça também é importante. Pessoas dizem que a riqueza é mais importante, em segundo lugar a educação e, em terceiro, a raça. Assim, a raça constitui um dentre um conjunto mais amplo de elementos ordenando as pessoas numa hierarquia social, e não um fator que divide a sociedade em dois grupos distintos (HUTCHINSON, 1952, p. 16, tradução nossa).[2]

O trabalho de campo aponta para formulação mais sofisticada e atual do problema, segundo a qual a raça constitui um dos fatores de um complexo multicausal que afeta as chances de vida das pessoas. Por outro lado, o peso do quadro conceitual comparativo impede que o organizador compreenda a extensão dos resultados empíricos. A experiência norte-americana no início do século XX constitui o caso paradigmático de problema racial. Esse caso concreto é transposto ao plano abstrato conceitual pela disjuntiva entre classes econômicas e castas raciais. A disjuntiva

---

2 *"There are many elements which go toward defining the classes – wealth, education and family. Race is also important. People say that wealth is the most important, education the second, and race the third in importance. Thus, race is but one of a number of elements ranking people in a social scale, rather than a separating factor which divide them into distinct groups."*

conceitual assume, e aqui está o *quid pro quo*, o estatuto geral de parâmetro para a identificação de problemas raciais. Por conseguinte, os casos concretos aos quais a disjuntiva não se aplica, em que não existe a formação de castas definidas, não podem ser classificados como problemáticas do ponto de vista das relações raciais. Observa-se que o problema existe e que a distinção entre tipos raciais pesa sobre uma estrutura complexa de distinção e atribuição de *status*, mas o esquema conceitual não pode designá-lo. E, se o problema não tem nome, é como se não existisse.

Não é por acaso que trabalhos interpretativos subsequentes procurarão justamente dar nome ao "racismo à brasileira". O esforço é o de fazê-lo existir no campo conceitual, para o que é necessário inovar em relação ao esquema então disponível. Antes de chegar a isso, contudo, é interessante notar que, mesmo em se tratando dos Estados Unidos, há o risco de se perder de vista importantes peculiaridades das relações raciais caso o esquema classes econômicas e castas raciais seja aplicado de maneira demasiado ortodoxa. A quarta edição de *The negro handbook* (1942, p. 69) aplica esse esquema com flexibilidade, revelando dinâmicas interessantes e estranhas ao imaginário acadêmico que construímos acerca das relações raciais nos Estados Unidos.

Diz-se que, antes da legislação Jim Crow, havia uma tendência por parte das pessoas brancas de tratar pessoas negras de modo diferente, a depender de sua educação de classe. Essa tendência foi interrompida pelas leis aplicadas a todos os negros. Desse modo, a legislação cristalizou a linha de casta e minimizou a importância das diferenças de classe no interior do grupo dos negros. Esse foi provavelmente o fator mais crucial para a formação do presente sistema de casta, uma vez que a diferenciação por classes entre os negros continuou e, na verdade, ganhou *momentum*. Como mostraremos, existe, em décadas recentes, uma tendência para a aplicação das regras de segregação com alguma discrição sobre negros com *status* diferenciado de classe. Se tendência similar existia antes das leis Jim Crow, então essas leis adiaram esse processo social específico em uma ou duas gerações. (Tradução nossa).[3]

---

[3] *"Before the Jim Crow legislation there is also said to have been a tendency on the part of white people to treat Negroes somewhat differently depending upon their class education. This tendency was broken*

A diferenciação, entre os negros, por classes sociais não é estranha ao emprego convencional do esquema de castas e classes, mas a modulação da discriminação racial pela posição de classe, sim. Convencionalmente, pensa-se em uma linha de castas com subdivisões internas de classe, mas não na interação entre esses dois fatores de estratificação. O que esse trecho traz é uma apreensão mais complexa das dinâmicas de discriminação e de atribuição de *status*. Em vez de simplesmente aplicar uma tipologia para definir as relações raciais no contexto norte-americano, a análise percebe tendências distintas atuando simultaneamente e interagindo entre si. De um lado, os dispositivos que reforçam e recrudescem as fronteiras entre castas, do outro, o *status* socioeconômico gerando relações de reconhecimento que atravessam a barreira racial.

Há ainda mais. É sabido que a constituição de castas nos Estados Unidos teve a ver com a separação absoluta em termos de ascendência racial, popularizando a alcunha "regra da uma gota de sangue". Sem embargo, nos Estados Unidos a ideia de pureza racial teve grande adesão e concertou práticas tanto difusas quanto institucionalizadas. Algo muito diferente do que ocorreu no Brasil, onde, no mesmo início do século XX, consolidou-se a ideia de eugenia por meio da miscigenação seletiva. Mas, a discriminação por tonalidades, para a qual o mestiço, quando claro, é bem-vindo ou pelo menos melhor recebido e tratado, constitui traço especialíssimo do preconceito racial dos trópicos? O autor do clássico de 1852, *Uncle Tom's cabin*, narra:

> O itinerante no Sul deve ter muitas vezes notado aquela refinada atmosfera de refinamento, aquela delicadeza da voz e das maneiras, que parece constituir, em tantos casos, um dom particular da morena

---

by the laws which applied to all Negroes. The legislation thus solidified the caste line and minimized the importance of class differences in the Negro group. This particular effect was probably the more crucial in the formation of the present caste system, since class differentiation within the Negro group continued and, in fact, gained momentum. As we shall find, a tendency is discernible again, in recent decades, to apply the segregation rules with some discretion to Negroes of different class status. If a similar trend was well under way before Jim Crow laws, those laws must have postponed this particular social process for one or two generations." (The Negro Handbook, 1942, p. 69).

> clara e da mulata. Essas graças naturais à morena são geralmente acompanhadas da mais estonteante beleza e, quase sempre, de uma apresentação pessoal atrativa e agradável. (STOWE, 2009, p. 381, tradução nossa).[4]

A distinção do mestiço em termos estéticos, a associação dessa distinção estética com diferenças em atributos pessoais e de valoração social, assim como a distinção de certas gradações de negritude, não se encontram apenas na narrativa literária. Na verdade, a existência, nos Estados Unidos, de melhores condições socioeconômicas para negros com tonalidade de pele mais clara é documentada por trabalhos acadêmicos desde a primeira metade do século XX (KEITH; HERRING, 1991; RANSFORD, 1970; MYRDAL, 1944). Em *The Mullato in the United States*, Reuter (1969) apresenta uma pesquisa sobre a condição socioeconômica dos negros norte-americanos desde o período colonial e mostra como os mestiços ocuparam com maior frequência as posições relativamente melhores, tanto no âmbito do trabalho escravo quanto nas brechas abertas aos negros no mundo do trabalho livre. Entre os escravos de ofício, os escravos urbanos e os escravos domésticos (que viviam em melhores condições, longe do eito e dentro da casa senhorial), assim como entre os negros livres, os mulatos sempre foram desproporcionalmente representados. Segundo o primeiro censo norte-americano a distinguir oficialmente "mulatos", o de 1850, eles perfaziam 11% da população negra. No entanto, compunham 8% da população escrava e quase 40% da população negra livre. O mesmo autor observa ainda:

> Mas a principal razão para que o mulato [aparte, por exemplo, a crença na superioridade de suas habilidades intelectuais] fosse escolhido preferencialmente ao negro para qualquer atividade que

[4] *"The traveller in the south must often have remarked that peculiar air of refinement, that softness of voice and manner, which seems in many cases to be a particular gift to the quadroon and mulatto woman. These natural graces in the quadroon are often united with beauty of the must dazzlin kind, and in almost every case with a personal appearance prepossessing and agreeable."*

> o colocasse em associação com o senhor foi o fato de ser ele um animal mais bonito. Ele tinha uma aparência melhor. (REUTER, 1969, p. 177, tradução nossa).[5]

A relevância do fenótipo também é atestada mais tarde pelo autor de *Black bourgeoisie*. Frazier (1957) observa que parte considerável dos anúncios vendidos pela imprensa negra era referente a produtos cosméticos cujo efeito era suprimir ou modificar caraterísticas tipicamente negroides. Em outro trabalho, o mesmo autor chama atenção para a relevância do racialismo de base fenotípica para as dinâmicas matrimoniais:

> Um homem que, pelo sucesso nos negócios ou em sua carreira profissional tenha adquirido segurança econômica, tende a esposar uma filha de tez clara de uma dessas tradicionais famílias mestiças com o objetivo de consolidar seu *status* social. Eis como um professor universitário negro, que havia ascendido do proletariado, destacou, referindo-se a sua esposa loira, oriunda de uma família tradicional: "Veja minha esposa. Eu me casei com ela para que não houvesse dúvida a respeito do *status* da minha família. Ela em a cor de pele certa e, além disso, vem de uma família tradicional." (FRAZIER, 1951, p. 321, tradução nossa).[6]

Tudo isso torna claro ao que Pierson (1942) se referia quando notava, em uma das passagens em que modera o tom peremptório de suas conclusões sobre a

[5] *"But the most important reason that the mulatto [aside, for example, the belief in his superior intellectual abilities] was chosen in preference to the Negro for any employment that brought him into association with the master family was the fact that he was a better-looking animal. He made a better appearance."*

[6] *"A man who through success in business or in his profession has a secure economic position may marry a fair daughter of one of these old mulatto families in order to consolidate his social status. As a black college professor who had risen from black proletariat remarked concerning his blond wife who came from an old family: 'You see my wife. I married her so that there would be no question about the status of my family. She has the right color and, more than that, comes from an old family'."*

inexistência de problemas raciais no Brasil, que, não havendo aqui o mesmo padrão de discriminação existente entre negros e brancos nos Estados Unidos, haveria um tipo de discriminação comum ao interior da casta negra norte-americana. Contudo, o que Pierson equivocadamente deixa de notar é que a hierarquia entre diferentes níveis de negritude era eficaz enquanto critério de distinção no interior da casta negra apenas porque se configurava como critério de distinção para a sociedade como um todo. Ainda que, durante certo período, um sistema institucional de segregação prevenisse quase que absolutamente a aproximação entre negros e brancos, quer no mercado de trabalho quer no mundo da vida, o fato de ter sido o mestiço, tanto no passado quanto no presente, um tipo humano mais valorizado e admitido nos níveis possíveis de intercurso social com os brancos constituiu o fator determinante para a sua ascensão a condições sociais melhores que as da população negra em geral. Em outras palavras, a discriminação racial com base fenotípica não é exclusividade brasileira, tendo estado presente também, desde muito tempo, nos Estados Unidos.

Estudos quantitativos mais recentes convergem para essa mesma conclusão. Utilizando uma classificação racial com cinco categorias de negros (do muito escuro ao muito claro), Keith e Herring (1991, p. 772) mostram que essas gradações raciais se associam a diferenças em níveis de escolaridade, de *status* ocupacional e de rendimentos. Além disso, a discriminação racial com base em diferenças num *continuum* fenotípico também motivou, nos Estados Unidos, um grande volume de pesquisas nas áreas da psicologia social e cognitiva que investigam implicações desse tipo de hierarquia racial sobre a construção da autoestima (MADDOX, 2004).

Torna-se forçoso admitir que a ideia de que esse tipo de discriminação racial, com base no fenótipo, encerra uma exclusividade brasileira constitui, na verdade, uma espécie de mito fundador do campo de estudos sobre relações raciais no Brasil. No esforço de se livrarem das restrições do esquema conceitual de classes e castas para melhor abordarem a natureza das relações raciais no Brasil, nossos pesquisadores continuaram a assumir esse esquema formal como substância, confundindo-o com o próprio caso concreto da discriminação racial nos Estados Unidos. Em contraste,

encontram na discriminação sem castas, baseada no fenótipo, um esquema que, por sua vez, acabou por se confundir com o próprio caso concreto da discriminação racial no Brasil. Ganha formas acabadas uma espécie de tese da especificidade nacional do racismo, em formulações como a disjuntiva entre "preconceito de origem" (o norte--americano) e "preconceito de marca" (o brasileiro) (NOGUEIRA, 1950) ou a ideia do "mulato enquanto válvula de escape" (DEGLER, 1971). Mais recentemente, uma das questões utilizadas pelos organizadores de uma ampla pesquisa sobre relações raciais no Brasil para motivar sua equipe foi: "O racismo brasileiro é mais ou menos violento do que outros?" (MAGGIE; REZENDE, 2002, p. 15).

2.2 As quatro abordagens sobre relações raciais no Brasil

Uma forma usual de organizar a tradição de estudos sobre relações raciais no Brasil é identificar ondas ou gerações nessa produção (GUIMARÃES, 2004; OSÓRIO, 2008). Assim, Osório (2008), por exemplo, distingue três ondas teóricas. Na primeira, cujo maior expoente é Donald Pierson, prevalece a ideia de que a discriminação racial é, no Brasil, um fenômeno pouco relevante. De acordo com essa onda teórica, o único critério de estratificação relevante na sociedade brasileira seria a classe social. As desigualdades raciais observadas seriam apenas fruto da sobreposição entre raça e classe. A segunda onda ganha força a partir da década de 1950 e sua característica principal é a identificação da discriminação racial como fenômeno relevante no Brasil, opondo-se, assim, em suas principais conclusões, à geração anterior. A terceira onda emerge a partir da década de 1970 e sua marca é o rigor metodológico na aplicação de técnicas de mensuração para identificar os efeitos da raça tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional.

Outra forma de traçar um panorama sobre essa literatura é observar um avanço cumulativo nas questões centrais que nortearam as pesquisas. É possível identificar quatro dessas questões, e cada uma motivou abordagens teóricas e metodológicas diferentes. Primeiramente, houve a abordagem descritiva. Depois, acumulando

os ganhos dessa última, uma abordagem tipológica. Em terceiro lugar, surge a abordagem quantitativa, que, partindo do conhecimento acumulado pelas abordagens precedentes, procura confrontar suas principais proposições com testes formais de hipóteses. Em último lugar, intimamente ligada à abordagem anterior, desenvolve-se a abordagem estrutural. Esta última também se apoia em técnicas quantitativas, diferindo por se preocupar não apenas com a mensuração dos efeitos da discriminação racial sobre as chances de vida das pessoas, como também com a identificação de padrões de interação entre a condição racial e a posição das pessoas na estrutura de classes sociais.

A primeira pergunta que orientou os estudos sobre relações raciais no Brasil foi: “Existe discriminação?”. Essa pergunta motivou uma abordagem descritiva, cujo principal objetivo era retratar o modo como a raça afetava ou não afetava significativamente as interações sociais e as atribuições de *status* no Brasil. Falamos desses trabalhos na seção anterior. Eles constituem os estudos pioneiros do campo de pesquisa no Brasil. Como já visto, sob o peso da comparação esquemática com os Estados Unidos, as respostas iniciais são negativas, de que a discriminação racial no Brasil não existe ou, se existe, não é relevante. Contudo, o avanço dos trabalhos de campo foi caminhando no sentido de uma resposta positiva. Na coletânea de artigos *Race and class in rural Brazil* (WAGLEY, 1952), pesquisadores notam uma resistência generalizada, uma reação social com relação à ascensão de classe por parte de negros, que seria tão mais saliente quanto mais elevadas as posições sociais em questão. Por sua vez, na década de 1940, Virgínia Bicudo, estudando relatos de pessoas negras de diversas classes sociais, afirmava existir no Brasil “um preconceito de cor distinto do preconceito de raça e de classe” (BICUDO, 2010, p. 122).

À medida que as pesquisas descritivas chegavam a relativo consenso sobre a existência de discriminação racial, uma nova pergunta passou a orientar os estudos: “Qual discriminação existe no Brasil?”. Tratava-se agora de qualificar as atitudes e as práticas discriminatórias típicas do país. Esse é o momento em que se consolida a tese da especificidade nacional do racismo, como visto na seção anterior. Enquadram-se

nela orientações metodológicas diferentes, como a pesquisa histórico-processual de Nogueira (1950) e Degler (1971) e o culturalismo de Da Matta (1974). O que reúne pesquisas tão diversas é que, sob o enorme peso da comparação com os Estados Unidos, todas buscam uma tipologia para explicar a discriminação racial, no quadro da qual um tipo específico corresponderia ao caso brasileiro.

O problema com essa abordagem é que fenômenos como a existência de diferenciações de *status* com base no fenótipo ou a interação dinâmica entre condição racial e posições de classe na conformação de *status* tendem a ser abstraídos na formação de uma espécie de tipo ideal-concreto, que responderia por tudo o que há de especial no Brasil no que diz respeito às relações raciais. Isso gera dificuldades desnecessárias para a análise e a interpretação das próprias especificidades da discriminação racial no contexto brasileiro. Faz, por exemplo, parecer inadequado trabalhar com uma operacionalização binária dos grupos raciais. A separação entre negros e brancos seria estranha ao país cujo tipo de discriminação racial se baseia num *continuum* ou numa proliferação de fisionomias raciais intermediárias. Isso quando a pesquisa mostra que as classificações raciais operam em um jogo complexo e irredutível a tais tipologias, em que, para algumas dimensões das relações sociais, a distinção entre negros e brancos se acentua enquanto, para outras dimensões, evidenciam-se fronteiras raciais mais matizadas (TELLES, 2003).

A abordagem quantitativa, que ganha lugar a partir da década de 1970, contará com o pano de fundo dessas discussões, mas fará uma inflexão considerável no debate. Àquela altura, a literatura oferecia aos pesquisadores dois produtos consolidados. Primeiro, a confirmação de que a discriminação racial é um fenômeno relevante para a determinação das chances de vida no Brasil. Segundo, um patrimônio de hipóteses e de especulações sobre os mecanismos pelos quais essa discriminação opera. O que esses pesquisadores fizeram foi lançar o debate ao nível dos testes formais de hipótese a partir da pergunta: "O quanto de discriminação racial existe?".

Essa abordagem já aparece em Nogueira (1950), com um desenho de pesquisa próximo a um experimento natural, visando quantificar os efeitos da discriminação

racial, e também em Costa Pinto (1953), pela utilização, com o mesmo intuito, de dados censitários. Mas é com os trabalhos de Hasenbalg (1979) e de Valle Silva (1988) que ela se consolida. Contando com a maior sistematicidade dos levantamentos do IBGE a partir da década de 1970, os autores empregam modelos estatísticos multicausais para estimar os efeitos da discriminação racial sobre indicadores de escolaridade e de posição socioeconômica. O caráter analítico desses modelos permitiu também um avanço nas discussões sobre os mecanismos da discriminação racial ao possibilitar a diferenciação das correlações entre raça e variáveis dependentes distintas.

Pode-se dizer que o trabalho desses pesquisadores reatualizou o diálogo com a produção norte-americana. Naquele país, consolidava-se uma agenda de pesquisa sobre estratificação, mobilidade social e discriminação, que procurava diferenciar os efeitos da origem social sobre as chances de vida dos efeitos de outros fatores, como a condição de minoria (DUNCAN e DUNCAN, 1968), a de gênero (R. OAXACA, 1973) e a de raça (DUNCAN, 1968).Esses estudos tiravam um pouco de foco o tema da formação de castas raciais e começavam a se orientar por modelos multicausais em que a raça constituía um fator de estratificação, dentre outros. Esses estudos respondiam à conjuntura da década de 1960, quando não apenas a segregação legal foi desarticulada, como houve um impulso, pelas diferentes formas de ação afirmativa, à mobilidade ascendente para pessoas negras. Com isso, a pesquisa norte-americana passou a enfrentar um dilema muito familiar aos brasileiros: "É a origem social ou a discriminação racial o principal determinante das desvantagens sociais dos negros?". O debate entre Wilson (1978) e Willie (1978) sintetiza a discussão.

Em *The declining significance of race*, Wilson argumenta que, com a abertura dos direitos civis e com os incentivos governamentais à contratação de negros, houve um aumento observável na proporção de negros completando cursos superiores, principalmente os de prestígio, assim como na proporção de negros ocupando cargos com alta remuneração, tanto na administração pública quanto no mundo coorporativo. O autor argumenta que, entre os jovens negros altamente

escolarizados, as chances de obter bons empregos tornavam-se equiparáveis às chances experimentadas por jovens brancos com o mesmo nível de formação. O autor conclui que boa parte das desigualdades de oportunidade entre negros e brancos seria em razão de efeitos da opressão racial exercida no passado, não no presente.

Do outro lado, Willie (1978) se opõe a esse diagnóstico, apresentando dados sobre a persistência de disparidades raciais em indicadores socioeconômicos. Em outro trabalho, Thomas e Hughes (1986) mostram a persistência dos impactos da raça sobre indicadores de bem-estar e de saúde, independentemente da posição de classe. Esses autores argumentam que, mesmo havendo uma relativa queda na correlação parcial entre a condição racial e indicadores socioeconômicos, não se poderia tomar essa queda por si só como evidência de um declínio na importância da raça de maneira geral. A discriminação racial, além de ter ainda impacto sobre a posição socioeconômica, parecia afetar a habilidade para converter posição socioeconômica em condições de bem-estar. Ainda em outro estudo, Thomas (1993) mostra que, entre as décadas de 1960 e 1980, houve, sim, uma queda nos efeitos da raça sobre os rendimentos, mas que essa queda foi relativamente discreta e insuficiente para afirmar que a raça tivesse deixado de ser relevante na determinação das chances de vida nos Estados Unidos.

A quarta abordagem, a estrutural, constitui um desdobramento da abordagem quantitativa. O que a distingue é a preocupação não apenas de mensurar os efeitos da discriminação racial sobre indicadores socioeconômicos, como também de identificar padrões na interação entre a discriminação racial e as posições na estrutura de classes. Essas preocupações já aparecem nos trabalhos de Nogueira (1950) e de Costa Pinto (1953), quando sugerem que, com o avanço da ordem competitiva, o papel das distinções raciais tenderia a se intensificar. Aparecem também, e muito destacadamente, no trabalho de Florestan Fernandes (1972), quando o autor discute a interação estrutural entre as relações raciais e a composição do mercado de trabalho livre e competitivo, a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, em suas palavras, observando a atuação especial das barreiras raciais em relação

aos negros em situação de classe ascendente. Por sua vez, o trabalho de Marvin Harris na coletânea organizada por Wagley (1952) indicava que a dinamização da economia, num primeiro momento, tendia a acentuar, e não mitigar, o peso do critério racial na competição por recompensas socioeconômicas.

São, contudo, os estudos quantitativos mais recentes que consolidam a abordagem estrutural. Esses estudos utilizam estratégias de análise que, além de multicausais, permitem diferenciar os efeitos da discriminação racial em diferentes níveis da estratificação social. O rótulo de abordagem estrutural não é utilizado por esses pesquisadores. Ainda assim, esses estudos, em comum, investigam não apenas os efeitos parciais da discriminação racial, como sua modulação pela estrutura socioeconômica. Um resultado convergente entre esses trabalhos é a constatação de que os efeitos da discriminação racial são, de maneira geral, mais acentuados em posições sociais mais altas, quer se tratando das chances de concluir níveis superiores de ensino, quer se tratando das chances de acesso a posições de classe de maior *status*, ou ainda, quer se tratando da desigualdade de renda entre negros e brancos no interior de uma de classe social mais afluente (SOARES, 2000; BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004; RIBEIRO, 2006; FERREIRA, 2001, HASENBALG; SILVA, 1998; SANTOS, 2005b; NUNES; VILASBOAS, 2016).

Esse padrão chama atenção para um princípio de articulação entre classe social e raça que será designado aqui como “princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe”. A ideia de acomodação é empregada em oposição à ideia de sobreposição. É bastante claro que classe e raça se sobrepõem. As classes mais baixas são majoritariamente negras e as mais altas, compostas por maioria branca. A sobreposição entre raça e classe é um estado de coisas, identificável pelo estudo descritivo da distribuição dos grupos raciais por faixas de *status* socioeconômico.

A acomodação, por seu turno, refere-se a um padrão de interação entre raça e classe identificável apenas por meio de modelos explicativos de análise. Ela diz respeito ao porquê de as barreiras da discriminação racial se acentuarem em se tratando da competição pelas posições sociais mais bem aquinhoadas. Ela chama

atenção para o fato de que o que ocorre não é apenas uma naturalização de que pessoas negras ocupam tipicamente posições desfavorecidas. Esse estado de coisas parece contar também com uma força normativa. No nível agregado, a discriminação racial se comporta não apenas como efeito da existência generalizada de preconceitos em relação aos negros, mas também como uma força que procura manter uma ordem das coisas, segundo a qual, por assim dizer, determinadas posições sociais não são para pessoas de cor. A discriminação racial não se constitui apenas por uma disposição difusa à desconfiança, à aversão ou mesmo à hostilidade com relação ao negro. Muito mais do que isso, seus esquemas de classificação operam com uma visão de todo sobre o espaço social.

2.3 O estudo sobre negros em classes altas

O estudo sobre a presença de negros em elites definidas com base em estratificações socioeconômicas aparece eventualmente como tópico no conjunto mais geral de estudos sobre desigualdades raciais. Myrdal (1944) dedica o capítulo 14 do extenso *An American dilemma* ao estudo dos negros de classes média e alta nos Estados Unidos durante a primeira metade de século XX. Nesse caso, a definição de elites se dá pela distinção entre ocupações manuais e não manuais. O autor investiga a representação dos negros entre profissionais liberais, professores, servidores públicos e empresários, observando a relevância desproporcional das ocupações clericais e da de professor, o que ele atribui à segregação racial nas escolas e nas igrejas, que gerou, nesses setores, nichos raciais no mercado de trabalho. Essas profissões constituíram assim uma via importante de ascensão para os negros, ainda que pastores negros fossem em geral mais pobres, em razão da menor afluência de suas comunidades, e professores negros contassem geralmente com piores condições de infraestrutura e recebessem, frequentemente, menores salários, mesmo após determinação, datada de 1940, de inconstitucionalidade para essas diferenças salariais baseadas em raça. O empreendimento no varejo, nota o autor, também

sofreu impactos ambivalentes da segregação. Por um lado, as vizinhanças segregadas constituíram uma clientela cativa para empreendedores negros. Por outro lado, os limites do poder de consumo dessa clientela, assim como as restrições no acesso a fornecedores e a crédito, limitavam os horizontes de crescimento por parte desses empreendedores. Interessante que o autor também dedique uma subseção do capítulo a ocupações ilícitas que, àquele tempo, consistindo principalmente na atividade do jogo de números, ofereceram oportunidades para a ascensão de alguns negros a posições de elite na "economia *underground*" (MYRDAL, 1944).

Em *The negro in modern industrial society*, Dutcher (1930) descreve as variações na proporção de negros no mercado de trabalho qualificado e em posições de *status* mais elevado, como funções executivas e profissionais liberais. A presença de negros em estratos de elite não é, contudo, foco do estudo. O autor aborda a distribuição dos negros na estrutura ocupacional como um todo, considerando fatores como sexo, migração e diferenças regionais. Já antes disso, Reuter (1969), no interessante livro *The mulatto in the United States*, escrevia sobre negros ocupando posições de destaque nas mais diversas atividades da produção econômica e cultural. O autor utiliza informações disponíveis em uma gama de publicações impressas contendo listagens de negros socialmente eminentes. O autor utiliza também listagens de personalidades elaboradas, a pedido, por pessoas negras reconhecidamente afluentes, além de informações biográficas disponíveis em diversas fontes. Com esse material, Reuter mapeia algumas centenas de negros socialmente destacados em áreas como política, medicina, direito, educação, literatura, artes, administração pública e negócios. O interesse do autor, contudo, é analisar a posição do mestiço, enquanto grupo racial diferenciado, no processo de integração do negro na sociedade de classes nos Estados Unidos. Sua investigação revela que, embora os "mulatos" fossem, durante a década em estudo, a de 1910, algo em torno de 20% da população de cor, eles eram mais de 80% dentre os negros em posições de elevado *status* socioeconômico.

Pesquisas especificamente dedicadas ao tema dos negros em posição de elite são mais raras. Contudo, é possível identificar uma tradição de estudos que se desenvolve

nos Estados Unidos. Esse desenvolvimento ocorre em duas grandes etapas: (i) uma que começa ao final da década de 1890, em que a pesquisa sobre elites negras se confunde com a formação de uma consciência de classe e de uma narrativa de classe dominante negra basicamente em termos de uma elite demiurga e (ii) uma segunda fase de estudos mais estritamente acadêmicos. A primeira fase culmina em trabalhos de crítica à narrativa de classe construída durante as primeiras décadas do século XX, abalando-se a ideia de que a composição de uma elite negra seria uma via de emancipação para o conjunto da população de cor. Em outras palavras, há um deslocamento da posição de primeira pessoa, articuladora da narrativa de classe dominante negra, para uma posição de terceira pessoa, observadora e crítica dessa narrativa.

Em verdade, essa primeira fase de estudos constitui uma dimensão da própria diferenciação social da elite negra, de origens relativamente remotas. Em 1790, os Estados Unidos contavam uma população de negros livres estimada em aproximadamente 60 mil almas, perfazendo 8% da população negra total. Em 1860, esse número chegaria praticamente a 500 mil, perfazendo 11% da população negra. A maior proporção de negros livres nos Estados Unidos em período escravista se deu em 1830, com praticamente 14% (QUARLES, 1969). A redução dessa proporção, até 1860, provavelmente ocorreu devido a reações da sociedade branca em sua parcela escravista diante do crescimento do abolicionismo. Alguns estados decretaram leis restringindo manumissões (HARRIS, 1936), expressão de uma resposta que deve ter ocorrido também por outras vias. Desses 500 mil negros livres na década de 1860, aproximadamente metade vivia no Sul, onde dividia espaço com a grande massa de negros escravos. A outra metade, no Norte, vivia onde a escravidão nunca constituiu um aspecto tão relevante da economia e já era virtualmente extinta na década de 1830 (QUARLES, 1969). As principais origens dessa população negra livre eram as fugas, a manumissão, a compra da própria liberdade e o crescimento vegetativo. Como sói ser, a relação sexual entre senhores e escravas era um fator importante que motivava manumissões. Em 1850, metade da população negra livre era mestiça, contrastando com apenas 8% da população escrava.

No seio dessa população negra livre, gestou-se a diferenciação de uma elite negra. As principais possibilidades de trabalho livre concentraram-se nos serviços pessoais, serviços de alimentação, na pequena agropecuária e, especialmente no Sul, onde a cultura escravista prevenia brancos de se ocuparem em trabalhos manuais, a manufatura também constituiu um espaço privilegiado para a ação do negro livre, o que não aconteceu, em extensão comparável, nos estados livres do Norte. Especialmente nos serviços pessoais, as acomodações de *status* numa sociedade escravocrata permitiram que alguns empreendedores negros alcançassem considerável riqueza, firmando-se enquanto proprietários de salões e de restaurantes onde atenderiam a elite branca endinheirada. Desde que atuando em uma atividade serviçal, quer dizer: desde que sua condição de subalternidade não fosse posta sob suspeita, não incomodava ao homem branco que esses negros livres adquirissem alguma riqueza. Em outras palavras, tratava-se de uma janela para a ascensão de classe diretamente vinculada à conservação relativa da posição de *status*. Contudo, com o crescimento da agitação abolicionista, os negros livres empreendedores passaram a estar mais sujeitos à insegurança social e jurídica no Sul, sofrendo ameaças e tendo seus negócios arruinados quer pelo boicote, quer pelo desmando cinicamente amparado em formalidades jurídicas, quer pela violência pura e simples. Ainda assim, uma classe de negros livres trabalhadores continuou existindo, com alguns deles se sobressaindo em sucesso econômico.

Graças à manutenção de uma considerável circulação de dinheiro, houve, desde o final do século XVIII, a formação de sociedades de assistência mútua entre os negros livres, contando com a simpatia e com a colaboração proativa (o que significa não apenas doações, como também proteção social e jurídica) de pessoas brancas. Esses fundos de ajuda mútua atendiam o propósito de acumular crédito, que poderia ser retirado não apenas para fins empreendedores, mas também para socorrer emergências outras, como casos de saúde ou morte. Num primeiro momento, as igrejas serviram como base para a organização dessas sociedades, cujo número cresceu francamente ao longo da primeira metade do século XIX.

Sem embargo, a formação, a partir de 1794, de uma igreja protestante negra independente constituiu um aspecto decisivo para a vida social da população negra nos Estados Unidos, à medida que significou a consolidação de uma base institucional para a organização da vida civil. Não à toa Frazier (1957, p. 79) afirma que "a instituição mais importante criada pela população negra nos Estados Unidos foi a Igreja Negra". A partir das sociedades de ajuda mútua, alicerçadas na organização civil oferecida pelas igrejas, os negros empenharam esforços com o intento de obter crédito junto a bancos, esforços muitas vezes malogrados pela discriminação racial. Diante das restrições de crédito, da insegurança social e jurídica, além das limitações impostas pelo campo restrito de atividades que a discriminação e as condições de pobreza permitiam optar, apenas uma modesta e pouco numerosa elite negra se desenvolveu ainda no período pré-Guerra Civil (HARRIS, 1936). Listagens e descrições somando algumas dezenas de negros possuidores de moderadas fortunas no período anterior à abolição, incluindo um fazendeiro negro com posse de quase uma centena de escravos e outros negros. Para uma surpresa ainda maior, empresários na atividade logística podem ser encontradas no livro *Negro in the making of America*, de Benjamin Quarles e também em *The negro as capitalist*, de Harris.

Essa diferenciação se acelera e ganha novas bases a partir da Guerra Civil. Como já mencionado, a própria segregação racial constituiu-se, por um lado, em fator favorável à diferenciação de classes média e média alta negras. A segregação racial na moradia, nos serviços e em outros setores da atividade econômica implicou o desenvolvimento de uma estrutura ocupacional cativa para negros que, embora restrita em comparação às oportunidades disponíveis à população branca, permitia certa diferenciação social. Mais que a segregação, contudo, deve-se considerar o investimento de recursos e de energia na integração dos negros à atividade econômica, ainda que racialmente segregada. A Lei de Direitos Civis de 1875, que prevenia a discriminação racial, foi declarada inconstitucional já em 1883, com o intuito de abrir franco espaço para a construção de um sistema de segregação racial formalizado em normas no Sul do país. Contudo, as emendas constitucionais de

1866, prevendo plena cidadania aos negros, não foram derrubadas, o que levou à construção do princípio "separados, porém iguais", segundo o qual, os serviços, embora racialmente segregados com base em legislação, deveriam apresentar padrões equiparáveis de qualidade e infraestrutura. Obviamente o mote "separados, porém iguais" não descrevia a realidade, e os serviços e acomodações dedicados à população negra eram muito inferiores. No entanto, essa adesão ao princípio de igualdade, formalizada em emenda constitucional, ofereceu base legal não apenas para a luta política contra a discriminação racial como também ferramentas jurídicas para que se garantisse algum nível de investimento nos serviços dedicados à população negra (MYRDAL, 1944).

Durante os anos imediatamente posteriores à Guerra Civil, considerável energia foi despendida com o objetivo de integrar o negro à vida civil e à atividade econômica. Em *The negro*, Dubois (1915) narra a ação de políticos republicanos, àquela época representantes da visão de mundo progressista sustentada na região Norte, durante a década de 1860, tentando influenciar políticos sulistas a favor da extensão do direito de sufrágio aos negros. Efetivamente, em 1870, entraria em vigor emenda constitucional abolindo a restrição do direito ao voto com base no critério racial. Muito embora, com a rearticulação dos conservadores no Sul e sua ascensão ao controle político dos estados naquela região ao longo da década de 1870, práticas oficiosas e extrajurídicas (como intimidação e violência) foram amplamente empregadas para impedir o pleno exercício do direito ao voto por parte dos negros.

Na década de 1860, instituíram-se o Freedmen's Bureau e o Freedmen's Savings Bank, instituições dedicadas ao esforço de integração do negro à sociedade de classes. A primeira no que concerne a serviços como educação e assistência social, e a segunda, no que se refere à concessão de crédito. O Freedmen's Bureau atuou na construção de hospitais prestando assistência jurídica e atuou ainda na garantia de salários mínimos para negros empregados em fazendas no Sul, "se tornando, com efeito, a primeira agência mediadora entre capital e trabalho na América"

(QUARLES, 1969, p. 128, tradução nossa)[7]. Compreensível sua existência no contexto de entusiasmo humanista no período imediatamente posterior à Guerra Civil, o Freedmen's Bureau não resistiu, contudo, ao realinhamento político que ocorreria a partir da década de 1970, com o fortalecimento dos democratas no Sul e o enfraquecimento da ala mais radical no partido republicano. A instituição foi extinta naquela mesma década, deixando um legado. DuBois (1915), ele mesmo um notável expoente dessa elite negra na virada para século XX, escreve suas impressões sobre o Freedmen's Bureau:

> Foi, sem dúvidas, um enorme experimento, mas com todas as suas falhas flagrantes, ele foi bem-sucedido em um grau impressionante. Ele tornou impossível o reestabelecimento imediato da escravidão, sendo provavelmente o método mais rápido para fazê-lo. Ele deu aos filhos dos homens libertos a chance de se educarem. (DUBOIS, 1915, p. 207, tradução nossa).[8]

O Freedmen's Bank constituiu também uma experiência precursora. Fundado em 1965, o banco foi concebido mais como um instrumento de política pública do que como um empreendimento de mercado propriamente dito. Sua capitalização se deu mormente com base nos salários e nas pensões recebidas pelos soldados negros envolvidos na Guerra Civil, assim como na poupança da população negra em geral. O intuito era garantir que boa parte do dinheiro recebido por soldados e suas famílias não fosse dissipada, mas, antes, reunida em poupança, garantindo renda em médio e em longo prazo, assim como disponibilidade de crédito para a população negra. A gestão do banco ficou sob o comando de pessoas brancas da elite de poder, com pessoas negras sendo progressivamente contratadas para o quadro

---

[7] *"[…] becoming in effect the first mediating agency between capital and labor in America."*

[8] *"This was without a doubt a tremendous experiment, but with all its manifest mistakes it succeeds to an astonishing degree. It made the immediate reestablishment of the old slavery impossible, and it was probably the only quick method of doing this. It gave the freedmen' sons a chance to begin their education."*

de funcionários. O banco se capitalizou e se expandiu rapidamente, criando filiais em diversos estados. A partir de 1870, um novo grupo da elite de poder assumia o comando da instituição na mesma medida em que se aprovava, no congresso, uma nova regulação, que permitia ao Freedmem's Bank uma atuação mais agressiva no mercado financeiro. A ação especulativa e a ingerência do grupo então no controle levaram o banco a falir. Foi inútil a nomeação de Frederick Douglas, renomada personalidade negra da época, para presidente, como tentativa de recuperar a confiança de investidores, em especial da população negra, que se sentiria representada na figura eminente do novo presidente. Em 1874, o Freedmen's Bank encerrava suas atividades, deixando uma perda significativa de depósitos (HARRIS, 1936).

A imprensa negra, nascida em meados do século XIX e pautada pelo tema abolicionista, a partir da reconstrução, passará a responder a um conjunto maior de expectativas de uma população negra passando por um processo conjunto de integração à sociedade de classes e de diferenciação social, e, ao mesmo tempo, submetida a formas virulentas de discriminação. A imprensa negra se desenvolverá num contexto de emergente segregação racial em regime não escravista, tendo que lidar não apenas com a situação política da população negra, mas também: com a necessidade de estabelecer diálogo com a população branca, tendo em vista a obtenção de apoio político; com as demandas do público em termos de outros tipos de informação (que não de conteúdo político) e de entretenimento; com o crescimento e modernização da gestão num contexto de evolução da indústria de comunicação; e, finalmente, com os jogos de poder envolvendo a imprensa, o campo político e o mundo corporativo. Ao assumir essa gama diversificada de tarefas, a imprensa negra revelou-se como um dos suportes para a formação de consciência de classe por parte da elite negra em diferenciação (FRAZIER, 1957). Sem embargo, o inventário de negros ocupando posições de elite elaborado por Reuter (1969) contou em muito com registros feitos pela imprensa negra, enumerando negros de destaque e discutindo sobre seu papel perante o passado e o futuro da população negra.

Cabe mencionar também o *The negro handbook*, série de publicações organizada por homens negros da imprensa. O periódico inventariava negócios de pessoas negras, incluindo bancos, companhias de seguro e de empréstimo, além de propriedades agrícolas. A publicação também trazia informações sobre negros ocupados em setores como as forças armadas, a imprensa, o teatro e organizações civis. O periódico parece inspirado na campanha *Don't buy where you cannot work*, capitaneada por algumas lideranças e de alguma repercussão na comunidade negra durante a primeira metade do século XX, promovendo o boicote aos empreendimentos brancos por parte da população negra. O *Negro handbook* cumpriria o papel de difundir pela população negra informações sobre onde encontrar os empreendimentos liderados por pessoas negras, aos quais, de acordo com a campanha, deveria ser dada preferência.

O livro inaugural dos estudos sobre elites negras nos Estados Unidos, *Negro in business*, editado por DuBois (1971) em 1899, aparece no contexto dessa articulação para si da elite negra já existente em si, em uma conferência, realizada na Universidade de Atlanta, dedicada à formação superior de afro-americanos para discutir passado, presente e futuro de uma classe negra empreendedora. Esse processo de articulação, que inclui a formação da National Negro Business League, em 1900, é interpretado por Frazier (1957, p. 141) enquanto processo de institucionalização do que seria o "mito de uma classe negra dos negócios", isto é, não a classe em si, tal qual ela existe, com suas enormes limitações em termos de poder e de diversificação econômica, mas a classe transformada em elemento de uma narrativa, em coisa simbólica sobre a qual se projetavam ambições e expectativas. O estudo *Negro in business* mostra a apropriação das ciências sociais pela *intelligentsia* negra no esforço de construção dessa narrativa. Na introdução, o editor argumenta a inserção da pesquisa num projeto mais geral, de formação de "líderes do pensamento e missionários da cultura em meio à massa" (DUBOIS, 1899, p. 1). Na sequência, a publicação apresenta caráter de estudo empírico sistemático, com apresentação da metodologia utilizada na coleta de dados e discussão dos resultados

sobre a distribuição ocupacional da população negra oferecidos pelo Censo de 1890. O principal dispositivo retórico responsável pelo trânsito entre o escrutínio descritivo e a construção da narrativa consiste nos critérios de classificação:

> O termo "homem de negócios" é interpretado, nesse estudo, de modo a incluir todos com estoques de produtos a vender, e também todas as pessoas que tenham pelo menos $ 500 em capital investido. A propósito, enquanto um barbeiro seria a princípio classificado como artesão, aquele com $ 500 ou mais investidos em sua loja, tendo vários assistentes empregados, é antes um capitalista do que um artesão, e 62 desse foram classificados como homens de negócio. Assim também pareceu adequado classificar 31 ferreiros e mantenedores de rodas que tinham considerável capital investido, além de estoques de produtos para a venda. Em vários outros casos houve alguma dificuldade para traçar uma linha divisória entre artesãos em homens de negócios, e a decisão teve de ser mais ou menos arbitrária, apesar do investimento de capital considerável ter constituído o critério mais recorrente. (DUBOIS, 1899, p. 7, tradução nossa).[9]

Como se nota, a definição operacional de "homem de negócios" é feita ampla o bastante para incluir empreendedores de pequeno porte, que, numa acepção comum, seriam oxalá considerados pequeno burgueses. Do ponto de vista técnico, não há incorreção nenhuma nesse procedimento, uma vez que essa definição operacional é explicitada na exposição do trabalho. Contudo, independentemente da definição operacional adotada, o termo "*businessman*" insere-se num campo semântico

[9] *"The term 'business man' in this study has been interpreted to include all with stocks of goods to sell, and also all other persons who have at least $500 of capital invested; for instance, while the ordinary barber should be classified as an artisan, a man with $ 500 or more invested in a shop, with several hired assistants, is a capitalist rather than an artisan, and 62 such men have been classed as business men. So, too, it seemed best to include 31 blacksmiths and wheelwrights who had considerable capital invested and kept stocks of wagons or other goods on sale. In several other cases there was some difficulty in drawing a line between artisans and business men, and the decision had to be more or less arbitrary, although the investment of considerable capital directly in the business was the usual criterion."*

próprio, partilhado por outros termos como capitalista, burguês, empreendedor, e que, por conseguinte, empresta ao termo conotações um pouco mais ambiciosas do que a definição operacional a princípio permitiria. Ao alternar entre uma definição operacional mais modesta e uma exposição técnica rente a essa definição e, por outro lado, uma exposição retórica que evoca as conotações mais audaciosas do termo, o texto sustenta a narrativa grandiloquente de uma classe negra capitalista.

Uma expressão ainda mais acabada dessa abordagem em que o estudo da elite negra se confunde com o processo de formação de uma consciência de classe por parte dessa mesma elite consiste numa publicação do início do século passado: *The negro problem: a series of articles by representative American negroes of to-day* (WASHINGTON, 1903). A publicação reúne textos escritos por diferentes negros de destaque, discutindo agora não apenas o estatuto de uma elite negra, mas a questão mais geral da integração do negro à sociedade de classes. Isso quer dizer que o conteúdo da publicação não traz apenas um esforço de construção de uma narrativa de elite negra, mas, sobretudo, o que é mais radical, uma vivência dessa narrativa. Os autores, muitas vezes, simplesmente escrevem assumindo o lugar de fala instituído por essa narrativa: o de uma elite negra demiurga, responsável pela interpretação da condição do negro na sociedade estadunidense e sob cuja ação histórica repousaria a ascensão da população negra como um todo.

Quando o autor do primeiro capítulo, *Industrial education for the negro*, Booker Washington, discute a importância de uma educação técnica para as massas negras, está implícita a noção de que existe uma elite negra, constituída enquanto uma minoria mais altamente letrada. Junto a isso, a retórica do texto opera uma tomada de posição enquanto parte dessa elite, que seria responsável por discutir as estratégias mais adequadas para a melhoria das condições de vida da população negra em geral. Por seu turno, o Capítulo 6, *Representative American negroes*, ao elencar um número de negros eminentes, constitui uma reflexão explícita acerca do que definiria essa condição de elite, isto é, acerca do significado de ser um negro “exemplar”. O principal critério é a contribuição à construção de um orgulho

racial. O que o autor argumenta a favor das pessoas elencadas é o juízo de que suas realizações, em determinado campo de atuação ou em vários, teriam se elevado além da média e mesmo para além do bom, porém, ainda ordinário, em suficiente medida para figurarem como pessoas altamente apreciáveis, cujo gênio, socialmente reconhecido, testemunharia a favor das potencialidades da "raça" negra como um todo. Nesse sentido, embora a eminência dos negros exemplares elencados estivesse, em geral, ancorada em posições elevadas na distribuição socioeconômica, o conceito de elite articulado pelo autor ultrapassa essa definição, reivindicando uma posição de valor simbólico.

Especialmente interessante é o capítulo *The talented tenth*, onde DuBois defende uma genuína teoria das elites. Como um recurso retórico a ser notado, o autor começa e termina o artigo com a seguinte linha: "*The negro race, like all races, is going to be safe by its exceptional men*". Entrementes, Dubois defende a necessidade de se garantir, por meio de uma educação superior de caráter humanístico, orientada a uma formação geral em ciências, línguas, filosofia e história – em suma, uma educação cujo objetivo seja, para além da formação técnica profissional, Paideia – a existência de pessoas negras de elite, dotadas tanto de sofisticação intelectual quanto de verve prática. Ocupando com brilhantismo posições de liderança como professores, pastores, jornalistas, nos negócios, na administração pública e na política, os membros dessa elite não apenas trariam benefícios à população negra por meio de suas realizações profissionais, como também exerceriam sobre esta população uma influência pedagógica que elevaria os padrões de sociabilidade e as habilidades intelectuais e laborais da mulher e do homem negro em geral. Existe, portanto, na virada para o século XX, uma elite negra enquanto classe em si e para si. Ela existe em si como fruto de um processo de diferenciação social iniciado entre negros livres na sociedade escravista e intensificado a partir da Guerra Civil. Ela existe para si porque concebeu a si mesma enquanto tal e, assumindo-se como, mais do que elite, vanguarda, atribuiu a si mesma o papel de discutir sobre o passado, o presente e o futuro do processo de integração do negro à sociedade de classes.

É sobre esse pano de fundo que surge, em 1936, o livro *The negro as capitalist*, de Abram Harris. Nesse trabalho, o autor investiga a diferenciação de uma classe empreendedora na população negra, adotando como foco de investigação empírica os bancos. Entre 1888 e 1934, mais de uma centena de bancos foram criados por negros, além de um número de *Credit Unions* e de *Building and Loan Societies*. Deste grande número, apenas pouco mais de uma dezena de bancos sobreviveriam, numa dinâmica envolvendo não apenas quebra, mas também fusões. Esses bancos foram capitalizados pela expansão, ocorrida depois da Guerra Civil, de sociedades visando garantir à população negra nível de poupança necessário ao acesso a serviços básicos. Com a igreja negra servindo como suporte de organização civil, diversas *Fraternal Insurances* e *Burial Societies* foram criadas e promoveram um acúmulo inicial de capital. Embora o desenvolvimento dessa classe no seio da população negra seja de impressionar, a discriminação e a segregação racial mantiveram muito restritos os horizontes dessa diferenciação social. Nenhum avanço significativo foi feito pela população negra nos setores da indústria e do comércio no atacado. Excluindo-se o próprio setor financeiro, a diversificação de uma classe negra “capitalista” se restringiu aos serviços de recreação e lazer, ao comércio no varejo, aos serviços pessoais e à pequena propriedade agrária. O que o autor identifica é um desenvolvimento da classe negra capitalista durante as primeiras décadas do século XX medido pelo constante aumento, com alguma queda durante e após a Crise de 1929, no total de depósitos adquiridos pelos principais bancos de cada período.

A restrição na diversificação dos setores produtivos impactava negativamente o setor financeiro da classe negra capitalista, uma vez que a capitalização dos bancos, pelo menos no que tange aos depósitos, se dava sobre uma base produtiva menos diversificada e de relativamente modesta envergadura financeira. Essa frágil classe econômica negra dominante resistiria menos ainda diante do crescimento em escala das firmas. Setores como o comércio varejista e a prestação de serviços nas comunidades negras segregadas passaram a ser cada vez mais penetrados por grandes firmas, organizadas em cadeia e dominadas por brancos. Boa parte das energias

antes concentradas pelas lideranças negras no projeto de uma elite econômica negra empreendedora divergiram para a reivindicação de que se ocupassem negros, em boas posições profissionais, nessas grandes firmas que dominavam o mercado no varejo. Em outras palavras, refletindo mudanças nas circunstâncias objetivas, o projeto de uma elite negra capitalista cedeu, em boa medida, lugar para o projeto de uma elite negra assalariada.

O livro de Harris marca um deslocamento de posição de fala na discussão sobre elites negras: da primeira pessoa para a terceira pessoa, do articulador da narrativa de classe dominante para o crítico dessa narrativa. Harris (1936) termina seu livro chamando atenção para o antagonismo de classe no interior da população negra, que seria mascarado pelo discurso da elite negra demiurga. Considere-se o contexto de discussão do autor. Havia, na época, a defesa de um projeto econômico separatista para a população negra. O influente intelectual negro DuBois defendia a ideia de que, diante da segregação racial, institucionalizada no Sul e simplesmente eficaz no Norte, a população negra precisaria reagir formando uma estrutura econômica independente. Por outro lado, havia o influente empresário e intelectual Booker Washington defendendo não um projeto separatista de economia, mas, numa linha de pensamento mais pragmática, um projeto protecionista, segundo o qual, a população negra deveria consumir em estabelecimentos dos quais fossem proprietárias pessoas negras, mesmo quando esses praticassem preços sensivelmente mais altos, como forma de fortalecer a elite econômica negra. A posição de Harris é de que a ideia de uma economia independente para a população negra era simplesmente irrealista. Já quanto ao protecionismo econômico, segundo o autor, esse discurso pretendia mascarar, sob uma ideologia de solidariedade racial, o antagonismo de classe entre a elite e as massas na população negra. O autor enfatiza:

> Em sua confusão, as massas são levadas a dirigirem seus ânimos contra os judeus e a branquitude. As reais forças por trás de suas deficiências e desconforto são mascarados pela raça, o que os impede

> de ver que o que homem negro de negócios quer, antes de tudo, é a liberdade para monopolizar e explorar o mercado de consumo que elas provêm. As massas não conseguem ver que elas não têm explorador maior que o negro capitalista que vive da exploração de trabalho mal remunerado e até mesmo extenuante, embora ele próprio e sua família geralmente vivem em consumo ostentatório. (HARRIS, 1936, p. 184, tradução nossa).[10]

O trabalho de Franklin Frazier (1957), em *Black bourgeuoisie*, aponta também para a existência desse antagonismo e se concentra numa crítica ácida à narrativa de classe da elite negra. Na verdade, o autor desenvolve um estudo crítico sobre grupo de *status* e composição de estilo de vida a partir da posição dessa classe, antecipando uma abordagem que logo ganharia notoriedade na sociologia com o trabalho de Pierre Bourdieu (1984), na década de 1970. Em termos de metodologia, o autor adota uma estratégia bem livre, recorrendo a dados censitários, fontes documentais (principalmente publicações da imprensa negra) e entrevistas realizadas por ocasião de sua pesquisa anterior sobre famílias negras nos Estados Unidos. Sua crítica centra-se basicamente na forma como a narrativa de classe da burguesia negra se articula, segundo ele, enquanto uma solução simbólica precária para as ambiguidades inerentes à condição dessa pequena classe que, embora dominante, seria, ao mesmo tempo, violentamente dominada. A posição ocupada pela burguesia negra seria definida por uma ambivalência: se a identificação com o estilo de vida e com as visões de mundo das classes dominantes leva à ruptura com as massas pobres do próprio grupo racial, a discriminação e a segregação frustram o efetivo acesso às posições sociais e, sobretudo, ao mundo da vida das elites. Adotando

[10] "*In their confusion, the masses are led to direct their animus against the Jew and against whiteness. The real forces behind their disabilities and discomfort are masked by race which prevents them from seeing that what Negro business man wants most of all is freedom to monopolize and exploit the market they provide. They cannot see that they have no greater exploiter than the black capitalist who lives upon low-waged if not sweated labor, although he and his family may, and often do, live in conspicuous luxury*."

uma escrita estilística como recurso de persuasão sobre a dramaticidade mesma da condição da elite negra, o autor argumenta:

> A burguesia negra vive sobretudo em um mundo do blefe; num jogo de máscaras, encenando tristes papéis para dissimular seu sentimento de inferioridade e de insegurança e as frustrações que agitam sua vida secreta. Seus membros se esforçam para evitar serem confundidos com a massa de cor, mas lhes é impossível escapar à mesma opressão que atinge seus semelhantes de raça menos favorecidos. Tal esforço para escapar de sua própria negritude lhes incute um ódio de si mesmos, que encontra expressão no rebaixamento das caraterísticas sociais e físicas dos negros. Do mesmo modo, seus sentimentos de inferioridade e de insegurança são traídos pela intensidade patológica de sua luta para se elevarem socialmente em um mundo dos negros isolado, assim como pelo intenso desejo de aceitação pelos brancos. (FRAZIER, 1957, p. 192, tradução nossa).[11]

O argumento central é o de que a burguesia negra, em certo sentido, ocuparia uma espécie de não lugar social. O campo restrito de sua atuação econômica é o bastante para sustentar sua diferenciação em relação às massas negras, mas não o bastante para alçá-la a uma posição efetivamente importante na economia do país. Ademais, as restrições impostas a sua circulação pelo mundo da vida equivalem a impossibilidade de acesso a ritos e a uma vida cotidiana capaz de sustentar uma representação de si própria enquanto elite. Em consonância com os estilismos de Frazier, lembrando as imagens de *A divina comédia*, a elite negra viveria numa

[11] “*La bourgeoisie noire vit surtout dans un monde du bluff; le masque qu’elle porte pour jouer son triste rôle, dissimule son sentiment d’infériorité et d’insécurité et les frustrations qui hantent sa vie secrète. Ses membres se sont efforcés d’éviter d’être confondus avec les masses de couleur, mais il leur est aussi impossible d’échapper à l’oppression qu’à leurs frères de race moins favorisés. Cet effort pour échapper à leur négritude a suscite en eux une haine d’eux-mêmes, qui trouve son expression dans le dénigrement des caractères sociaux et physiques des Noirs. De même, leurs sentiment d’infériorité et d’insécurité transparaissaient dans l’intensité pathologique de leur lutte pour s’élever socialement dans un monde noir isolé et dans leur intense désir de se faire accepter par les Blancs.*”

espécie de limbo. Foi tendo o limbo como morada que Virgílio guiou Dante incauto, caminhando altivo no inferno e no purgatório, mas, pagão ainda, a despeito do mérito de suas proezas, não pôde seguir jornada pelo paraíso. Assim, a elite negra andaria sobre as cabeças das massas negras pauperizadas, mas não atravessaria os portões de acesso ao mundo da burguesia branca dominante. Na interpretação de Frazier, é por conta dessa posição de não lugar que a burguesia negra criou para si uma espécie de lugar mítico de prestígio e reconhecimento social, ancorado em rituais e na materialização do discurso em publicações, especialmente por meio da imprensa.

A argumentação de Frazier constitui, assim, um ataque violento à narrativa de elite demiurga construído durante as primeiras décadas do século XX. Primeiramente, o autor expõe e enfatiza, como já feito por Harris em *The negro as capitalist*, os antagonismos de classe entre essa elite e as massas negras. Em segundo lugar, ele desenvolve uma crítica extensa e direta a essa narrativa, afirmando a inexistência de uma autêntica solidariedade racial capaz de atravessar as clivagens de classe. Na opinião do autor, o orgulho racial das elites de cor seria um sentimento muito frágil que não geraria solidariedade de classe, mas, pelo contrário, se trairia no antagonismo com as massas negras da classe popular e, ainda mais dramaticamente, num antagonismo com o próprio corpo:

> A burguesia de cor alardeia constantemente seu orgulho racial; mas, ao reparar suas atitudes em relação aos traços físicos ou às características sociais dos negros, percebe-se por óbvio que, na verdade, ela não quer se identificar com eles (FRAZIER, 1957, p. 194, tradução nossa).[12]

Considerando o fato de que boa parte da elite negra é mulata, Frazier comenta por várias vezes o "esnobismo de cor" dos mulatos (Frazier, 1957, p. 178) diante das

[12] "*La bourgeoisie de couleur étale constamment son orgueil d'être noire; mais si on étudie son attitude à l'égard de traits physiques ou des caractéristiques sociales des Noir, il devient évident que'elle ne tient pas vraiment à ce qu'on la confonde avec eux.*"

massas pobres de negros retintos, esnobismo cujo simétrico oposto seria, nas palavras do autor, um "complexo de inferioridade" em relação ao branco. Cabe notar: embora o trabalho apresente uma qualidade notável, a argumentação do autor parece fortemente enviesada por uma posição pessoal avessa à elite negra. Esse dessabor parece advir da reprovação moral diante do que o autor provavelmente considera uma atitude mais ou menos comum nessa classe. Em *The negro family in the United States*, publicado originalmente em 1948, Frazier comenta sobre a posição não incomum no seio da elite negra de apoiar a discriminação de negros pobres em estabelecimentos públicos. O autor cita "um homem negro, editor de uma gazeta, que chamava a atenção de um homem branco para o fato de que 'as pessoas brancas, de maneira geral, riscam uma linha de separação no ponto errado, colocando todos nós na mesma categoria'" (Frazier, 1951, p. 326, tradução nossa).[13]

A partir da década de 1960, acumula-se, nos Estados Unidos, certo volume de estudos de caráter eminentemente quantitativo sobre a afluência econômica entre os negros (BRIMMER, 1988; COLLINS, 1983; FEATHERMAN; HAUSER, 1976; HINE, 2003). Muitos desses estudos concentram-se na verdade numa "classe média" negra, termo com o qual se referem, geralmente, a trabalhadores não manuais qualificados e também a especialistas. Em geral, discute-se sobre a contribuição das políticas de Estado instituídas a partir de 1964 para o crescimento dessa classe, sobre a persistência (ou a não persistência) de barreiras raciais à sua plena expansão, assim como sobre a fragilidade das suas posições em termos não apenas econômicos, mas de poder. Nesse corpo de trabalhos, existe uma discussão sobre em que medida o aumento nos níveis de mobilidade social por parte dos negros indicaria uma queda na relevância da condição racial enquanto fator de estratificação (LANDRY; MARSH, 2011). Esse debate reflete, sobretudo, os desafios interpretativos impostos pela passagem de um contexto em que a segregação racial operava uma separação absoluta entre negros e brancos enquanto castas para um contexto em que a

[13] "[...] a colored newspaper editor who remarked to a white man that 'the white people draw the line at the wrong point and put all of us in the same class'."

condição racial passa a ser um fator com impacto relativo sobre as chances de vida das pessoas. Quanto a posições mais altas na hierarquia social, desenvolveram-se alguns estudos sobre a carreira de negros nos altos círculos executivos, identificando a tendência de que essas vagas se restrinjam a setores de atuação muito restritos e racializados (COLLINS, 1989).

No Brasil, a produção sobre negros nas elites é especialmente acanhada. A primeira menção ao tema pode ser localizada num capítulo de *Sobrados e mocambos*: *o mulato bacharel*. Nesse capítulo, Freyre (1936) explora basicamente a condição do filho homem, fruto de relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras, e reconhecido pelo pai. Contando com altos níveis de escolaridade e com proteção social, esses mestiços galgavam posições sociais mais elevadas, sobretudo em cargos públicos. De maneira geral, a condição do negro em posições sociais médias, fincadas em postos de trabalho não manual ou, menos frequentemente, na condição de especialistas, aparece como tópico nos diversos estudos sobre estratificação racial. Além disso, autores como Florestan Fernandes (1965) e Luiz Aguiar Costa Pinto (1953) dedicaram-se ao estudo do ativismo e da imprensa negra durante a primeira metade do século XX, notadamente com foco em elites políticas. O único clássico brasileiro, contudo, especificamente voltado ao estudo dos negros nas elites é o *As elites de cor*, de Thales de Azevedo (1955). O autor empreende um estudo sobre a inserção de negros em posições sociais elevadas na Bahia, diferenciando sua análise em termos de diversos campos de atividade. Embora não estruture sua análise exatamente com o intuito de identificar quais são os campos de atividade mais permeáveis à ascensão do negro, dedicando suas notas conclusivas a interpretações mais gerais sobre a natureza da discriminação racial no Brasil, o autor faz alguns apontamentos nesse sentido.

No comércio, Azevedo identifica dificuldades para a ascensão do negro sobretudo em função da baixa capacidade de investimento. A posição de proprietário depende do nível de capitalização. Assim, levando-se em conta um contexto de fragilidade nos fluxos de crédito, ficava mais do que nunca a cargo do patrimônio

acumulado em nível familiar as condições de possibilidade para que se atingisse essa condição. Assim, os negros atingiam, no máximo, a posição de pequenos comerciantes, um ou outro galgando posições um pouco mais elevadas. Na política, Azevedo (1955) identifica um ambiente mais permeável graças a algumas vias de acesso abertas por arranjos institucionais em regime democrático: organizações de classe e partidos. A burocracia também teria representado um canal mais aberto, sobretudo à medida que processos impessoais de seleção se consolidavam, garantindo ao negro educado chances de competir por posições. Contudo, o autor identifica a persistência de algumas barreiras raciais no que se refere à progressão na carreira por meio de cargos por indicação. Embora, de maneira geral, o autor prefira interpretar essas barreiras como função de déficits educacionais, não no sentido do título, mas no sentido mais amplo referente a aspectos comportamentais, poder-se-ia dizer de *habitus*, ele admite a discriminação racial como um aspecto relevante.

3 A desigualdade racial ao longo da distribuição de renda

Este capítulo investiga como a desigualdade racial se comporta ao longo da distribuição de renda em razão da discriminação racial e da escolaridade das pessoas. Mas, se a abordagem estrutural preconiza a análise dos efeitos da discriminação racial condicionados às posições de classe, é preciso antes responder se é lícito falar em estrutura de classes em um estudo que utiliza os rendimentos como indicador da condição socioeconômica. Sem embargo, a noção de classe social é uma das mais debatidas nas ciências sociais. Até esse momento, as referências a esse conceito foram feitas sem a preocupação de lhe dispensar um tratamento explícito. Agora serão vistos os argumentos que fundamentam uma definição com referência à renda.

Definições de classe baseadas em informações sobre rendimentos têm ganhado corpo desde a década de 2000, sobretudo em pesquisas com foco sobre a riqueza (MEDEIROS; SOUZA, 2014). Em se tratando desse tipo de pesquisa, contudo, é de se questionar se não se faz indispensável contemplar outras fontes de proventos que não o trabalho, sobretudo retornos a investimentos de capital. Esse não é o caso, contudo. Pesquisas em nível internacional têm sido consistentes em apontar o trabalho como a principal fonte de renda para o grupo dos 1% mais ricos em vários países, inclusive no Brasil, algo que deixa de ser verdade apenas para

estratos de renda extremamente elevados, como os 0,1% mais ricos (MEDEIROS, 2005; MEDEIROS; SOUZA, 2014). Sendo assim, a definição utilizada neste livro é bastante segura.

A principal suspeita, do ponto de vista sociológico, com relação à definição de classes com base em níveis de rendimento é a de que esses níveis expressariam apenas o resultado de processos de estratificação, mas não os mecanismos subjacentes de alocação de pessoas numa estrutura de distribuição desigual de recursos econômicos e de poder. Diante disso, uma das alternativas aos rendimentos na operacionalização do conceito de classe são os títulos ocupacionais. Isso não quer dizer que as classes sejam definidas como ocupações. As classes permanecem enquanto um constructo mais abstrato, referente a uma estrutura de posições sociais essencialmente antagônicas segundo abordagens marxistas, e eventualmente antagônicas segundo abordagens weberianas. É que as ocupações surgem como um conjunto de posições empiricamente dadas, passíveis de observação por meio dos títulos ocupacionais e, por conseguinte, disponíveis à organização segundo os esquemas abstratos ditados pelas teorias. Assim, a estrutura de classes é muitas vezes operacionalizada em termos de um conjunto de títulos ocupacionais, agregados de acordo com critérios que, muitas vezes, envolvem também outras informações, como a situação de emprego (se empregado, empregador ou trabalhador por conta própria, por exemplo).

Wright (1980) enfatiza que classes e ocupações são dimensões distintas da estrutura social, a primeira referente a relações sociais de controle sobre diferentes gêneros de capital e a segunda referente à organização técnica da atividade produtiva. Nessa perspectiva, classes não podem ser compreendidas como simples agregados de ocupações. Uma mesma ocupação pode perpassar várias classes e pessoas de diferentes classes podem ter a mesma ocupação, ainda que exista correlação entre essas duas dimensões com as ocupações manuais, por exemplo, tendendo fortemente à posição de classe proletária. Na prática, contudo, diante de limites operacionais impostos pela disponibilidade de informações, esforços de implementação da teoria

de classes proposta por Wright dependem fortemente, embora não exclusivamente, de informações sobre títulos ocupacionais, como em Santos (2005).

Os títulos ocupacionais também cumprem papel central em estudos sobre mobilidade cujos esquemas teóricos se preocupam menos com a posse de ativos de capital e mais com o *status* de autoridade e o nível de qualificação enquanto critérios para estabelecer a hierarquia entre as posições de classe (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1979). Na verdade, uma vasta produção utiliza as ocupações como operacionalização para posições de classe. No âmbito de estudos sobre mobilidade entre gerações, o trato com as ocupações é central (DUNCAN, 1979), se por nada mais, porque a informação sobre a ocupação dos pais pode ser obtida retrospectivamente de maneira confiável, enquanto outras informações, como rendimentos dos pais, só podem ser obtidas, em geral, de maneira indireta, por meio de estimativas que, por sua vez, se baseiam em informações retrospectivas sobre títulos ocupacionais e educação. Um corpo grande de estudos também se dedica à relação entre ocupações e *status*, no sentido de prestígio (FEATHERMAN; LANCASTER JONES; HAUSER, 1975). Muitas vezes, nenhum esforço é feito para definir explicitamente uma estrutura de classes, embora se façam presentes reflexões sobre os mesmos critérios discutidos por tradições marxistas e weberianas. Nesses casos, geralmente se emprega simplesmente o termo estrutura ou estratificação ocupacional, como por exemplo em Sorokin (1954).

Em muitas ocasiões, no intuito de hierarquizar ocupações em esquemas de estratificação, são utilizadas escalas de prestígio, sendo o prestígio atribuído com base em sondagens sobre avaliações subjetivas ou em índices de *status* socioeconômico (GANZEBOOM; DE GRAAF; TREIMAN, 1992). Nesse último caso, os níveis médios de renda e de escolaridade associados a uma determinada ocupação costumam ser os critérios de hierarquização. Assim, nesses casos, embora se tratem de definições de classe operacionalizadas em termos de uma estrutura ocupacional, os verdadeiros critérios que definem a hierarquia são a educação e a renda.

Alinhando-se, de maneira muito peculiar, à tradição marxista, Sorensen (2000) propõe um conceito de classe enquanto relações de exploração que se configura

a partir da posse de uma categoria particular de ativos capazes de gerar retornos excedentes ao que seria esperado num mercado perfeitamente competitivo. Nessa abordagem, as posições de classe perdem identidade com posições no arranjo produtivo, donde decorre uma dissociação muito forte dos títulos ocupacionais enquanto possibilidade de operacionalização. Goldthorpe (2000) critica essa abordagem, apontando dificuldades para a delimitação da categoria de ativos que gerariam exploração, assim como para os problemas em se tomar, como o faz Sorensen, a abstração de um mercado perfeitamente competitivo como base para essa delimitação. Além disso, a dissociação do conceito de exploração com relação à habilidade de apropriação do fruto do trabalho de outros, dentro de um quadro jurídico e institucional que sanciona esse poder, fez levantar críticas dentro da própria tradição marxista (WRIGHT, 2000).

Por outro lado, entretanto, Sorensen (2000) também defende a definição de classe enquanto condições de vida, embora considerando-a de menor poder explicativo, devido a uma inabilidade para estabelecer uma relação causal entre posições de classe, antagonismo de classe, conflitos políticos e mudanças históricas, ambição cara às teorias marxistas. A definição de classe enquanto modo de vida se baseia, segundo Sorensen, na riqueza total, e como volumes diferentes de riqueza total não necessariamente implicam diretamente um antagonismo de interesses, tal definição não seria suficiente para elucidar as bases estruturais do conflito entre classes. No entanto, a noção de classe enquanto riqueza total seria adequada para explicar a determinação das chances de vida (SORENSEN, 2000).

Segundo o autor, é importante considerar a riqueza não enquanto a posição na distribuição de rendimentos num recorte transversal, mas a riqueza em longo prazo. Diferentemente do seu conceito de classe enquanto exploração, as classes enquanto condições de vida relacionam-se estreitamente com observáveis como renda, ocupação e patrimônio. A definição de classe aqui adotada não equivale precisamente à definição de classe enquanto condições de vida, à medida que se trata aqui, precisamente, da posição das pessoas na distribuição de renda em dado

momento, e não da riqueza total durável. Ainda assim, à medida que há, por certo, uma forte correlação entre a posição na distribuição de renda em dado momento e a posição que seria encontrada numa distribuição de riqueza total e durável, a definição operacional utilizada aqui se harmoniza com o conceito de classe enquanto condições de vida. A posição na distribuição de rendimentos pode ser utilizada para indicar a mesma condição subjacente, não observada diretamente, que o conceito baseado na riqueza total procura representar: uma posição que condiciona as chances de sucesso econômico, os interesses, as proximidades sociais e os estilos de vida.

Além de ser compatível com uma discussão complexa, não meramente "economicista", a definição de classe com base na distribuição de rendimentos tem pontos fortes. Ao discutir sobre as diferenças entre a abordagem contínua e a abordagem categórica sobre esquemas hierárquicos de estratificação ocupacional, Ganzeboom *et al.* (1992) apontam certas vantagens da abordagem contínua. Considerações essas que se aplicam igualmente a uma definição de classe baseada em rendimentos. Primeiramente, em qualquer esquema de classificação que defina as classes sociais enquanto um conjunto parcimonioso de categorias, haverá ainda uma grande heterogeneidade interna a essas categorias no que se refere ao *status* socioeconômico e às condições de vida. Claro que qualquer estudo estará então mais interessado nas distinções, teoricamente informadas, traçadas entre essas categorias do que na diversidade que permanece existindo no interior delas. Ainda assim, uma grandeza contínua como a renda permite um número virtualmente ilimitado de distinções, garantindo a possibilidade de diferenciações internas.

Em segundo lugar, embora as definições categóricas permitam que se considere um conjunto amplo de critérios para definir as classes em questão, contribuindo para o maior refinamento teórico das definições operacionais, na prática, em boa parte dos exercícios explicativos, esses diversos fatores estão altamente correlacionados, de modo que as diferentes dimensões adotadas convergem para uma única. Essa dimensão única é o que se chama de hierarquia socioeconômica e pode ser dada, de maneira geral, por uma composição de escolaridade e renda. Assim, a definição

unidimensional em termos de rendimento perde, sim, informações, mas a perda seguramente não é tamanha a ponto de invalidar sua aplicação. A renda constitui um eixo de classificação com alto poder explicativo, podendo, portanto, a desigualdade de rendimentos ser considerada uma representação para a desigualdade de classes enquanto condições de vida. Finalmente, como o objetivo central deste livro é estudar a disparidade racial na composição do grupo dos ricos, o trato com rendimentos é definitivamente mais adequado dada à inabilidade de esquemas baseados em títulos ocupacionais para identificar com consistência os grupos de alta renda (MEDEIROS; SOUZA, 2014).

3.1 Os métodos utilizados

Uma discussão precursora na abordagem estrutural da discriminação por raça diz respeito a como a dinamização econômica e o avanço da ordem competitiva afetariam a discriminação racial. De um lado, há a hipótese de que, com o avanço do individualismo e da ideologia do desempenho meritocrático, a discriminação por atributos adscritos perderia força. De outro lado, argumenta-se que o acirramento da competição estaria intensificando as práticas discriminatórias. Para avaliar essas hipóteses, mobiliza-se aqui uma perspectiva transversal. Como o Brasil é um país de dimensões continentais e marcado por grandes desigualdades regionais em termos de desenvolvimento econômico, é possível aferir como a desigualdade racial varia ao longo de regiões mais ou menos economicamente dinâmicas. Essa variação é observada ao longo de unidades federativas e também ao longo de municípios.

Em sua seção sobre contas regionais do Brasil, o IBGE disponibiliza os dados sobre Valor Bruto da Produção para diversos setores da atividade econômica. É possível obter lá, para cada unidade federativa, o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação. Toma-se aqui esses valores para o ano de 2009, a preços correntes, como um indicador do nível de industrialização da respectiva unidade federativa. Já para os municípios, não há esse tipo de informação disponível. Recorre-se então, nesse caso,

ao tamanho da população como indicador de dinamismo econômico, com base no fato de que, historicamente, o aumento da população nas cidades está relacionado ao seu desenvolvimento econômico, que amplia as possibilidades de trabalho e de acesso a serviços. Municípios mais povoados são, em geral, mais economicamente dinâmicos.

Por outro lado, uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial, para cada unidade federativa e para cada município, pode ser obtida por meio de regressões lineares. Mais especificamente, estima-se um modelo em que o logaritmo da renda pessoal no trabalho principal é explicado pela escolaridade, idade, localização do domicílio (rural ou urbana), ocupação das pessoas e, finalmente, pela atribuição racial. O objetivo é obter um coeficiente associado à variável raça que expresse os impactos diretos da discriminação racial, graças ao controle exercido pelas outras variáveis incluídas no modelo.

A escolaridade é considerada em termos de quatro indicadores para níveis de ensino mutualmente exclusivos: (i) ensino fundamental incompleto ou menos; (ii) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo); (iii) superior incompleto ou menos (inclui médio completo); e (iv) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Como desigualdades educacionais entre negros e brancos medeiam parte da desigualdade racial de renda, é importante incluir controle estatístico nessa variável, para que se obtenha uma medida de desigualdade diretamente relacionada à condição racial das pessoas.

A idade é, de praxe, incluída com um termo quadrático em regressões desse tipo, de modo que a modelagem se ajuste ao fato de que os rendimentos aumentam com a idade, mas, até certo ponto, onde há uma ligeira queda, se descreve com uma curva parabólica. A princípio, como reza a teoria do capital humano, a idade é um indicador da experiência profissional e, por isso, está relacionada a maiores níveis de rendimento. Contudo, a idade também se relaciona à renda por outros motivos. Ao longo da trajetória de vida, as pessoas se tornam mais experientes, não apenas no sentido de adquirirem mais habilidades produtivas. Elas também aprendem estratégias para procurar e lidar com oportunidades no mercado de trabalho,

estabelecem redes de contato economicamente úteis e estabilizam expectativas em face do seu horizonte de possibilidades. Nesse sentido, a correlação entre idade e renda é mais bem interpretada do ponto de vista das teorias do curso de vida, que versam sobre esse conjunto mais amplo de aprendizados (SHANAHAN; PORFELLI, 2002; STAFF; MORTIMER, 2007; WARREN, 2002). A presença de um indicador para residência urbana ou rural também é um controle importante. Como há associação entre essa variável e os rendimentos, a eventual concentração de negros em áreas rurais poderia enviesar os resultados.

Embora, de acordo com o exposto na seção 2.2, a mediação da desigualdade racial pela posição ocupada no arranjo produtivo não seja objeto do presente estudo, no caso desse exercício, é importante levar em conta posições ocupacionais. A própria diferenciação da estrutura de classes opera uma ampliação dos suportes para a desigualdade racial, fazendo com que unidades federativas e municípios maiores tendam a apresentar maior desigualdade racial pelo simples fato de terem uma estrutura ocupacional mais diferenciada. Ao inserir-se controle pelas categorias ocupacionais, elimina-se a influência dessa tendência sobre os resultados. Assim, caso se observe mais desigualdade racial em locais mais economicamente dinâmicos, isso não poderá ser explicado pela maior diferenciação da estrutura ocupacional.

O modelo de regressão assim definido pode ser estimado em todas as unidades federativas e em municípios com 5 mil habitantes ou mais, obtendo-se uma medida da desigualdade de renda diretamente associada à condição racial. Pode-se, então, verificar a correlação existente entre essa medida e o Valor Bruto da Produção da indústria da transformação, no caso das unidades federativas, e com o tamanho da população no caso dos municípios. Tanto os valores brutos da produção quanto os tamanhos populacionais foram convertidos em escala logarítmica, com a finalidade de tornar os valores mais tratáveis. Um incremento na correlação com a desigualdade racial também foi observado em comparação com as escalas originais.

Por sua vez, a hipótese sobre o princípio de articulação entre classe e raça exige uma técnica que permita a extrapolação da análise em torno da média. A técnica de

decomposição proposta por Junh *et al.* (1993), doravante denominada JMP, atende a esse propósito. Por meio de uma série de simulações, essa técnica permite decompor a desigualdade de rendimentos entre negros e brancos, para diferentes posições na distribuição de renda, em três componentes: (a) um devido às diferenças entre os grupos no que diz respeito à distribuição das variáveis explicativas incluídas no modelo, (b) outro que se deve às diferenças, entre os grupos, nos coeficientes que associam essas variáveis aos níveis de rendimento e, finalmente, (c) um componente que se deve a fatores não observados. Ao presente exercício, é o segundo componente que interessa mais. Ele expressa a desigualdade racial que se deve ao fato de que o mundo, em certo sentido, funciona de modo diferente para negros e brancos. Em outras palavras, o que os coeficientes expressam é o comportamento da associação entre os fatores considerados no modelo, e os rendimentos e esse comportamento não são os mesmos para brancos e negros. É por isso que esse componente pode ser tratado como uma medida dos impactos da discriminação racial.

É verdade que essa interpretação não é de todo inquestionável. Pode-se argumentar, por exemplo, que os engenheiros negros tendem a se formar em escolas de menor qualidade e prestígio e que, por isso, em média, suas credenciais se revertem em menores níveis de rendimento. A questão é que dificilmente um pesquisador dispõe de uma observação direta das práticas de discriminação e, porquanto se deseja obter uma medida razoável dos seus impactos diretos, recorre-se, seguindo uma considerável tradição de estudos (FAIRLIE, 1999; KITAGAWA; HAUSER, 1968; R. L. OAXACA; RANSOM, 1994; YUN, 2009) a essa medida como uma aproximação desses impactos.

Para a aplicação desse exercício, recorre-se a um modelo de regressão mais simples que o exposto anteriormente. O interesse é distinguir, por um lado, a porção da desigualdade racial que se deve a diferenças entre negros e brancos em atributos individuais relacionados à renda, sobretudo a educação, e, por outro lado, a porção dessa desigualdade que se deve ao fato de que o mercado de trabalho não responde da mesma maneira aos atributos individuais dos dois grupos raciais, em prejuízo das pessoas negras. Com isso, o modelo de regressão adotado explica a variação na renda apenas em função da idade

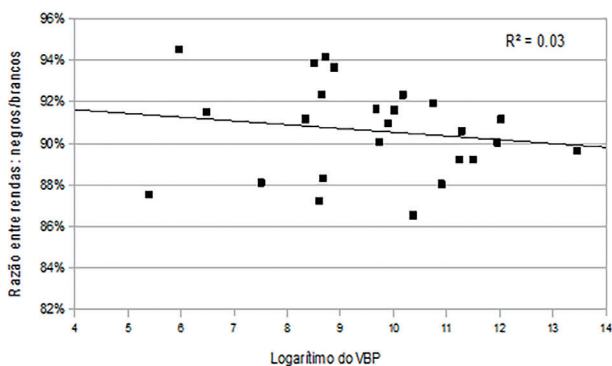
e da escolaridade. Para exercer controle sobre a segmentação geográfica, que reduz a renda esperada dos negros dada sua concentração em regiões com menores níveis de rendimentos, restringe-se o estudo à população urbana da região Sudeste, sendo os resultados consistentes àqueles obtidos para outras regiões.

A hipótese sobre a acomodação das relações raciais em posições de classe é testada ainda a partir de uma segunda opção operacional. Embora, ao estimar distribuições inteiras por meio dos exercícios de simulação, a decomposição JMP permita trabalhar com diferentes posições na distribuição de renda, os coeficientes ainda são estimados por uma regressão linear centrada na média. Em outras palavras, o comportamento da distribuição de renda é observado com base em cálculos centrados na média de rendimentos. Assim, pode haver ainda dúvidas a respeito de em que medida esse exercício capta propriamente o comportamento diferencial da desigualdade diretamente associada à raça ao longo da distribuição. Convém, portanto, utilizar uma técnica que permita estimar conjuntos distintos de coeficientes para diferentes posições na distribuição de renda, o que é o caso da regressão por quantis.

Do ponto de vista substantivo, os coeficientes desse tipo de regressão são interpretados do mesmo modo que os coeficientes de uma regressão linear. A diferença é que eles são calculados por um ajuste matemático que se dá não em torno da média, mas de diferentes quantis, como a mediana. Além disso, suas rotinas de estimação são computacionalmente mais intensivas, pois envolvem métodos não exatos de minimização dos resíduos que são computados em termos de valores absolutos, e não quadráticos como no método dos Mínimos Quadrados Ordinários, em geral utilizado em regressões lineares. Com a regressão quantílica, foi possível estimar coeficientes associando a condição racial à renda para diversas posições da distribuição, mais precisamente: os 25º, 50º, 75º, 90º, 95º e 99º quantis de renda. O modelo de regressão aplicado é bastante parcimonioso, incluindo apenas cinco níveis de escolaridade, a idade e a condição racial, para explicar a variação dos rendimentos. O controle por segmentação geográfica foi novamente implementado por restrições na população em estudo, sendo expostos apenas os resultados para as zonas urbanas da região Sudeste.

3.2 Discriminação racial e dinamismo econômico

Primeiramente, observe-se como a desigualdade racial se comporta diante do dinamismo econômico das unidades federativas. De acordo com o exposto na seção anterior, aplicando o modelo de regressão linear à distribuição de renda das unidades federativas, tomadas uma a uma, obtém-se um coeficiente associado à variável raça, a partir do qual é possível computar a razão entre a renda de negros e de brancos mantendo constantes as outras variáveis consideradas no modelo. Note-se que as regressões tiveram boa performance. Ao longo das diferentes unidades, a proporção da variação da renda explicada pelos modelos oscilou entre 39% e 59%, mantendo-se em torno de 45%. A partir dos resultados, elaborou-se um diagrama de dispersão associando o valor bruto da produção das unidades federativas à desigualdade diretamente associada à condição racial. O Gráfico 3.1 mostra esse diagrama. O padrão observado oferece um suporte muito frágil à hipótese de que o dinamismo econômico se correlaciona com maiores níveis para desigualdade diretamente associada à condição racial. O coeficiente de determinação entre essas duas grandezas é da ordem de 0,03, relevando que apenas 3% da variação na desigualdade racial de renda responde à variação nos valores brutos de produção. Além disso, a correlação não é estatisticamente significativa.

Gráfico 3.1: Diagrama de dispersão: desigualdade racial por nível de industrialização.

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os municípios, observa-se o mesmo padrão, mas com resultados mais robustos do ponto de vista estatístico. Um número de 1.064 municípios foi considerado na análise. Ao longo dos municípios, a desigualdade diretamente relacionada à condição racial, ou seja, aquela que persiste mesmo quando considerados todos os controles discutidos na seção anterior, varia bastante. Ela vai de situações em que a renda esperada dos negros fica em torno de 50% da renda esperada dos brancos até situações de igualdade racial de renda, sendo que os valores se concentram em torno de 90%, um nível moderado de desigualdade, mas, ainda assim, considerável, tendo em vista que se isolou o efeito de muitas fontes de desigualdade racial de renda, inclusive a distribuição desigual de negros e brancos entre categorias ocupacionais. A Tabela 3.1 mostra os resultados de um modelo de regressão muito simples, que explica os níveis de desigualdade racial exclusivamente em razão do tamanho dos municípios (o logaritmo da população total).

Tabela 3.1: Regressão linear: desigualdade racial pelo tamanho dos municípios.

	Sem controle por ocupações	Com controle por ocupações
Coeficiente associando a população do município à desigualdade racial	-0,010	-0,008
Proporção da variância explicada	4,5%	3,6%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A regressão linear da desigualdade racial em razão do logaritmo do tamanho do município revela uma correlação estatisticamente significativa. A performance do modelo continua tímida, explicando uma proporção muito modesta da variação na desigualdade. O importante, contudo, é que há uma correlação significativa entre as duas grandezas. Quanto maior o município, maior a desigualdade diretamente associada à condição racial. Os resultados também mostram a relevância do controle pelas ocupações. Como foi argumentado na seção anterior, parte da associação

encontrada poderia se dever ao simples fato de que municípios mais economicamente dinâmicos contam com uma estrutura ocupacional mais diferenciada, o que implicaria uma maior desigualdade. Sem embargo, quando as regressões lineares aplicadas a cada município não incluem controle pela distribuição ocupacional dos grupos raciais, observa-se, ao final, uma correlação maior entre a desigualdade de renda e o tamanho dos municípios. Tanto é maior o coeficiente relacionando a desigualdade racial ao tamanho do município quanto é melhor a performance do modelo, explicando 4,5% da variação na desigualdade.

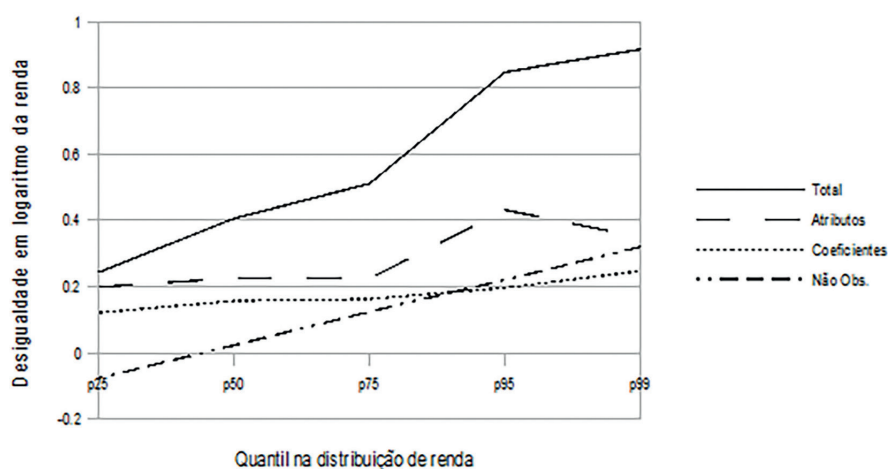
Já quando se consideram os resultados que levam em conta o controle por ocupações, a proporção da variância explicada cai a 3,6% e o coeficiente passa a ser -0,008, em vez de -0,010. Considerando esses resultados, uma forma de compreender, de maneira um pouco mais intuitiva, a habilidade com a qual o tamanho dos municípios explica a desigualdade racial de renda é considerar o seguinte: a razão entre a renda esperada de negros e de brancos varia, de fato, entre 50% e 100% ao longo dos municípios. Por outro lado, o modelo de regressão prevê, basicamente, uma variação muito menor, entre 87% e 96%, mas ainda assim considerável. Em outras palavras, parece que as diferenças de dinamismo econômico entre municípios fazem variar em até 9 pontos percentuais os efeitos da discriminação racial sobre a renda.

3.3 Os efeitos da discriminação em diferentes posições da distribuição de renda

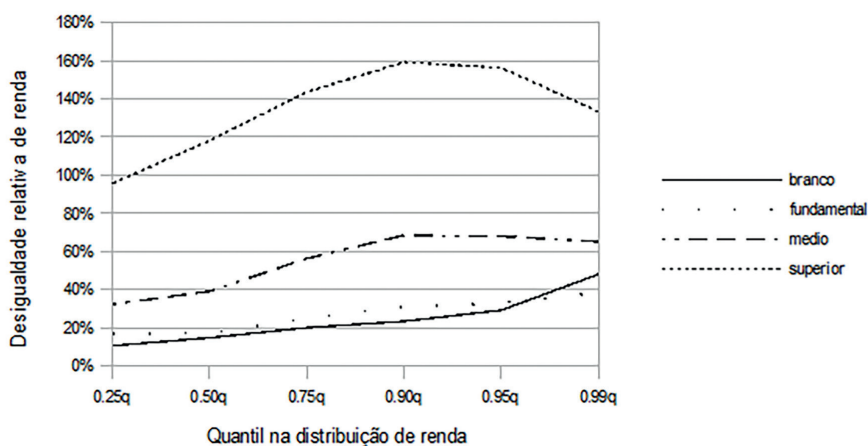
Se a desigualdade racial parece mesmo se acirrar com o dinamismo econômico, ela também parece se agravar ao longo da hierarquia das posições de classe, obedecendo o princípio da acomodação. Os resultados da decomposição JMP da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda são expostos no Gráfico 3.2. A linha contínua representa a desigualdade total de renda entre os grupos raciais. A linha tracejada representa a contribuição dos atributos individuais, enquanto a que alterna traços e pontos representa a contribuição de fatores não observados.

A linha pontilhada, por sua vez, é a que representa a contribuição dos coeficientes, ou seja, a contribuição estimada para os impactos diretos da discriminação racial. A desigualdade total é necessariamente a soma das três contribuições.

Observando a curva da desigualdade total, nota-se que a desigualdade racial se eleva acentuadamente ao longo da distribuição de renda. Percebe-se também que essa desigualdade é majoritariamente mediada pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos. Por outro lado, as curvas se aproximam muito no topo da distribuição, mostrando uma mudança importante no comportamento dos mecanismos geradores de desigualdade racial de renda. Observa-se que há um pico na contribuição das desigualdades educacionais em torno do 95º quantil. A contribuição dos fatores não observados, por sua vez, cresce linearmente ao longo da distribuição. Finalmente, dando suporte à hipótese lançada, a contribuição dos coeficientes cresce também linearmente. Na escala logarítmica, essa fonte responde por uma desigualdade de 0,12 na base da distribuição, chegando a 0,25 no topo. Isso quer dizer que, na base, a discriminação faria, sozinha, com que a renda dos negros fosse 89% da renda dos brancos. No topo da distribuição, esse quadro é agravado, chegando a cifra a 78%.

Gráfico 3.2: Decomposição da desigualdade ao longo da distribuição de renda. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Como o exercício com a decomposição JMP toma como base os coeficientes estimados ainda em torno média, é importante testar a mesma hipótese por meio de regressões por quantis, que estimam coeficientes centrados em diferentes posições da distribuição de renda sem, contudo, recair em problemas gerados por análises que procedem com o truncamento da distribuição de renda em diversas frações de amostra definidas por quantis (KOENKER, 2005), como é o caso do estudo de Biderman e Guimarães (2004) sobre desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Os resultados são expostos no Gráfico 2.3. Além dos coeficientes associados à condição racial, são dispostos os coeficientes associados, respectivamente, à obtenção do ensino fundamental, do médio ou do superior completos.

Gráfico 3.3: Regressão quantílica para a desigualdade racial de renda. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Os resultados são consistentes com os encontrados pela decomposição JMP. Nota-se que os coeficientes variam bastante ao longo da distribuição de renda, reforçando a ideia de que a análise centrada na média esconde informações importantes sobre o comportamento das correlações. Como a renda está em escala logarítmica, os coeficientes são uma aproximação da desigualdade relativa, em porcentagens, entre a renda esperada dos brancos e a renda esperada dos negros no respectivo

quantil. Essa aproximação é boa para os valores em torno de 20% ou abaixo. Acima disso, trata-se de uma subestimação consistente, ou seja, as diferenças são, na verdade, um pouco maiores do que aquelas apresentadas. Em se tratando dos níveis de ensino, as porcentagens devem ser interpretadas como a vantagem de cada nível educacional em comparação com o conjunto das pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto. No que se refere à condição racial, a figura mostra a vantagem dos brancos em relação aos negros.

Nota-se que a formação superior se relaciona a níveis muito mais elevados de rendimento ao longo de toda a distribuição. Contudo, essa correlação começa a cair quando se passa do nonagésimo quantil. O mesmo acontece com o ensino médio, porém de modo mais discreto. O ensino fundamental completo, por sua vez, associa-se a uma vantagem muito menor que, entretanto, cresce consistentemente ao longo da distribuição de renda. Embora a educação, especialmente a superior, esteja associada a maiores níveis de rendimentos, essa correlação perde força no topo da distribuição, indicando que a renda dos mais ricos se explica menos por suas realizações educacionais. É na região média-superior da hierarquia de classe que a educação parece contar mais intensamente como fator diferenciador de rendimentos.

A desvantagem do negro, por seu turno, não é apenas crescente ao longo de toda a distribuição, como também cresce mais acentuadamente quando se chega ao topo, do 95º ao 99º quantil. Essa é mais uma evidência favorável à ideia de que existe uma acomodação das relações raciais em posições de classe. Quanto mais elevada a posição na distribuição de renda, maior a desvantagem associada à condição racial, mesmo quando outros fatores importantes são controlados, como educação e segmentação geográfica. Aliás, a própria educação, nitidamente a educação superior e mais discretamente o nível médio de ensino, não segue o mesmo padrão que a condição racial, com seus impactos sofrendo certa redução no topo da distribuição. São os coeficientes associados à condição do negro que seguem nitidamente o comportamento previsto. É temerário afirmar que esse padrão se deva exclusivamente ao comportamento das práticas de discriminação racial, à resistência imposta às pessoas

negras de acordo com a posição social em questão. Entre os mais ricos, diferenciais de renda devem se tornar mais sensíveis a fatores como a herança material e imaterial como, por exemplo, a inclusão em redes de favorecimento de elite. Como é razoável supor que os negros estejam também em desvantagem quanto a esses fatores, a sua não inclusão no modelo enviesa os coeficientes associados à condição racial, respondendo talvez em parte pelo padrão apresentado. O que as evidências empíricas sustentam diretamente é, portanto, que um complexo de fatores, envolvendo tanto práticas de discriminação quanto mecanismos de mediação da desigualdade racial não observados, comporta-se de acordo com o princípio da acomodação das relações raciais em posições de classe, tornando as barreiras raciais tão mais severas quanto mais audaciosas as expectativas de competição.

3.4 Conclusão

A tese da acomodação não afirma apenas que a hierarquia racial constitui uma semântica sobreposta à hierarquia de classes, com a negritude simplesmente conotando posições sociais subalternas. Se fosse assim, a condição de classe seria a verdadeira dimensão definidora da hierarquia social. Já a cor, seria apenas um dos significantes possíveis para essa hierarquia, uma forma estética associada a determinada posição típica de classe e, portanto, capaz de comunicá-la. Embora essa associação indutiva entre raça e classe seja um fenômeno importante, gerador de uma semântica onde posição racial pode comunicar, por analogia, posição de classe, a tese da acomodação afirma que existe algo muito além disso na interação entre classe e raça. Na verdade, é preciso estabelecer uma diferença entre, de um lado, a interação dinâmica entre classe e raça no que diz respeito às práticas de discriminação e, de outro lado, a interação semântica entre essas duas dimensões de hierarquização social.

Considere-se, por exemplo, a ideia do “embranquecimento”. Como se sabe, não é incomum o argumento de que o negro, ao ascender socialmente, “embranquece”,

no sentido de ser aceito socialmente como uma pessoa branca, como se a ascensão de classe virtualmente eliminasse a discriminação racial. Como se pode notar, os resultados aqui apresentados dão muito pouco alento a essa ideia. É justamente sobre os negros alcançando degraus mais altos da hierarquia socioeconômica que as barreiras raciais parecem pesar mais.

Contudo, mais do que descartada, a ideia do "embranquecimento" precisa ser melhor compreendida em termos de um fenômeno semântico. Ponha-se de lado a ideia de que se trata da irrelevância do preconceito racial diante da ascensão socioeconômica. O que então esse termo poderia significar? O que se revela é uma figura de linguagem; nada mais e nada menos que uma metonímia. É que a classificação social opera muitas vezes por síntese. Se, do ponto de vista analítico, condição racial e posição de classe constituem dimensões distintas da formação de *status*, do ponto de vista da experiência, a colinearidade empírica entre esses dois vetores informa uma semântica sintética de classificação social.

O fato de se utilizar eventualmente termos de branquidão para se referir a um negro que é rico não significa que o eixo de classificação racial tenha sido abandonado em nome do eixo de classificação por classe, mas tão somente que aquilo que seria o eixo de classificação racial assume, por metonímia, uma habilidade expressiva para conotar posição de classe ou, melhor ainda, *status* em geral. É como se fosse extraída, de maneira espontânea, da distribuição por esses dois eixos de classificação (a raça e a classe) a componente principal que expressa uma variável latente, que seria o próprio *status* social. O "embranquecimento" consiste em atribuir a essa grandeza latente o rótulo da branquitude. Nesse sentido, o "embranquecimento" é apenas expressão de uma operação lógica sintética, ao nível das formas de classificação social, que faz a brancura operar como rótulo para uma grandeza latente que constitui uma noção genérica de prestígio. Algo semelhante já foi observado por Azevedo (1955), quando esse autor notou que a cor e os traços físicos operam como símbolos gerais de *status*, fazendo da resistência ao intercurso racial uma manifestação simultânea de preconceitos por raça e por classe.

O mais importante é que não se pode confundir o "embranquecimento", que constitui, sem dúvidas, um fenômeno relevante do ponto de vista semântico, com o princípio de articulação entre raça e classe no que se refere ao comportamento efetivo da discriminação racial ao longo da hierarquia socioeconômica. Esse princípio parece ser o da acomodação das relações raciais em posições de classe e, de acordo com ele, as resistências sociais impostas aos negros na verdade se agravam quando se trata de posições sociais mais elevadas. De acordo com essa acomodação, o negro que enriquece não é um branco. Ele é, antes de tudo, aquilo que é: um negro rico. E contra ele reage um princípio que é contrariado pelo simples fato de ele ocupar a posição social que ocupa. Sua simples condição contraria o mapeamento normativo, socialmente compartilhado, dos grupos raciais em posições de classe.

4 Condição racial e o grupo dos ricos

Como foi visto no capítulo anterior, obedecendo a lógica subjacente da acomodação das relações raciais em posições de classe, a desigualdade racial atinge um estado crítico nas posições mais elevadas da distribuição de renda. Foi visto que, especialmente no percentil que delimita o grupo dos ricos conforme aqui definido, é maior a magnitude da desigualdade de renda associada ao indicador de condição racial. Contudo, antes de avançar ao estudo dos determinantes da riqueza, tarefa do próximo capítulo, é importante observar como a desigualdade racial de renda, especialmente a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos, se relaciona à desigualdade de renda em geral. Uma pergunta muito importante a se fazer é: a redução da disparidade racial de riqueza reduziria a desigualdade de renda na população total?

Além disso, considere-se que a desigualdade racial de riqueza pode ser considerada sob dois aspectos. Um referente à composição do grupo dos ricos e outro referente aos níveis de riqueza dos ricos ou, em outras palavras, ao quanto os ricos são ricos. Como o grupo dos ricos é definido em termos de uma linha de rendimentos, é de se esperar alguma homogeneidade de renda entre negros e brancos dentro desse grupo. Trata-se, afinal, do conjunto de negros e de brancos com rendimentos acima da linha da riqueza. Se os negros são minoria nesse grupo, não é necessário que, além disso, dentro desse grupo eles tenham níveis de afluência inferiores aos dos brancos. A disparidade

racial de riqueza poderia ser apenas de composição. Nesse capítulo, testa-se também a hipótese de que existe disparidade racial de riqueza em termos de nível.

4.1 Os métodos utilizados

Embora a noção de distribuição de rendimentos seja intuitivamente evidente, cabe explicitar as características básicas que a definem. Uma delas é o “nível” da distribuição, ou seja, a magnitude das quantidades distribuídas. A outra é a “forma” da distribuição, ou seja, a configuração assumida pela dispersão dessas quantidades. Descrever uma distribuição de rendimentos significa, essencialmente, oferecer uma representação adequada para essas duas características. Para realizar essa tarefa, existem diferentes recursos disponíveis. A principal preocupação ao se escolher qualquer um deles diz respeito às informações que eles mantêm ou perdem. Essa questão é especialmente sensível no que se refere à ‘forma’ da distribuição. Medidas como o Coeficiente de Gini, por exemplo, são meios para representar características da forma de uma distribuição. Trata-se de definir uma função que “traduzirá” toda uma curva em termos de um único número. Mais do que nunca, traduzir é trair. Certamente há perdas de informação no processo. Nesse sentido, tabelas e gráficos assumem um interesse especial. Principalmente os gráficos que, enquanto representações espaciais, fazem um bom trabalho em preservar informações sobre a forma da distribuição, oferecendo, além disso, uma abordagem bastante intuitiva.

Por outro lado, medidas sintéticas possuem suas próprias vantagens. A primeira, e mais óbvia, refere-se exatamente ao seu poder de síntese. Há uma simples questão de economia na exposição. É simplesmente conveniente poder expressar um conjunto grande de informações em um conjunto mais enxuto. O mais importante, contudo, é que medidas sintéticas possuem algumas vantagens do ponto de vista analítico. Por elas serem obtidas através de determinadas funções, é possível definir funções de modo a priorizar certo tipo de informação. Por exemplo, uma medida sintética de riqueza pode ser definida para representar a proporção dos ricos na

população total. Modificando sua função, pode-se obter uma medida que também preserve informações sobre a desigualdade de renda entre os ricos.

Outra vantagem analítica das medidas sintéticas é a possibilidade decompô-las. Tais medidas podem ser decompostas em fatores ou subgrupos que compõem a distribuição total dos rendimentos. Se for esse o interesse, uma medida de desigualdade de renda pode ser decomposta com base na contribuição de diferentes fontes de rendimento: trabalho, pensões, aluguéis, etc. Já no presente caso, deseja-se decompor medidas em subgrupos: negros e brancos. Nem todas as medidas são igualmente decomponíveis. Essa característica depende da função matemática que a define. No presente estudo, opta-se por trabalhar com a medida de desigualdade dada pelo Índice de Theil (1979), já que essa permite a decomposição aditiva da desigualdade total, que, no nosso caso, passa a ser dada por três componentes: a desigualdade interna ao grupo dos negros, a desigualdade interna ao grupo dos brancos e a desigualdade de renda entre negros e brancos.

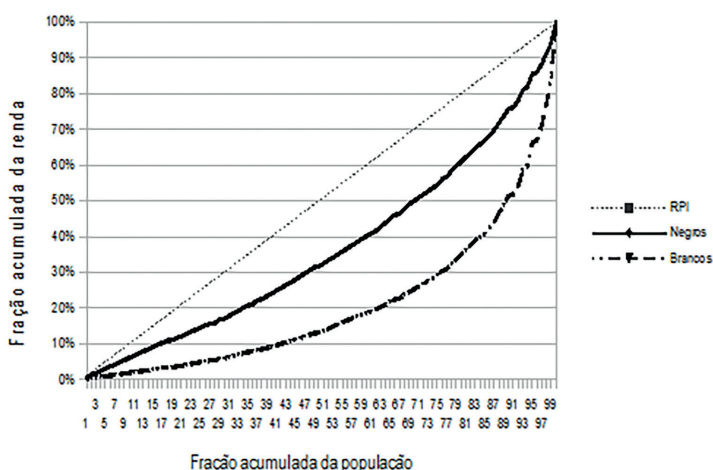
Para investigar a existência de disparidade racial de riqueza em termos de nível, será utilizada a medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). Peichl *et al.* (2010) propõem modificações na função matemática que define essa medida, principalmente com o objetivo de ajustá-la a necessidades de comparações internacionais. Nesse sentido, uma de suas principais preocupações é a de estabelecer uma função insensível à escala dos rendimentos (o que é fundamental para a comparabilidade entre medidas de riqueza para países com moedas e níveis de rendimento distintos) e também a conveniência de uma medida dotada de valor máximo (no caso, a unidade). Essas preocupações não são, contudo, relevantes para o presente trabalho, o que motiva a utilização da formulação proposta por Medeiros (2005), que é muito mais intuitiva.

4.2 Forma e nível da distribuição de renda entre os grupos raciais

O que aconteceria com a desigualdade de renda na população como um todo caso a diferença de nível entre os rendimentos de negros e de brancos se mantivesse, mas a

distribuição entre os negros assumisse a mesma forma que a distribuição entre os brancos atualmente possui? Por outro lado, o que aconteceria com a desigualdade global se o nível da distribuição de renda entre os negros se igualasse ao nível da distribuição de renda entre os brancos mantendo-se inalterada, contudo, a forma das respectivas distribuições? E se tanto nível quanto forma fossem equiparados? Esses são cenários hipotéticos interessantes do ponto de vista interpretativo, pois representam situações-limite daquilo que podem ser processos reais de redução da desigualdade racial, especialmente quanto à correção da disparidade racial de riqueza. Para compreender isso, observe primeiro a forma e o nível das distribuições de renda dos grupos raciais.

A distribuição de renda dos brancos supera a distribuição dos negros em nível e difere desta em forma, sendo muito mais desigual. Para representar essas diferenças, utilizam-se as curvas de Lorenz, que constituem um dos recursos mais difundidos no estudo sobre desigualdade de rendimentos. As curvas de Lorenz dispõem frações acumuladas da população no eixo horizontal e frações acumuladas da renda total no eixo vertical. O Gráfico 4.1 mostra, simultaneamente, as curvas de Lorenz para negros e para brancos, calculadas separadamente para cada grupo.

Gráfico 4.1: Curvas de Lorenz para negros e brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A melhor forma de compreender esse gráfico é partindo da situação de perfeita igualdade, representada pela Reta da Perfeita Igualdade, em pontilhado. Se a distribuição de renda em um grupo fosse perfeitamente igualitária, então, 20% da sua população acumularia 20% da renda do grupo, 40% da população acumularia 40% da renda do grupo e assim sucessivamente, o que formaria uma reta. Por outro lado, quanto maior o arco da curva, maior a desigualdade de renda no grupo em questão. A curva se torna mais e mais côncava à medida que maiores parcelas da população mais pobre recebem uma menor proporção acumulada dos rendimentos totais. Observa-se assim a maior desigualdade de renda no interior do grupo dos brancos. Note, por exemplo, que, entre os negros, os 35% mais pobres detêm 20% da renda total do grupo. Já os 35% mais pobres entre os brancos detêm apenas 8% da renda total desse grupo racial. Por outro lado, a fração dos 5% mais ricos entre os negros concentram 14% do total de renda do grupo. Já entre os brancos, os mesmos 5% mais ricos concentram 34%.

O Coeficiente de Gini é uma medida estreitamente associada à Curva de Lorenz. Como foi visto, quanto mais côncava for a Curva de Lorenz, isto é, quanto maior for a sua distância em relação à reta da perfeita igualdade, maior a desigualdade na distribuição. O Coeficiente de Gini é uma função dessa distância. Se a Curva de Lorenz coincide com a reta da perfeita igualdade, então não haverá tal distância e o Coeficiente de Gini será igual a zero. Quanto mais a curva se afasta da reta, maior o Coeficiente de Gini se torna, até o limite de um. A Tabela 4.1, a seguir, dispõe o Coeficiente de Gini para a população total e para cada um dos grupos raciais:[1]

[1] O uso do Coeficiente de Gini como medida de desigualdade é bastante difundido. É possível que o leitor confronte o valor aqui informado com valores informados por outras fontes. Antes de comparar esses valores e estranhar incompatibilidades, o leitor deve notar duas coisas. Primeiro: quais rendimentos estão sendo estudados. No presente caso, tratam-se dos rendimentos do trabalho principal. Por outro lado, boa parte das medidas de coeficientes de Gini divulgada ao público refere-se a rendimentos domiciliares per capita. Segundo: deve-se considerar a seleção da amostra em estudo. No presente caso, a diferença mais drástica é a exclusão de rendimentos inferiores a um salário mínimo. Essa exclusão certamente reduz a dispersão nos rendimentos e, portanto, as medidas de desigualdade. As restrições na idade para inclusão na amostra também têm um efeito de uniformização sobre os

Tabela 4.1: Coeficiente de Gini para negros, brancos e população total. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

População total		0,463
Negros		0,388
Brancos		0,489

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

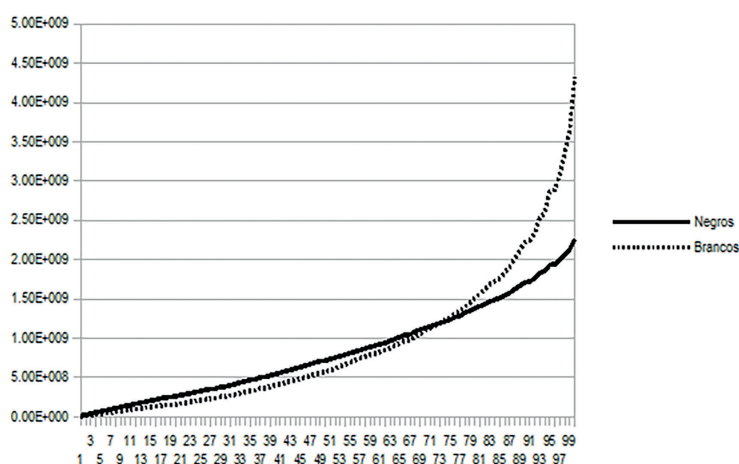
A desigualdade entre os brancos é quase 0,10 ponto maior que a desigualdade entre os negros. O valor para a desigualdade total fica entre os dois valores, mas se aproxima mais do valor para a população branca. Tudo isso é fruto do fato de que, embora os brancos se concentrem nas posições mais elevadas da distribuição de renda, eles ainda são 40% entre os que têm renda em torno de um salário mínimo. Ao mesmo tempo, os brancos representam algo em torno de 80% dos 5% mais ricos. Em outras palavras, os brancos estão mais distribuídos que os negros por todos os percentis de renda, e concentram a maior parte da riqueza. Assim sendo, sua distribuição de renda assemelha-se mais, em forma, à distribuição da população total, e isso se reflete no Coeficiente de Gini.

Note-se que as curvas de Lorenz são insensíveis a variações na escala dos rendimentos. Por exemplo, se a renda de todas as pessoas brancas fosse multiplicada por 10, de modo que, ao longo de toda distribuição, os brancos recebessem rendimentos pelo menos 10 vezes superiores aos dos negros, a Curva de Lorenz, conforme apresentada acima, permaneceria inalterada. O nível de renda dos brancos seria maior que o atual, mas as proporções da renda total acumulada por cada

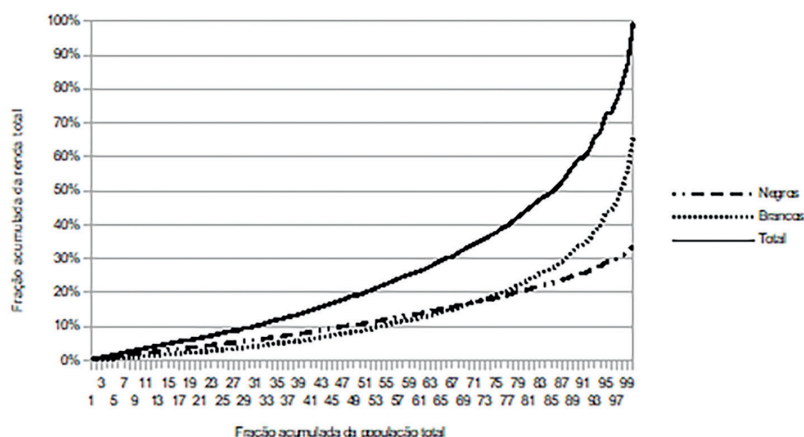
rendimentos, já que os valores de renda se dispersam de acordo com a idade. Utilizando os dados da PNAD 2012 sobre rendimentos do trabalho principal para todas as pessoas com dez anos ou mais de idade que estavam trabalhando, e sem a exclusão de rendimentos inferiores a um salário mínimo, obtém-se um Coeficiente de Gini, para a população total, no valor de 0,491.

porção da população não mudariam. Nesse sentido, a Curva de Lorenz oferece uma representação para a forma da distribuição de rendimentos, mas ignora o seu nível.

Uma forma tradicional de se representar ao mesmo tempo, graficamente, forma e nível de distribuições de renda é a Curva de Lorenz Generalizada. Trata-se tão somente de uma modificação das curvas de Lorenz convencionais, onde se multiplicam todos os valores do eixo vertical pela renda média do respectivo grupo. No presente caso, o estudo da Curva de Lorenz Generalizava se torna ainda mais intuitivo se, no lugar da média, utilizarmos os totais de renda para cada grupo. Neste caso, em vez de frações da média dos rendimentos, o eixo vertical do gráfico passa a representar frações da renda total acumulada por cada grupo racial. Pense nesse total de rendimentos como o total de recursos de bem-estar disponível a cada grupo racial. As curvas mostram, então, como esse bem-estar é distribuído cumulativamente no interior dos respectivos grupos. A seguir, o Gráfico 4.2 mostra os resultados dessa operação. As cifras são, obviamente, muito altas e, por isso, os rendimentos são expostos em notação científica. De qualquer modo, o que importa é a comparação entre os grupos, e não os valores absolutos de rendimento.

Gráfico 4.2: Curvas de Lorenz generalizadas pelo total de rendimentos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A melhor forma de compreender essas curvas é pensar nelas como uma mistura entre forma (desigualdade) e nível da distribuição de renda. O quanto uma curva se mantém acima ou abaixo da outra depende basicamente dos resultados dessa mistura até determinado quantil. O fato de a curva dos negros manter-se acima da curva dos brancos ao longo de boa parte de percentis tem a ver não com o nível da distribuição de renda dos negros (que é menor), mas sim com sua forma. Como a distribuição de renda entre os negros é menos desigual, as frações mais pobres acumulam uma porção maior da renda total do grupo. Já entre os brancos, essa fatia é comparativamente muito menor. A curva dos brancos ultrapassa a dos negros à altura do 73º percentil. A essa altura, onde as curvas se cruzam, a população negra acumula 53% da sua renda total, enquanto a população branca apenas 28%. Em outras palavras, 28% da renda total dos brancos equipara-se a 53% da renda total dos negros. A partir daí, a curva dos brancos distancia-se rapidamente da curva dos negros, mostrando níveis de rendimento acumulado muito superiores.

Gráfico 4.3: Decomposição da Curva de Lorenz por grupos raciais. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Se as diferenças na distribuição de renda entre os grupos raciais são tanto de nível quanto de forma, é preciso levar isso em consideração no momento de

relacionar a desigualdade entre os grupos raciais à desigualdade total. Essas diferenças de forma na desigualdade interna aos grupos implicam uma contribuição diferencial para a forma da desigualdade total. O Gráfico 4.3 ilustra essa relação. Ele traz a Curva de Lorenz para a população total e, sobrepostas a essa, curvas da contribuição de cada grupo racial para a proporção da renda total acumulada em cada percentil. Em outras palavras, em cada percentil, a Curva de Lorenz para a população total é decomposta em termos da contribuição de cada grupo racial.

Percebe-se nitidamente que a curva de contribuição dos brancos responde muito mais pela forma da distribuição total. A curva de contribuição dos negros é, por assim dizer, achatada, enquanto a curva de contribuição dos brancos acompanha muito proximamente a forma da Curva de Lorenz da população total. A distribuição dos brancos é um retrato mais próximo da desigualdade global, porque a desigualdade racial de renda manifesta-se pela pouca presença dos negros entre os mais ricos, o que distorce sua distribuição no sentido de uma maior igualdade diretamente relacionada ao menor nível de afluência econômica. O que se deduz disso é que a redução da desigualdade racial impactaria a desigualdade de renda global de maneiras muito diferentes, a depender de como se alterem o nível ou a forma da distribuição de renda dos negros. É possível fazer exercícios contrafatuais para explorar cenários hipotéticos dessa alteração. Para tanto, uma particular medida de desigualdade se mostra útil.

O Índice de Theil é uma medida sintética de desigualdade, como o coeficiente de Gini, embora não tenha a mesma associação com a Curva de Lorenz. Para compreendê-lo, é suficiente considerar que ele cresce à medida que os valores dos rendimentos em determinado grupo se dispersam em torno da média. Numa situação de completa igualdade, onde todas as pessoas recebem o mesmo rendimento, esse rendimento recebido por cada pessoa será, necessariamente, igual à média. Nessa situação, o Índice de Theil é igual a zero. À medida que os valores se dispersam em torno da média, o índice assume valores maiores. Diferentemente do Coeficiente de Gini, que varia apenas entre zero e um, o Índice de Theil pode crescer indefinidamente, embora valores superiores à unidade não sejam usuais.

A Tabela 4.2 mostra o Índice de Theil para a população total e para cada um dos grupos raciais:

Tabela 4.2: Índices de Theil para negros e brancos. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

População Total		0,510
Negros		0,370
Brancos		0,548

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

De acordo com o esperado, do mesmo modo que os coeficientes de Gini apresentados anteriormente, os índices de Theil mostram que a desigualdade é maior entre os brancos do que entre os negros, e que a magnitude da desigualdade geral está em um ponto intermediário entre essas duas, aproximando-se mais, contudo, da desigualdade no grupo dos brancos.

O primeiro passo para a implementação dos exercícios contrafatuais é decompor o Índice de Theil da população total em termos de contribuições dos grupos raciais.[2] A ideia básica é decompor a desigualdade nos rendimentos da população em termos de duas fontes de variação: a desigualdade *entre* os grupos e a desigualdade

[2] O campo de estudos sobre decomposição de medidas de desigualdade é bastante amplo. No presente estudo, interessa apenas a decomposição aditiva, o que exclui índices muito conhecidos, como o de Gini. Pyatt (1976) propõe interpretações para uma maneira possível de decompor aditivamente o Coeficiente de Gini. Contudo, aplicações desse procedimento não são usuais, já que um dos termos da decomposição (chamado de *overlap* e referente ao fato de que um grupo com menor renda média possui certos indivíduos com rendimento maior que indivíduos do grupo com maior renda média) dificilmente rende interpretações de valor substantivo. As medidas aditivamente decomponíveis mais conhecidas e empregadas são os índices de Theil, ou, de modo mais geral, a família de Medidas de Entropia Generalizada, da qual o Índice de Theil faz parte. Contudo, outro proeminente autor merece ser mencionado, embora tenha utilizado uma medida de desigualdade mais básica. No clássico *Equality of educational opportunity*, James Coleman (1966) emprega a decomposição aditiva da variância das notas dos estudantes em termos de: (i) variância dentro dos grupos (entre os alunos de uma mesma escola) e (ii) variância entre os grupos (entre as médias das escolas).

dentro dos grupos. A contribuição da desigualdade interna aos grupos depende de duas coisas: o Índice de Theil do respectivo grupo (a forma da sua distribuição) e a fração da renda total acumulada por ele (o nível da sua distribuição). Se a desigualdade dentro do grupo é maior, sua contribuição também será maior, tudo mais constante. Se um grupo acumula uma fração maior dos rendimentos totais, sua contribuição para o índice também será maior. A contribuição do grupo obtém-se pelo produto entre a sua fração acumulada e o seu Índice de Theil. Para obter o índice total, soma-se às contribuições dos grupos o Índice de Theil correspondente à desigualdade entre as rendas médias (desigualdade entre os grupos). A Tabela 4.3 apresenta os resultados dessa decomposição.[3]

Tabela 4.3: Decomposição do Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos Grupos	Brancos	0.657	0.548	70.5%
	Negros	0.343	0.370	24.9%
Entre os Grupos		-	0.023	4.6%
Total		-	**0.510**	**100%**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Primeiramente, confirma-se a impressão de que a desigualdade interna ao grupo dos brancos é a que mais contribui para o índice geral de desigualdade. O grupo dos brancos responde por 70,54% do índice total. Mais ainda, nota-se que isso se deve tanto à maior desigualdade interna ao grupo dos brancos quanto ao fato desse grupo acumular uma fração muito maior dos rendimentos totais. Em outras

[3] A aplicação do Índice de Theil ora apresentada informa-se em um *working paper* entitulado *The Young Person's Guide to the Theil Index: suggesting intuitive interpretations and exploring analytical applications*, de Pedro Conceição e Pedro Ferreira (2000).

palavras, a maior contribuição do grupo dos brancos para o padrão de desigualdade na população total se deve, por um lado, à forma dessa distribuição, ou seja, ao fato de ela ser muito mais desigual, e, por outro lado, ao seu nível. Quanto à desigualdade entre os grupos, nota-se que sua contribuição é bastante discreta: 4,6% para o índice total. Para interpretar adequadamente esse fato é preciso considerar o que essa medida significa em termos de seu cômputo. Como já enfatizado, a contribuição da desigualdade entre os grupos para a desigualdade total depende basicamente da diferença entre as rendas médias de cada um deles. Portanto, é de se esperar que, no presente caso, a desigualdade entre os grupos contribua relativamente menos para a desigualdade total. Espera-se que a variação entre duas médias (rendas médias dos negros e dos brancos) em torno da média total seja menor que a variação dos rendimentos de todos os indivíduos de um grupo em torno da média desse grupo.

Assim, a diferença entre médias não é o modo mais importante pelo qual a desigualdade entre os grupos raciais contribui para a desigualdade total. Essa relação se estabelece principalmente pelo modo como a desigualdade *entre* os grupos associa-se a diferentes padrões de desigualdade *dentro* dos grupos, assim como à desproporção entre suas apropriações da renda total disponível na população. A muito maior contribuição da desigualdade interna ao grupo dos brancos está diretamente associada à concentração dos negros entre os estratos mais pobres, o que implica uma distribuição de renda muito menos desigual, assim como a apropriação de uma fração muito menor dos rendimentos totais disponíveis.

Agora, o que aconteceria então com a desigualdade de renda na população como um todo caso a diferença de nível entre os rendimentos de negros e de brancos se mantivesse, mas a distribuição entre os negros assumisse a mesma forma que a distribuição dos brancos atualmente possui? Esse cenário hipotético representa uma situação-limite para o caso de surgimento de mais pessoas negras ricas, graças, talvez, a eventuais políticas de ação afirmativa para carreiras de alto retorno financeiro. Formar-se-ia uma elite negra maior em proporção, tornando a distribuição de renda no interior do grupo mais desigual. Considere-se que, nesse cenário,

a proporção da renda total apropriada por cada grupo permanecesse a mesma, ou seja, que não houvesse redução da desigualdade de nível entre os grupos. É um pouco estranho imaginar isso, já que o aumento do número de negros ricos elevaria o nível da distribuição como um todo, aproximando-o da dos brancos. Contudo, é possível imaginar a situação em que os brancos, de maneira geral, aumentariam seus níveis de rendimento de modo a compensar essa aproximação dos negros. Para essa situação, no limite, o grupo dos negros passaria a ter o mesmo Índice de Theil que o grupo dos brancos, mantendo, contudo, sua proporção original da renda total acumulada. A Tabela 4.4 mostra como isso afetaria a desigualdade global e a contribuição dos respectivos grupos. Nota-se que a desigualdade total aumentaria consideravelmente com o índice indo do original, 0,51, a mais de 0,57. A contribuição da desigualdade interna ao grupo dos negros, que era de aproximadamente 25%, passaria a ser praticamente 33%. A contribuição da desigualdade entre os grupos, que é a mesma em níveis absolutos, seria ligeiramente menor em termos relativos.

Tabela 4.4: Primeira simulação com o Índice de Theil.
Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos grupos	Brancos	0.657	0.548	63.00%
	Negros	0.343	0.548	32.93%
Entre os grupos		-	0.023	4.07%
Total		-	**0.571**	**100.00%**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Outro cenário interessante é aquele em que, com a forma da distribuição dos negros tornando-se como a dos brancos, desaparecesse a desigualdade de nível entre os grupos. Esse é o cenário mais natural de se imaginar no caso de aumento na

proporção de negros relativamente ricos. À medida que a forma da distribuição de renda entre os negros se aproximaria daquela dos brancos, o grupo dos negros passaria a acumular proporções maiores da renda total disponível. No limite, o grupo acumularia uma fatia da renda total proporcional ao seu tamanho. Sendo que os negros perfazem 46% da população ora em estudo, considera-se, portanto, que essa seria a proporção da renda total acumulada por eles na situação de igualdade de nível entre os grupos. A Tabela 4.5, a seguir, mostra os detalhes da decomposição nesse cenário.

Tabela 4.5: Segunda simulação com o Índice de Theil. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos grupos	Brancos	0,54	0,548	54,0%
	Negros	0,46	0,548	46,0%
Entre os grupos		-	0,000	0,0%
Total		-	**0,548**	**100,0%**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A desigualdade agora sobe de 0,51 para 0,54, e não mais para 0,57. Como se nota, haveria ainda aumento na desigualdade total. A eliminação da desigualdade entre os grupos ameniza o incremento na desigualdade total, mas não chega, contudo, a compensá-lo. O resultado final continua sendo uma distribuição de renda mais desigual na população como um todo. Observe-se que o índice total é necessariamente igual ao índice de cada um dos grupos, que são agora equivalentes. Sendo os grupos agora igualmente desiguais, suas contribuições variam apenas de acordo com a fração da renda total acumulada por eles.

O terceiro cenário a ser explorado corresponde à eliminação da desigualdade de nível sem alteração da diferença de forma entre as duas distribuições. Nesse caso, os negros passam a acumular uma fração da renda total semelhante àquela acumulada pelos brancos, não pelo crescimento de uma fração de negros ricos, mas pelo aumento da renda nas posições mais baixas e intermediárias da distribuição. O cenário faz sentido como limite para uma situação em que a população negra se torna desproporcionalmente beneficiada por uma elevação nos níveis de rendimento da população mais pobre e, mais ainda, pela redução dos níveis de desemprego e de inatividade. Nesse caso, estaria em jogo o aumento da massa de negros no mercado de trabalho recebendo salários de nível razoável. A desigualdade de renda média entre os grupos não estaria, de fato, desaparecendo, pois o aumento na proporção da renda acumulada pelo grupo seria acompanhado pelo aumento no tamanho do grupo. Em outras palavras, nessa situação, para acumular, enquanto grupo, uma proporção dos rendimentos totais equivalente ao rendimento dos brancos, o grupo teria que ter uma presença mais massiva no mercado de trabalho. Como a média é a divisão da renda total pelo número de pessoas com rendimentos, a renda média dos negros continuaria menor que a renda média dos brancos, mesmo os negros acumulando uma porção mais equânime da renda total disponível.

Considere-se que, nessa situação limite, a desigualdade entre os rendimentos médios de cada grupo se mantenha como a atualmente observada, e que as proporções da renda total acumulada por cada grupo se tornem as mesmas que as do exercício anterior: 54% para os brancos e 46% para os negros. Note-se, contudo, que, nesse cenário, essas proporções não seriam equivalentes à proporção dos grupos na população. Os negros continuariam com uma proporção dos rendimentos inferior à sua proporção na população, pois, nesse caso, a aproximação entre os grupos estaria se dando também pelo aumento do quantitativo de negros trabalhando, a ponto de esse grupo acumular frações maiores da renda total disponível. A Tabela 4.6, a seguir, mostra a decomposição com esse cenário hipotético:

Tabela 4.6: Terceira simulação com o Índice de Theil.
Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte de variação		Fração da renda total	Índice de Theil	Contribuição para o Índice Total
Interna aos Grupos	Brancos	0,54	0,548	60,5%
	Negros	0,46	0,370	34,8%
Entre os Grupos		-	0,023	4,8%
Total		-	0,489	100,0%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Como se nota, esse é o único cenário em que há queda na desigualdade total. Esta cai em pouco mais de 2 pontos. A contribuição da desigualdade entre os grupos, que continua a mesma em termos absolutos, passa a pesar um pouco mais em termos relativos. São 4,8% contra os 4,6% na situação real. As contribuições dos grupos também mudam, passando a ser menos díspares.

Pelo conjunto das simulações, o que se nota é que a redução da desigualdade racial não necessariamente implica uma redução da desigualdade de renda na população como um todo. Os primeiros cenários refletem os resultados de ações que aumentam a representatividade dos negros entre os grupos mais ricos. Tais ações direcionadas poderiam reverter a desigualdade racial, mas aumentariam a desigualdade total. Esse aumento seria, contudo, suavizado no caso de redução ou do virtual desaparecimento da desigualdade de renda média entre os grupos raciais. Já o terceiro cenário representa uma situação limite do que poderia acontecer graças a processos de inclusão social, sobretudo acompanhados de uma política de valorização do salário mínimo. Por estar a população negra concentrada entre os mais pobres, ela seria desproporcionalmente beneficiada por essas mudanças. Nesse cenário, o que se observa é uma queda na desigualdade total sem que a desigualdade de nível entre negros e brancos seja reduzida.

4.3 Composição e nível da disparidade racial de riqueza

Nesta seção, aborda-se a desigualdade racial existente dentro do grupo dos ricos. O fato de que os negros estão pouco representados no grupo dos ricos já foi amplamente documentado. Agora, interessa investigar a distribuição de renda entre negros e brancos ricos, sendo que a hipótese de trabalho é a de que os negros ricos são menos afluentes que os seus pares brancos. Como já dito, define-se aqui como ricas as pessoas no último percentil da distribuição de renda ou, em português claro, o grupo composto pelo 1% de pessoas mais ricas, em termos de renda do trabalho principal, da população. É plausível esperar que o padrão de concentração do negro nas posições de menor renda, observado na população como um todo, se reproduza dentro do próprio grupo das pessoas relativamente mais ricas.

Para investigar isso, é adequado utilizar a medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). A medida é elaborada com base na família FGT de medidas de pobreza e constitui uma espécie de média dos hiatos de riqueza, isto é, das distâncias entre determinada renda individual e a linha de riqueza que, no presente caso, é definida como R$ 11.000,00. Esse hiato é dividido pelo valor da própria linha de riqueza, o que é uma espécie de normalização que torna os valores em questão mais tratáveis em termos de escala. Existindo *n* pessoas ricas numa população, *n* valores (correspondentes aos hiatos de riqueza normalizados de cada indivíduo) são somados e, então, divididos por *n*, ou seja, pelo número de ricos. Além disso, os hiatos de riqueza podem ser elevados a diferentes potências (usualmente zero, um ou dois), o que fará com que a medida final represente coisas diferentes. Quando se escolhe a potência zero, a medida representa a proporção de ricos. Quando se escolhe a potência igual à unidade, o resultado é uma medida que representa o volume dos rendimentos acima da linha de riqueza ou, em outras palavras, o quanto os ricos são ricos. Quando se escolhe potências maiores que a unidade, os valores passam a ganhar maior peso à medida que se afastam da linha de riqueza. Sendo assim, a medida resultante passa a trazer informações também sobre a desigualdade de renda entre os ricos, uma vez que rendas mais altas possuem maior

peso, ricos muito ricos contribuem desproporcionalmente para a medida. Esse efeito é tanto maior quanto maior o valor adotado para a potência.[4]

Outra característica importante da medida proposta por Medeiros (2005) é que ela pode ser decomposta em termos das contribuições de cada grupo racial. Essa propriedade, somada às características descritas anteriormente, permite um exercício capaz de testar a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos. Uma vez que a escolha de potências maiores na definição da medida implica dar maior peso para rendas muito altas, o exercício consiste em decompor a medida entre negros e brancos para diferentes valores dessa potência que, seguindo a convenção, será chamada de alfa. Se está correta a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos, a contribuição do grupo dos negros deve diminuir à medida que se adote valores maiores de alfa. Em outras palavras, quanto mais a medida é sensível a rendas muito elevadas, maior deve ser a contribuição dos brancos para a medida total e menor a contribuição dos negros. A Tabela 4.7 apresenta o resultado desse exercício.

Tabela 4.7: Contribuição dos grupos raciais para a Medida FGT Invertida de Medeiros.

	Alfa=0	Alfa=1	Alfa=2	Alfa=3	Alfa=4
Negros	16,1%	15,8%	13,7%	8,8%	5,1%
Brancos	83,9%	84,2%	86,3%	91,2%	94,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

[4] Na literatura especializada, essa discussão geralmente é conduzida em termos de “transferências” de renda. Naquele contexto de discussão, o que acaba de ser exposto equivale a afirmar que a medida de riqueza com potências superiores à unidade é sensível a transferências de renda dos ricos menos ricos para os ricos mais ricos, ou seja, a medida de riqueza cresce sempre que uma quantidade “x” de renda é transferida de um rico mais modesto para um rico mais rico. No presente caso, a apresentação da medida é conduzida mais no espírito da aplicação particular que aqui lhe será dada, por isso não se faz menção à ideia de transferências de renda especificamente.

Quando o valor de alfa é igual a zero, a decomposição da medida de riqueza indica a proporção do respectivo grupo entre os ricos, o que significa que aproximadamente 16% dos ricos são negros. À medida que os valores de riqueza são considerados (alfa igual a um) e que pesos progressivamente maiores são dados a rendas muitos elevadas (alfa maior que um), a contribuição dos negros para a medida total de riqueza se reduz consistentemente. Em outras palavras, se confirma a hipótese de que os brancos ricos são mais ricos que os negros ricos.

4.4 Conclusão

Neste capítulo, não apenas quantificou-se a sub-representação dos negros no grupo dos ricos como observou-se a relação entre essa sub-representação e a desigualdade de renda em geral. Além disso, identificou-se a desigualdade existente entre negros e brancos no interior do grupo dos ricos. Observou-se que a desigualdade entre negros e brancos está associada ao padrão de desigualdade de renda em geral na sociedade brasileira. Quanto a esse aspecto, uma das conclusões mais importantes é a de que essa contribuição da desigualdade entre negros e brancos para a desigualdade de renda em geral não deve ser avaliada apenas pela diferença de renda média entre os grupos raciais. Na verdade, a pouca participação dos negros na composição dos grupos mais ricos torna sua distribuição de renda muito diferente da distribuição de renda dos brancos não apenas em nível, mas também em forma. A população branca acumula uma porção substancialmente maior dos rendimentos totais disponíveis, e essa porção se distribui de forma acentuadamente desigual no interior do grupo. Com isso, a forma da distribuição de renda dos brancos está muito mais fortemente associada à forma da distribuição de renda total.

Com base na decomposição do Índice de Theil, notou-se que a redução da desigualdade racial de renda pode relacionar-se de maneiras muito distintas à desigualdade total. Mudanças na base da distribuição ao atingirem desproporcionalmente a população negra, reduzindo a desigualdade da fração acumulada

dos rendimentos totais, mas não alterando a desigualdade racial de renda média, estariam associadas à redução da desigualdade global medida pelo Índice de Theil. Essa redução seria, contudo, sensivelmente reduzida pela permanência da desigualdade de renda média entre os grupos raciais. Por outro lado, o aumento da representatividade dos negros no grupo dos ricos implicaria um aumento na desigualdade total, mesmo esse aumento sendo amenizado pelo virtual desaparecimento da desigualdade entre grupos raciais. Assim, a correção da disparidade racial de riqueza não necessariamente anda em conjunto com a correção dos níveis globais de desigualdade de renda no Brasil.

Por fim, por meio da decomposição da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005), verificou-se a existência de desigualdade racial dos níveis de riqueza, sendo os negros ricos relativamente menos endinheirados que os brancos ricos. É de se acreditar que estudos baseados em medidas de riqueza total encontrariam um padrão ainda mais agravado de desigualdade de riqueza, já que a transmissão de patrimônio por meio da herança certamente pesa mais a favor da população branca, dada a dimensão histórica da desigualdade racial.

5 Educação, raça e riqueza

Foi mostrado que existe desigualdade racial na riqueza tanto em termos de composição quanto de nível. Em outras palavras, não apenas os negros são minoria entre os ricos (desigualdade de composição), mas, entre os ricos, os negros contam com um nível de renda menor. Notou-se isso por meio da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005), que pode assumir diferentes graus de sensibilidade nas rendas mais elevadas. O que se verificou é que quanto maior essa sensibilidade, maior a proporção de riqueza acumulada pelos brancos, segundo a decomposição da medida por grupos raciais, mostrando que os brancos são os mais ricos entre os ricos. Sendo assim, as evidências até aqui levantadas apontam para a possibilidade de se abordar a desigualdade racial de riqueza sob dois ângulos: (a) a desigualdade em termos de quem participa do grupo dos 1% mais ricos e (b) a desigualdade racial no interior desse grupo. No presente contexto, contudo, serão concentrados esforços no primeiro aspecto. O segundo não pode ser explorado a contento no contexto do presente estudo, pelo menos não de um ponto de vista explicativo, porque a variação da renda dentro do grupo dos ricos não responde a mecanismos que possam ser minimamente captados pelas informações disponíveis. Este último aspecto merece uma explicação mais detida.

A educação é um dos principais fatores associados à riqueza. Principalmente quando se considera a educação superior não como uma única categoria de nível educacional, mas em termos das diferentes áreas de formação, é nítida a relação

existente entre determinadas formações superiores e a chance de se estar entre os 1% mais ricos. Além disso, parte considerável da desigualdade racial de renda é explicada por desigualdades educacionais. Será, então, que o mesmo se aplica à desigualdade racial interna ao grupo dos ricos? Sem embargo, tudo o que explica a desigualdade de renda ao longo da sua distribuição é suspeito de explicar também a desigualdade entre os ricos, já que a riqueza não é senão um aspecto particular da distribuição de renda. Mas as coisas não são tão simples. Quando se muda o foco das posições mais centrais para um dos seus extremos, surgem diferenças importantes nos processos subjacentes à distribuição dos rendimentos. A consequência disso é que as informações disponíveis para esse estudo, que permitem uma abordagem explicativa satisfatória da distribuição de renda na população como um todo, não se prestam a um estudo adequado da desigualdade racial apenas entre os mais ricos. Do ponto de vista do que se observa com o Censo Demográfico, a variação de renda entre os ricos se comporta de modo muito pouco sistemático.

Com efeito, desigualdades educacionais, segmentação regional, segmentação entre zonas rurais e urbanas, assim como o avanço do curso de vida indicado pela idade, explicam uma porção menor dos rendimentos dos 1% mais ricos. Em regressões lineares que utilizam esses fatores para explicar a variação da renda, os resíduos, ou seja, a porção das rendas individuais que não é explicada por tais variáveis, são consideravelmente maiores entre os mais ricos. Isso é mostrado por Medeiros (2005) e também verificado aqui, onde se encontra um coeficiente de correlação de Pearson da ordem de 0,41 entre os rendimentos e o módulo, ou seja, a magnitude, independentemente do sinal, dos resíduos. Essa medida revela que há uma associação positiva considerável entre os níveis de rendimento e o tamanho dos resíduos, isto é, que quanto maiores os rendimentos, menos os fatores considerados explicam a sua variação. Embora esses resultados sejam em parte explicados pela própria modelagem por regressão linear, eles apontam também para uma redução do poder explicativo das variáveis consideradas em se tratando dos rendimentos mais altos. Medeiros e Galvão (2016), por exemplo, procuraram analisar a variação de renda

entre os ricos a partir da desigualdade educacional com base nos dados do Censo Demográfico 2010, e concluíram que a educação explica pouco essa variação.

São, certamente, várias as mudanças nos mecanismos subjacentes que determinam a distribuição de renda quando se passa a tratar exclusivamente do grupo dos ricos. A estrutura ocupacional encerra uma das principais mudanças em jogo. Obviamente, a distribuição de renda é, em grande medida, explicada pela distribuição das pessoas em diferentes categorias ocupacionais. Para qualquer conjunto de categorias ocupacionais agregadas que se adote como representação da estrutura ocupacional, haverá variação de renda tanto no interior dessas ocupações quanto entre elas. A variação dentro das ocupações responde a uma série de fatores, como relações de autoridade, atributos individuais, segmentação regional e outra série de ponderáveis e de imponderáveis. A variação de renda entre as ocupações, por sua vez, tende a constituir, por excelência, um processo mais estável de distribuição dos rendimentos. Não há dúvidas de que a relação entre níveis educacionais, por um lado, sobretudo em se tratando de credenciais, e a renda, por outro lado, tem na estrutura ocupacional um mecanismo fundamental de mediação.

Considere-se, a título de um breve exercício, uma representação da estrutura ocupacional com 43 ocupações, seguindo de perto as agregações sugeridas pela própria Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares utilizada para o Censo 2010. De acordo com Gibbons *et al.* (2012), pode-se distinguir a variação sistemática nos rendimentos entre ocupações por meio de regressões lineares dos rendimentos. Para tanto, subtrai-se do coeficiente de determinação (proporção da variância explicada) de um modelo contendo indicadores de características individuais e também da posição ocupacional das pessoas, pela mesma medida obtida, porém, por um modelo contendo apenas indicadores para as características individuais. Considerando o total da população em estudo, uma regressão contendo variáveis para educação (com o nível superior desagregado em áreas de formação), idade e ocupações explica 38,4% da variação nos logaritmos dos rendimentos. Quando se excluem as categorias ocupacionais do modelo, esse valor desce para 28,1%,

indicando, portanto, que a estrutura ocupacional responde por aproximadamente 10% da variação total dos rendimentos e por algo em torno de 27% da sua variação sistemática, no sentido de respondente aos fatores explicativos considerados no modelo mais completo. Ainda seguindo as orientações de Gibbons *et al.* (2012), essas cifras devem ser consideradas uma medida conservadora da relevância das ocupações para a variação sistemática dos rendimentos, já que, pela educação estar correlacionada às posições ocupacionais, os indicadores educacionais captam parte dos efeitos das ocupações quando essas são excluídas do modelo. Sendo assim, conclui-se que a perda de variabilidade entre ocupações pode reduzir a variação sistemática dos rendimentos em torno de 27%. Isso numa estimativa conservadora.

Sem dúvidas, esse fato afeta o estudo da desigualdade de renda entre os mais ricos. Considerando as 43 categorias ocupacionais consideradas, aproximadamente 70% dos 1% mais ricos concentram-se em apenas seis delas. Colocando em palavras, a diversidade ocupacional entre os mais ricos é consideravelmente menor e, com isso, perde-se em variação sistemática dos rendimentos e, portanto, em capacidade explicativa. Isso não quer dizer, necessariamente, que a distribuição de renda entre os 1% mais ricos seja, em si, assistemática. É razoável admitir que fatores como transmissão intergeracional de patrimônio, não observados pelo Censo, respondam por parte considerável da variação dos rendimentos entre os mais ricos. Tão razoável quanto é admitir a relevância da herança imaterial sob a forma de habilidades e de recursos sociais estratégicos. Diferenças na qualidade e no prestígio da instituição de ensino, dados também não observados pelos levantamentos nacionais, como Censo e PNAD, constituem outros fatores relevantes. Resumindo a trama: quando se passa ao extremo mais rico da distribuição, alteram-se a natureza e o impacto dos mecanismos subjacentes que imprimem sistematicidade à variação dos rendimentos, e as informações disponíveis no Censo não fazem bom um serviço quanto à captação desses mecanismos especificamente.

Diante desses fatos, o presente estudo se debruça sobre a desigualdade racial na composição do grupo dos ricos, deixando de lado a já constatada desigualdade

racial em níveis de renda no interior desse grupo, sobre a qual pouco se poderia dizer do ponto de vista explicativo. O objetivo é investigar a desigualdade racial que existe na probabilidade de ser rico. Apenas 0,6% dos negros estão entre os 1% mais ricos, comparado a 2,65% dos brancos. Em outras palavras, a probabilidade de uma pessoa negra ser rica equivale a aproximadamente 22% da probabilidade de uma pessoa branca o ser. O que explica essa disparidade? Sabe-se que a educação medeia uma porção substancial da desigualdade racial de renda. Será que o mesmo acontece com a disparidade racial de riqueza? Além disso, é de se esperar que as diferenças em termos de área de formação superior assumam um papel especial na determinação das chances de riqueza. Também é possível que determinado nível educacional, incluindo diferenças nas áreas de formação, não se convertam em chances de riqueza de maneira equânime para negros e brancos.

As fontes da disparidade racial de riqueza podem ser organizadas em três grupos. No primeiro, estão características individuais (basicamente a educação, no caso) que mantêm relação direta com as probabilidades de pertencer ao grupo dos ricos. No segundo, estão desvantagens competitivas diretamente relacionadas à discriminação racial que, em termos operacionais, podem ser aferidas por um coeficiente que expresse a desvantagem dos negros com relação aos brancos, como pelas diferenças, entre os grupos raciais, no conjunto de coeficientes que associam as características individuais aos rendimentos. Em outras palavras, as desvantagens diretamente associadas à condição racial podem ser compreendidas tanto pela diferença entre probabilidades de riqueza aferida por um único coeficiente associado à condição de negro como, de modo mais complexo, pelas diferenças, entre negros e brancos, nas condições para que um mesmo nível de atributos individuais se converta em chance de pertencer ao grupo dos ricos. Finalmente, a terceira fonte de disparidade racial de riqueza encerra o conjunto residual de fatores não observados.

A primeira hipótese abordada neste capítulo é a de que a desigualdade dos níveis educacionais medeia apenas discretamente a disparidade racial de riqueza. Em outras palavras e de um ponto de vista prático, a correção das desigualdades

educacionais teria um potencial apenas moderado para corrigir a desigualdade entre negros e brancos na composição do grupo dos ricos. Essa hipótese decorre do próprio fato de que a educação explica apenas moderadamente as chances de riqueza. A segunda hipótese é a de que as condições diferenciais para a conversão dos níveis educacionais em rendimentos têm um impacto muito mais saliente sobre a disparidade de riqueza do que sobre a desigualdade de rendimentos médios entre negros e brancos. Resultados de decomposição JMP utilizados no segundo capítulo mostram que metade da desigualdade de renda média entre negros e brancos é explicada por desigualdades educacionais, enquanto apenas 38% da desigualdade de renda no 99º quantil pode ser explicada dessa forma. Será investigado agora o cenário da desigualdade racial na composição do grupo dos ricos.

É importante notar que a situação da mulher negra tem chamado atenção de pesquisadores pela especificidade que a interseção entre os fatores raça e gênero lhe confere. As discussões ultrapassam o estudo da desigualdade social, desenvolvendo--se muito fortemente em áreas de pesquisa que procuram tematizar as relações entre cultura, política e poder que se estabelecem em torno da condição dessas mulheres (CARNEIRO, 2003; SEBASTIÃO, 2010). Nos estudos sobre desigualdade, mais especificamente, autores preocupados com processos de discriminação têm notado cada vez mais a necessidade de oferecer um tratamento específico à situação da mulher negra, invariavelmente associada a níveis críticos em indicadores de condição socioeconômica (SOARES, 2000; BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004; DE CARVALHO; NÉRI; DO NASCIMENTO SILVA, 2006; MATOS; MACHADO, 2006; SOUZA, RIBEIRO; CARVALHAES, 2010). O presente trabalho não pretende ignorar esse fato, o que implica abordar conjuntamente as desigualdades condicionais à raça e ao gênero, mesmo que o foco, no presente caso, recaia especificamente sobre a desigualdade racial. A condição da mulher negra encerra uma faceta importante dessa desigualdade.

Do mesmo modo que ocorre com a desigualdade de renda em geral no que se refere à disparidade de riqueza, a condição de gênero diverge da condição racial

no que tange à mediação por desigualdades educacionais. Enquanto a desvantagem dos negros é em parte mediada por desigualdades educacionais, a desvantagem das mulheres é tal que persiste nos maiores níveis de escolaridade da população feminina. Já quando se considera a situação da mulher negra, especificamente, observa-se um quadro mais complicado, já que, na população aqui em estudo, ela tem níveis educacionais inferiores aos de pessoas brancas e superiores apenas aos de homens negros, além de uma distribuição extremamente desvantajosa ao longo das áreas de formação superior. Assim, as mulheres negras não contam com o mesmo nível de vantagens, em termos educacionais, com que as mulheres brancas contam.

Em geral, a condição de negro está associada a menores rendimentos médios que a condição de mulher. Contudo, quando se desconta a mediação da desigualdade educacional, essa ordem se inverte, estando o sexo feminino associado a maiores desvantagens que a cor (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004). Dada a intensificação da desigualdade racial em níveis mais elevados de renda, espera-se que o mesmo não ocorra em se tratando da disparidade de riqueza. Além disso, espera-se que a mediação da disparidade de riqueza por áreas de formação no ensino superior difira segundo raça e gênero, uma vez que as barreiras às pessoas de cor parecem estar, antes de tudo, no acesso mesmo a esse nível de ensino. O menor nível de acesso das pessoas negras ao nível superior restringe, por si só, os impactos da distribuição não uniforme ao longo das áreas de formação sobre a disparidade de riqueza. Por outro lado, é possível que as desvantagens em termos de formação específica eclipsem as vantagens em níveis globais de educação que as mulheres negras possuem em relação ao homem negro, uma vez que seu maior acesso ao nível superior de ensino anda junto com uma alta concentração em áreas de formação pouco afluentes. Assim, a hipótese é a de que, para as mulheres negras, os níveis educacionais não cumpram um papel considerável a favor de suas probabilidades de riqueza nem mesmo em relação ao grupo dos homens negros, que são, em geral, menos educados.

Resta indagar como as outras duas fontes de disparidade de riqueza se comportam quando se considera simultaneamente a raça e o sexo. É provável que as

condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza prejudiquem primeiramente as mulheres e, depois, as pessoas negras em geral. Se as mulheres são mais escolarizadas, é de se esperar que sua sub-representação entre os ricos se deva em muito a dificuldades para converter seus níveis educacionais em chances de riqueza. Assim, pode haver uma vantagem dos homens negros em relação às mulheres brancas no que se refere a essas condições, enquanto os fatores não observados devem agir em desvantagem dos primeiros, eclipsando as vantagens em termos de condições. Em termos de fatores não observados, é de se esperar uma vantagem das mulheres brancas com relação aos homens negros. Isso porque esses fatores certamente incluem uma série de vantagens associadas à origem social, origem que desfavorece sistematicamente as pessoas negras, concentradas em estratos mais pobres, mas não as mulheres brancas, que se distribuem pelas famílias de todos os estratos socioeconômicos. Quanto à mulher negra, especificamente, espera-se que ela esteja em aguda desvantagem, tanto nas condições para a conversão da educação em chances de riqueza quanto em fatores não observados. Em resumo, espera-se que a mulher negra esteja em desvantagem em razão de todas as três fontes de disparidade de riqueza mencionadas anteriormente.

Finalmente, este capítulo também aborda a hipótese de que a disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação superior segue o padrão de acomodação das relações sociais em posições de classe, sendo maior para as áreas de formação mais afluentes. Em outras palavras, espera-se que, quanto maior for a probabilidade de riqueza associada a determinada área de formação, maior será a disparidade racial de riqueza condicional a essa área, em função do princípio subjacente que contraria a presença de negros em posições de *status* socioeconômico mais elevado. Se isso é verdade, a mediação da disparidade racial de riqueza pelas áreas de formação possui um caráter especialmente perverso. Ela operaria não apenas pela concentração de negros em áreas de formação menos afluentes, como também pela penalização mais severa dos negros que ingressam em áreas de formação mais fortemente associadas a altos rendimentos.

5.1 Os métodos utilizados

Do ponto de vista operacional, a disparidade racial de riqueza pode ser abordada por meio da técnica de regressão logística, que permite que se estime a influência de diversos fatores sobre a probabilidade de riqueza. Assim, operacionalmente, a questão se transforma em estimar a relação de um conjunto de variáveis explicativas sobre uma variável binária, que assume o valor de um quando uma pessoa pertence ao grupo dos 1% mais ricos e o valor de zero quando não pertence. É verdade que para esse tipo de propósito há, entre alguns pesquisadores, uma preferência pelo modelo *probit*. Essa preferência é justificada por certas vantagens técnicas, já que a regressão logística pressupõe algumas características na distribuição dos dados que, quando não satisfeitas, prejudicariam, em tese, a confiabilidade dos resultados obtidos. Contudo, Haan (2006) mostra que, na prática, não há prejuízos relevantes quanto à fidedignidade dos resultados de modelos logísticos quando comparados a modelos mais complexos e isentos desses pressupostos, isso mesmo quando esses pressupostos são seriamente violados pelas características da distribuição dos dados analisados. Sendo assim, nada parece justificar os custos de se lidar com modelos mais complexos, menos familiares e menos intuitivos.

Em várias ocasiões, se utilizará essa técnica em exercícios orientados pelas noções de controle e de efeitos parciais. A ideia é lançar um modelo básico para obter um coeficiente associado à variável explicativa (indicadores de raça e de sexo ou uma combinação dos dois), coeficiente que expressa a associação entre tal variável e a probabilidade de ser rico. Ao acrescentar o controle pelos níveis educacionais, espera-se que essa associação se altere, porque parte da relação entre raça e riqueza, assim como a relação entre gênero e riqueza, é mediada por desigualdades educacionais. Uma nova modificação é esperada quando se consideram as diferentes áreas de formação superior, pois as desigualdades raciais e de gênero na distribuição por essas áreas também medeiam a disparidade de riqueza. É importante ter em mente, contudo, que a interpretação dos coeficientes numa regressão logística não é tão

direta e intuitiva quanto numa regressão linear. Embora a regressão logística estime probabilidades, essas probabilidades não são diretamente expressas pelos coeficientes associados às variáveis. Mais do que isso, as probabilidades estimadas pela regressão logística não são constantes ao longo da superfície de resposta do modelo (entenda-se por essa superfície o conjunto de todas as combinações possíveis entre os valores que as variáveis explicativas podem assumir), o que quer dizer que não é possível falar, por analogia à regressão linear, de um coeficiente que expresse os impactos da condição racial sobre a probabilidade de ser rico mantendo-se constantes as outras variáveis do modelo. Colocando de outro modo, a relação entre a variável raça e a probabilidade de ser rico depende dos valores das outras variáveis explicativas.

É diante desse fato que os pesquisadores geralmente trabalham com um resultado específico da regressão logística: a razão de chances que, diferentemente das probabilidades, é constante ao longo da superfície de resposta. Mas nem sempre isso resolve o problema. A razão de chances geralmente é interpretada como se fosse uma razão entre probabilidades. Por exemplo: uma razão de chances de 0,5 associada à variável raça indicaria que a probabilidade de negros serem ricos é metade da probabilidade de brancos o serem. No entanto, essa interpretação pode levar a equívocos consideráveis (HOETKER, 2007), já que a razão de chances não é, de fato, uma razão entre probabilidades, mas, antes, outra quantidade, pouco interpretável diretamente, mas que aproxima satisfatoriamente a razão de probabilidades, desde que as probabilidades em questão sejam pequenas (NORTON; WANG; AI, 2004). Felizmente, as probabilidades de se estar entre os ricos é pequena condicional a quase todas as combinações possíveis das variáveis explicativas consideradas aqui. Exceção para quando se trata de pessoas com formações específicas fortemente associadas à riqueza. Para essas, a probabilidade de ser rico é relativamente grande, ainda mais em se tratando de pessoas mais velhas. Sendo assim, em alguns exercícios será utilizada a razão de chances como aproximação de uma razão de probabilidades constante ao longo da superfície de resposta do modelo. Nessas ocasiões, será possível uma comparação direta com resultados de

regressões lineares, já que a razão de chances tem interpretação direta e análoga à dos coeficientes obtidos por aquela outra técnica. Em outras ocasiões, contudo, serão utilizados comandos que permitem estimar probabilidades em diferentes pontos da superfície de resposta, e a razão de probabilidades será calculada diretamente a partir desses resultados, em vez de aproximada pela razão de chances. Como as razões de chance serão utilizadas apenas quando oferecerem uma boa aproximação da razão de probabilidades, os dois termos serão utilizados como equivalentes.

Será utilizada também a chamada decomposição de Oaxaca-Blinder, inicialmente desenvolvida para regressões lineares e, mais tarde, generalizada para modelos não lineares por Fairlie (1999) e por Bauer (2006). A técnica consiste num exercício contrafatual, no mesmo espírito da decomposição de Juhn-Murphy-Pierce já exposta em capítulos anteriores. Na verdade, trata-se de uma decomposição mais simples, que não trata da distribuição de resíduos e se atém à decomposição de diferenças entre médias. No presente contexto, essa decomposição parte da diferença entre as probabilidades que pessoas de dois grupos disjuntos têm, em média, de serem ricas. Por meio da decomposição, é possível, em tese, quantificar a porção dessa diferença que se deve à desigualdade educacional entre os grupos em questão. Na verdade, contudo, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder podem variar bastante de acordo com determinadas escolhas operacionais. Essas escolhas são motivadas pela discussão introduzida por Cotton (1988) em torno do significado teórico desse tipo de exercício. Segundo o autor, a discriminação não opera apenas impondo uma desvantagem relativa ao grupo discriminado, mas também uma vantagem relativa ao grupo dominante. O argumento é que não se deveria assumir que a discriminação se relaciona à renda, à educação ou a qualquer outro indicador de condição socioeconômica apenas pela penalização do grupo dominado, mas também pela premiação do grupo dominante.

Essa reflexão instaurou um debate sobre como mensurar não apenas as desvantagens relativas aos negros (ou às mulheres, ou a qualquer que seja o grupo discriminado em questão) como também as vantagens relativas aos brancos. Os autores estão em

acordo quanto à ideia de que, para tanto, seria necessário estimar o que seria a distribuição de renda não discriminatória (COTTON, 1988; OAXACA; RANSOM, 1994; YUN, 2009). Na prática, geralmente se espera que o conjunto de coeficientes representando a estrutura não discriminatória de distribuição de renda estaria em algum ponto entre o conjunto de coeficientes das duas distribuições realmente observadas. Assim, no caso da decomposição em um modelo logístico, a técnica passou por diferentes propostas de especificação no que se refere a como ponderar as médias (no caso, as probabilidades médias) dos grupos em comparação, de modo a obter uma expressão do que seria a estrutura não discriminatória de distribuição das probabilidades.

O problema é que essas diversas especificações oferecem, no presente caso, estimativas muito divergentes do que seriam as contribuições relativas das diferentes fontes de disparidade: características individuais e processos discriminatórios. Essa inconsistência da técnica ficou constatada em uma análise de sensibilidade das especificações de ponderação propostas por Oaxaca (1973), Oaxaca e Ransom (1994) e por Cotton (1988), cujos resultados são omitidos na presente exposição por brevidade e objetividade. Por outro lado, de acordo com os resultados da análise de sensibilidade, a técnica é consistente para detectar a variação relativa na contribuição das fontes de disparidade ao longo de diferentes estágios de especificação de um mesmo modelo. No caso, trata-se de uma especificação sem controle por educação, outra com controle por educação em geral e uma terceira com controle por formação específica. Sendo assim, a técnica de decomposição é utilizada para analisar a evolução da contribuição dos atributos individuais e da educação, mais especificamente, ao longo dessas três especificações de modelo.

Além desses exercícios, alguns cenários contrafatuais serão delineados, utilizando-se comandos básicos após a estimação de modelos. Nesse caso, a referência para os exercícios é o próprio manual do Stata/SE versão 11, na parte em que esse se refere ao comando "*margins*". Por fim, utiliza-se também a decomposição de Juhn-Murphy-Pierce, já exposta no primeiro capítulo. Ao incluir o trato com a distribuição de resíduos, essa técnica será útil para uma identificação mais precisa do papel das condições para a

conversão da educação em oportunidades de riqueza. Embora baseada em regressões lineares, essa técnica, diferentemente da decomposição Oaxaca-Blinder, permite que se construa distribuições contrafatuais inteiras, incluindo o grupo dos 1% mais ricos. Sendo assim, é possível analisar as mudanças na composição desse grupo em diferentes cenários contrafatuais, mesmo partindo de uma estimação centrada na média.

O agrupamento das áreas de formação é o mesmo já utilizado por Souza e Galvão (2014), e segue de perto a própria classificação de áreas de formação adotada pelo Censo, além de um procedimento *ad hoc* de agrupamento com base em regressões logísticas sucessivas. Segundo esse procedimento, formações que têm associações semelhantes com a probabilidade de ser rico são sucessivamente agrupadas, até que se obtenha um conjunto de categorias o mais parcimonioso possível. Como o comportamento que interessa ao presente estudo é a relação entre determinada formação e a riqueza, formações com níveis próximos de associação podem ser agrupadas sem trazer grandes prejuízos de informação, de modo que se chega a um conjunto mais econômico de categorias, o que facilita tanto a exposição quanto a análise. Finalmente, cabe salientar que serão utilizados também recursos gráficos, como diagramas de dispersão, muitas vezes a partir de resultados da implementação de modelos mais complexos. Esses recursos permitirão tanto a visualização de propriedades básicas da distribuição dos dados quanto o teste de determinadas hipóteses.

5.2 A mediação educacional da disparidade racial de riqueza

Dentre os ricos, mais de 74% das pessoas possuem ao menos curso superior completo, indicando uma forte prevalência de altos níveis de ensino. Por outro lado, das pessoas com curso superior completo, apenas cerca de 10% são ricas. Em outras palavras, há uma minoria de pessoas altamente escolarizadas que compõe uma porção majoritária dos ricos: os ricos altamente escolarizados. Não apenas a conclusão do nível superior de ensino como também as diferenças em termos de área de formação constituem um crivo importante na composição desse grupo de pessoas.

Diante disso, espera-se que parte da disparidade racial de riqueza seja mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos, especialmente quando se consideram as diferenças em termos de área de formação no ensino superior. Isso porque as pessoas negras são menos frequentes em cursos associados a maiores rendimentos. Nesse sentido, cabe perguntar em que medida a disparidade racial de riqueza é mediada por desigualdades educacionais, o que também significa perguntar em que medida, tudo mais permanecendo constante, a eliminação da desigualdade educacional entre negros e brancos corrigiria a disparidade racial de riqueza.

Essa é uma questão relevante não apenas do ponto de vista teórico, mas também prático. Por um lado, dada a ciência de que a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos é substancialmente mediada por desigualdades educacionais, no Brasil, têm-se recentemente amadurecido ações visando uma maior inserção de negros no nível superior de ensino. Por outro lado, mais recentemente, sancionou-se lei prevendo reserva de vagas para negros nas contratações no âmbito da administração pública federal, das fundações e empresas públicas, assim como das sociedades de economia mista controladas pela União. Nesse último caso, a motivação é a ideia de que parte substancial da desigualdade racial de renda não é mediada por desigualdades educacionais, fazendo-se necessário intervir diretamente no mercado de trabalho. Sendo o funcionalismo público um segmento com elevada renda média, onde se concentram algumas carreiras com altos rendimentos, é de se esperar que essa política funcione em alguma medida como um mecanismo de inserção de pessoas negras nos estratos mais ricos, ou seja, de correção da disparidade racial de riqueza. É importante, portanto, também do ponto de vista prático, investigar em que medida a disparidade racial de riqueza é mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos. À medida que ela o é, ações afirmativas no sistema de ensino ganham suporte. À medida que ela não o é, ganham suporte também propostas de ação afirmativa voltadas diretamente para o mercado de trabalho.

Para acessar empiricamente essa questão, utiliza-se a lógica dos efeitos parciais. A ideia é lançar um modelo básico para obter um coeficiente associado à variável

raça, o qual expresse o quanto a condição de negro afeta a probabilidade de que alguém negro pertença ao grupo dos ricos. Ao acrescentar-se o controle pelos níveis educacionais, espera-se que essa associação se reduza, porque parte da relação entre raça e riqueza é explicada por diferenças educacionais entre negros e brancos. Essa redução deve ser ainda maior quando se consideram as diferentes áreas de formação, pois a escassez de negros nas formações de elite cumpre também um papel importante nessa mediação. Utilizam-se, assim, três especificações para o modelo de regressão logística. No primeiro, não há indicadores de nível educacional. No segundo, toma-se a educação superior como um bloco. No terceiro, a educação superior é desagregada em termos de áreas de formação. O controle pela segmentação regional e pela residência em zonas rurais ou urbanas foi implementado pela limitação da amostra às pessoas com residência urbana na região Sudeste. A variável idade foi incluída, mas não com um termo quadrático. Uma modelagem por meio de regressão linear da relação entre idade e renda aponta para o entorno dos 57 anos como o ponto de pico na variação da renda em função da idade. Esse número é bem próximo dos 60 anos, idade máxima incluída na amostra em estudo, com o que a especificação do padrão curvilíneo não acrescenta muito em informação. Considerando isso e, diante das dificuldades no trato adequado com termos quadráticos em regressões logísticas (NORTON *et al.*, 2004), optou-se pela inclusão da variável idade simplesmente em termos de anos completos. Cada uma das três especificações foi aplicada em separado para homens e mulheres. A Tabela 5.1 apresenta os resultados:

O modelo mais básico inclui apenas as variáveis raça e idade. A razão de chances indica que, considerando zonas urbanas da região Sudeste, negros e negras têm algo em torno de 14% das probabilidades que pessoas brancas têm de estarem entre os mais ricos. Quando se inclui a educação em geral no modelo, a desvantagem das pessoas negras se reduz substancialmente. Os negros têm agora quase 34% das probabilidades que os brancos têm de estarem entre os homens mais ricos. Entre as mulheres, essa mudança é menor, com a razão de probabilidades entre

negras e brancas chegando a 29%. Como esperado, a especificação dos indicadores educacionais por áreas de formação leva a uma redução ainda maior dos efeitos diretamente associados à raça. A razão de probabilidades passa a 36% entre os homens e a 33% entre as mulheres.

Tabela 5.1: Razão de chances de riqueza com três níveis de controle para a educação. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

(continua)

	Razão de chances					
	Sem controle por educação		Educação geral		Educação específica	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Fundamental completo	-	-	1,989	1,435	1,991	1,471
Médio completo	-	-	4,648	3,196	4,659	3,339
Superior completo	-	-	37,518	21,652	-	-
Medicina	-	-	-	-	129,030	130,424
Direito	-	-	-	-	44,0924	59,691
Administração, Comércio e Economia	-	-	-	-	36,104	28,095
Engenharia, Produção, Arquitetura	-	-	-	-	51,030	54,233
Serviços, transporte, proteção	-	-	-	-	33,688	15,040
Jornalismo e informação	-	-	-	-	29,459	32,121
Agricultura e pesca	-	-	-	-	37,442	32,255
Ciências biológicas, Física, Matemática	-	-	-	-	19,680	11,941

Tabela 5.1: Razão de chances de riqueza com três níveis de controle para a educação. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

(conclusão)

	Razão de chances					
	Sem controle por educação		Educação geral		Educação específica	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Saúde	-	-	-	-	17,180	15,478
Humanidades, Letras, Psicologia	-	-	-	-	13,208	11,910
Formação de professores, Ciências da Educação	-	-	-	-	8,017	4,083
Mestrado ou doutorado	-	-	111,400	73,530	112,653	107,567
Idade	1,057	1,049	1,065	1,055	1,064	1,062
Negro	0,149	0,144	0,339	0,293	0,357	0,334

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Quanto à educação em si, pode-se ver, na segunda especificação do modelo, uma razão de chances da ordem de 37 associada ao nível superior de ensino. Como ainda é relativamente pequena a probabilidade de ser rico condicional à conclusão de nível superior (menos de 10% das pessoas com esse nível de instrução são ricas), esse número pode ainda ser interpretado como indicação de que pessoas com curso superior completo são, grosso modo, 37 vezes mais prováveis de estarem entre os ricos do que pessoas sem esse nível educacional. Quando se considera a terceira especificação dos modelos, observa-se a grande heterogeneidade existente entre as áreas de formação no que se refere à relação com a riqueza. Previna-se, contudo, de interpretar todas as razões de chance como razões de probabilidade, já que, nesse caso, para alguns cursos, a probabilidade de ser rico é bastante alta. Assim, embora as razões de chance apontem para uma associação global muito forte entre

a riqueza e as formações nas áreas da medicina, do direito, das engenharias, assim como a conclusão do doutorado, não é propriamente acertado dizer que, entre os homens, médicos têm uma probabilidade de serem ricos 129 vezes maior que os não médicos, mantidas constantes as outras variáveis do modelo. Nesse caso, a razão de chances não é uma boa aproximação da razão de probabilidades.

Esses resultados permitem avançar duas conclusões. A primeira delas é que a disparidade racial de riqueza é consideravelmente mediada pela desigualdade educacional entre negros e brancos, mas, embora substancial, essa mediação está longe de ser definitiva. Reduzir ou, virtualmente, eliminar a desigualdade educacional entre negros e brancos, mesmo incluindo aquela em termos de áreas de formação, reduziria a disparidade racial de riqueza, mas, nem de perto, a eliminaria. Em boa medida, isso se deve ao fato de que a educação explica apenas moderadamente a participação no grupo dos ricos. Igualdade educacional, portanto, mesmo em se tratando de uma igual distribuição dos grupos raciais pelas diferentes áreas de formação, não significaria iguais oportunidades de riqueza. Assim, a correção da desigualdade racial na educação constitui um mecanismo efetivo, mas não definitivo para a correção da disparidade racial de riqueza.

A segunda conclusão é a de que a contribuição da desigualdade por áreas de formação para a disparidade racial de riqueza é relativamente discreta. A segunda especificação do modelo mostra uma correção substancial quando se controla a desigualdade em termos de educação em geral. A terceira especificação, que considera as diferenças por áreas de formação, leva a uma correção adicional relativamente modesta. A contribuição da desigualdade educacional para a disparidade racial de riqueza parece estar mais relacionada ao baixo acesso de pessoas negras ao nível superior de ensino do que às diferenças por área de formação no interior desse nível.

5.3 Condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza

Se, por um lado, a educação medeia parte considerável da disparidade racial de riqueza, por outro lado, determinado nível educacional não se converte igualmente

em oportunidades de riqueza para negros e brancos. Esse tipo de diferença é que está mais sujeita a refletir mecanismos de discriminação direta. Claro que outras interpretações concorrentes podem ser levantadas. A primeira delas seria sobre a qualidade de ensino. As credenciais de negros médicos e advogados, por exemplo, podem, em média, valer relativamente menos do que as mesmas credenciais de brancos, em razão desses últimos estarem concentrados nas instituições com maior qualidade ou prestígio. O acesso a redes de contatos também pode cumprir um papel importante na conversão de credenciais em riqueza. Esses contatos não apenas um tipo de recurso, amplamente denominado capital social como também criam condições mais ou menos favoráveis para a conversão das credenciais em *status* e riqueza. Por essa rede de contatos, circulam informações e fluxos de influência que certamente podem aumentar as chances de determinada credencial ser convertida em altos níveis de rendimento. Essas vantagens devem estar associadas à condição de branco, mediando assim parte da desigualdade racial associada à raça.

Não obstante, as barreiras impostas pela discriminação direta não são menos dignas de serem reconhecidas enquanto mecanismos subjacentes responsáveis pelas desigualdades observadas, entre os grupos raciais, na habilidade para converter os mesmos níveis educacionais em chances de estar entre os ricos, até porque a discriminação direta certamente interage e, em alguma medida, se materializa na forma de outros mecanismos. Por exemplo, a discriminação racial implica restrições na aceitação social do negro, o que, se não necessariamente impede, dificulta seu acesso a redes de relações economicamente úteis. Nesse sentido, o capital social, em vez de uma explicação concorrente, passa a constituir, na verdade, um modo pelo qual a discriminação racial afeta as chances de vida. De todo modo, uma vez que as informações disponíveis não permitem que se diferenciem as contribuições dos diferentes mecanismos em jogo e muito menos que se analise a sua imbricada relação, opta-se aqui por falar, de maneira abrangente, das condições para a conversão de atributos individuais, sobretudo a educação, em oportunidades de riqueza, as quais são afetadas, ainda que não exclusivamente, pela discriminação racial direta.

Para averiguar o quanto essas condições determinam a disparidade racial na probabilidade de estar entre os ricos, recorre-se a uma bateria de exercícios contrafatuais. Os exercícios são feitos com base num modelo em que a probabilidade de ser rico é dada de acordo com a idade, com a formação educacional específica e com a condição racial. O modelo é aplicado às pessoas residentes em zonas urbanas da região Sudeste. Assim, os fatores de segmentação geográfica são controlados sem serem, contudo, incluídos no modelo, de modo que os resultados podem ser interpretados exclusivamente por referência aos atributos individuais. Os padrões apresentados não diferem substancialmente quando se consideram outras regiões ou zonas rurais. Mais uma vez, a aplicação é feita para mulheres e homens separadamente. O modelo inclui um termo de interação entre raça e níveis educacionais. Testes formais sobre a melhor aderência do modelo interativo à distribuição das probabilidades não confirmam um incremento estatisticamente significativo na capacidade explicativa. Segue-se, no entanto, a orientação de Treiman (2009) que, diante do caráter não rigorosamente decisivo desses testes para modelos logísticos, recomenda a opção de acordo com motivações interpretativas, caso existam razões para se acreditar na existência de um processo de interação. No presente caso, a motivação é o fato de que a disparidade racial de riqueza, medida pela razão de probabilidades de riqueza entre negros e brancos, varia muito entre os diferentes níveis de ensino e as diferentes áreas de formação.

O modelo de regressão assim aferido representa, para negros e para brancos, o padrão de associação entre educação, idade e probabilidade de estar entre os ricos. Esses padrões diferem de acordo com os grupos raciais, o que se expressa por um coeficiente que associa a condição do negro a uma redução nas probabilidades de riqueza. Os recursos contidos na versão 11 do Stata/SE para o tratamento após estimações permitem que se compute a probabilidade média[1] de riqueza sob as hipóteses de: (i) todas

[1] A regressão logística atribui uma probabilidade a cada observação, probabilidade que difere segundo os valores da respectiva observação nas variáveis independentes. A probabilidade média é simplesmente a média das probabilidades atribuídas a cada observação, como seria o caso para qualquer outra grandeza contínua. A média de probabilidade de riqueza para os negros, por exemplo, é a

as observações na amostra serem tratadas como pessoas brancas; (ii) todas serem tratadas como negras; (iii) apenas brancos serem tratados como brancos; (iv) apenas negros serem tratados como negros; (v) apenas negros serem tratados como brancos; e (vi) apenas brancos serem tratados como negros. O "tratar como" significa aplicar às observações em questão um valor determinado para a variável que define a condição que se lhes quer imputar. Por exemplo, tratar negros como brancos significa tomar todas as observações de pessoas negras, imputar a elas o valor que indica a condição de branco – no caso, atribuir o valor zero, em vez de um, à variável que indica a condição de negro – e então estimar a probabilidade resultante de acordo com o modelo estimado, utilizando, para todas as outras variáveis consideradas, os seus valores reais. No presente contexto, isso equivale a retirar, de todas as pessoas negras, as desvantagens associadas à condição racial e à sua interação com os níveis educacionais e, então, calcular a probabilidade média dessas pessoas serem ricas, considerando seus níveis reais de educação e de idade. A Tabela 5.2, a seguir, mostra os resultados dessa decomposição.

Tabela 5.2: Decomposição das probabilidades de riqueza. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

(continua)

Homens			Mulheres		
	Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades		Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades
Global	2,5%		Global	1,1%	
Todos como brancos	0,027	39%	Todas como brancas	0,013	42%
Brancos como brancos	0,039		Brancas como brancas	0,017	
Negros como brancos	0,015		Negras como brancas	0,007	

média entre as diferentes probabilidades que cada um dos negros, com seus diferentes graus de escolaridade e com suas desvantagens em relação aos brancos, tem de estar entre os ricos.

Tabela 5.2: Decomposição das probabilidades de riqueza. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

(conclusão)

Homens			Mulheres		
	Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades		Probabilidade de riqueza	Razão de probabilidades
Todos como negros	0,011	33%	Todas como negras	0,005	33%
Brancos como negros	0,017		Brancas como negras	0,007	
Negros como negros	0,006		Negras como negras	0,002	
Brancos como brancos e negros como negros		15%			14%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Primeiramente, note-se que a probabilidade global de riqueza para os homens é de aproximadamente 2,5%, enquanto para as mulheres esse valor é de 1,1%. Essa probabilidade expressa simplesmente a proporção dos homens que são ricos e a de mulheres que são ricas, respectivamente. Os valores superam 1% porque a residência em áreas urbanas no Sudeste, que define a subpopulação em questão, está positivamente associada à riqueza. Inspecionando os valores, nota-se que os homens negros teriam 2,6 vezes mais chances de serem ricos caso fossem tratados como brancos. Fossem as mulheres negras tratadas como brancas, sua probabilidade de riqueza seria três vezes maior. A probabilidade de homens brancos serem ricos é aproximadamente 2,2 vezes maior do que seria caso eles fossem tratados como negros. Para as mulheres brancas o valor equivalente é 2,3. Finalmente, homens brancos tratados como homens brancos e mulheres brancas tratadas como mulheres brancas têm probabilidade de riqueza quase sete vezes maior do que pessoas negras tratadas enquanto tais. Esse quadro indica que

as condições gerais para a conversão de educação em oportunidades de riqueza têm um impacto considerável sobre a disparidade racial na composição do grupo dos ricos.

Quando se considera negros tratados como negros e brancos tratados como brancos, nota-se que os negros têm apenas 15% das chances que os brancos têm de serem ricos. Entre as mulheres, o valor é quase o mesmo: 14%. Tais valores representam a situação fática e equivalem basicamente às razões de chance expostas na Tabela 4.1 para o modelo não ajustado por níveis educacionais. Já quando se trata todos como os negros são atualmente tratados, a razão de probabilidades vai a 33% tanto para os homens quanto para as mulheres. Quando se considera o cenário contrafatual em que todos são tratados como brancos, essa razão vai a 39% entre os homens e a 42% entre as mulheres. É notável que, em ambos os casos, a redução se equipara àquela que aconteceria sob a condição de igualdade educacional entre negros e brancos, expressa no último modelo exposto na Tabela 4.1, que considera as formações específicas. Lá, o ajuste pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos traz as razões de probabilidade para 35% entre os homens e para 33% entre as mulheres. Assim, os resultados dessa decomposição indicam que o impacto das diferenças nas condições gerais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza é equivalente ou ainda maior que o impacto da própria desigualdade educacional entre negros e brancos.

O exercício apresentado na Tabela 5.2 não permite, contudo, que se diferencie a contribuição de fatores não observados da contribuição da desigualdade nas condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza. Estritamente falando, as desigualdades nessas condições devem ser avaliadas com base em diferenças observadas, entre os grupos raciais, na relação entre os atributos individuais e as chances de se estar entre os ricos. A decomposição JMP, utilizada já no primeiro capítulo, pode ser mais uma vez utilizada aqui, com o objetivo de fazer essa distinção.

Para conduzir a decomposição, especifica-se uma regressão linear explicando a variação dos logaritmos dos rendimentos em função da idade e dos níveis educacionais, incluindo as formações específicas. Essa regressão é aplicada para negros e para brancos residentes em zonas urbanas da região Sudeste, em separado. Com base

nessas duas regressões, é possível simular qual seria a distribuição de renda caso todos os fatores não observados que a afetam tivessem, para os negros, a mesma distribuição que têm para os brancos. Num segundo passo, é possível estimar qual seria a distribuição de renda se, além da mesma distribuição de resíduos, os negros tivessem também os mesmos coeficientes que os brancos, ou seja, a mesma estrutura de distribuição de renda em função dos atributos individuais incluídos no modelo. Em cada uma dessas situações hipotéticas, identifica-se qual seria a proporção de negros no grupo dos ricos. Como essa técnica de decomposição também é sensível à escolha do grupo de referência para as simulações, cada fase do exercício é repetida atribuindo-se aos brancos as condições enfrentadas pelos negros.

A expectativa é, obviamente, que nas distribuições contrafatuais exista menor disparidade racial de riqueza. Numa delas se identifica como o cenário seria afetado pela equiparação dos grupos raciais no que se refere a fatores não observados. Na outra se identifica a contribuição dos coeficientes, ou seja, da desigualdade racial no que se refere ao modo como determinados níveis educacional e de experiência de vida se convertem em maiores rendimentos e, por conseguinte, em maior representação no grupo dos ricos. O exercício com essa decomposição permite, portanto, uma observação mais precisa da relevância das condições para a conversão de educação em chances de riqueza, expressa especificamente pela contribuição dos coeficientes. Já a contribuição dos fatores não observados expressa o impacto, para a disparidade racial de riqueza, de mecanismos subjacentes geradores de desigualdade racial que não a desigualdade em níveis educacionais. Os resultados da decomposição são mostrados na Tabela 5.3, a seguir. Para simplificar a exposição, mulheres e homens são considerados conjuntamente nesse exercício.

Os resultados mostram que tanto os fatores não observados quanto os coeficientes afetam substancialmente a disparidade racial de riqueza. A alteração das proporções em cada cenário contrafatual se deve tanto ao aumento do número de negros quanto à diminuição do número de brancos entre os ricos. Quando se atribui aos negros as condições realmente enfrentadas pelas pessoas brancas, o que acontece

é o seguinte: como a distribuição de renda dos negros tem seu nível elevado pelos exercícios de simulação, uma quantidade de negros que estava abaixo da linha de riqueza passa a estar acima dela. Por outro lado, como a aumento no nível da renda dos negros altera a distribuição dos rendimentos como um todo, a linha de riqueza se eleva com as simulações e, permanecendo inalterada a distribuição de renda dos brancos, essa elevação implica diretamente a exclusão de um número deles do grupo dos ricos. Já quando se atribui aos brancos as condições enfrentadas pelos negros, o que acontece é um rebaixamento dos seus níveis de rendimento. Com isso, mais uma vez, brancos que eram ricos deixam de sê-lo. Por outro lado, como a linha de riqueza se reduz e a distribuição de renda das pessoas negras permanece inalterada, um número delas passa a estar incluído no grupo dos ricos.

Tabela 5.3: Simulação JMP para a participação no grupo dos ricos entre negros e brancos. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

	Atribuindo aos negros a condição dos brancos		Atribuindo aos brancos a condição dos negros	
	Proporção de brancos entre os ricos	Proporção de negros entre os ricos	Proporção de brancos entre os ricos	Proporção de negros entre os ricos
Distribuição real	83,9%	16,1%	83,9%	16,1%
Atribuindo fatores não observados	76,5%	23,5%	72,9%	27,1%
Atribuindo fatores não observados e também os coeficientes	65,6%	34,4%	67,0%	33,0%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Considere-se primeiramente a situação em que se atribui aos negros as condições dos brancos. Observe-se a contribuição dos resíduos, que expressa o impacto de fatores não observados que afetam a distribuição de renda e, por conseguinte,

as oportunidades de participação no grupo dos ricos. Atribuindo-se aos negros as mesmas condições dos brancos no que diz respeito a tais fatores, observa-se uma redução considerável na disparidade racial de riqueza, com a proporção de negros subindo de 16% para 23,5%. Agora, o que aconteceria se os coeficientes relacionando educação, idade e riqueza entre os negros fossem exatamente os mesmos entre os brancos?[2] Nessa circunstância hipotética, a proporção de negros entre os ricos sobe a 34,5%. Assim, se com a equalização dos fatores não observados o aumento na participação dos negros no grupo dos ricos seria de 7,5 pontos percentuais, com a situação hipotética de equalização dos coeficientes haveria um aumento adicional de 11%. Assim, do efeito total exercido pelas simulações, que é de 18,5 pontos percentuais, 61% se devem aos coeficientes, ou seja, à medida mais precisa das condições diferenciais para a conversão dos atributos individuais em oportunidades de riqueza. Os 39% restantes se devem aos fatores não observados.

Quando se faz a simulação pela atribuição aos brancos das condições enfrentadas pelos negros, a figura é um pouco diferente. Nessa situação, a equiparação da distribuição dos resíduos leva a proporção de negros entre os ricos de 16% para 27%. Quando se imputa aos brancos também os coeficientes que regem a distribuição de renda dos negros em função da educação e da idade, a proporção de negros entre os ricos chega a 33%. As duas rodadas de simulação exercem, dessa vez, uma diferença total de 17 pontos percentuais, e não de 18,5 como no exercício anterior. Além disso, nesse caso, 65% dessa diferença total se deve aos fatores não observados e apenas

[2] Note-se que, na verdade, o modelo considera tanto a educação quanto a idade. Trata-se, então, não apenas da educação formal mas também de como a experiência, ou, em sentido mais amplo, o aprendizado acumulado ao longo do curso de vida se relacionam aos níveis de rendimento individual. Contudo, como na população em estudo as diferenças raciais em termos de níveis de idade são muito discretas, pode-se interpretar os resultados por referência exclusiva à desigualdade educacional. Isso quando se considera o impacto da desigualdade entre os grupos raciais no que se refere ao nível dessas variáveis. Já no que se refere aos coeficientes, a associação entre idade e renda difere sensivelmente entre negros e brancos, os últimos aferindo maior vantagem para um mesmo aumento na idade. Diante disso, as diferenças que se devem ao comportamento dos coeficientes expressam mais precisamente a extensão das condições diferenciais para a conversão da educação e também do aprendizado ao longo do curso de vida, em oportunidades de riqueza.

35% aos coeficientes. Como se nota, há, basicamente, uma inversão entre as estimativas para as contribuições relativas dos resíduos e dos coeficientes. Além disso, como já notado, a alteração total exercida pelas simulações não é a mesma nos dois exercícios, sendo a diferença de 18,5 pontos percentuais num caso e de 17 no outro.

Essa diferença está relacionada ao fato de que a imputação das condições dos brancos à distribuição de renda dos negros expande essa distribuição enquanto a imputação das condições dos negros aos brancos exerce uma contração sobre a distribuição de renda desses últimos. Ocorre que a expansão na distribuição de renda dos negros na primeira situação altera mais a composição do grupo dos ricos. Também tem explicação o fato de que a atribuição das condições dos negros aos brancos resulta numa contribuição maior por parte dos fatores não observados. A verdade é que a distribuição de renda dos negros se comporta de modo menos sistemático, no sentido de ser explicada pelos fatores considerados nos modelos de regressão. Entre os brancos, a proporção da variância dos logaritmos dos rendimentos que é explicada pelas variáveis inseridas no modelo de regressão é de 42%. Entre os negros, a mesma proporção é de 31%. Isso quer dizer que os resíduos respondem por uma porção muito maior da distribuição de renda das pessoas negras e, consequentemente, quando sua distribuição é imputada às pessoas brancas, eles acabam exercendo um impacto muito considerável sobre a distribuição de renda dessas últimas. O mesmo fato sugere que se dê preferência ao exercício que se baseia na atribuição das condições dos brancos às pessoas negras, pois se trata da imputação das propriedades de um modelo com melhor performance.

Em síntese, os resultados da decomposição com regressão logística apontam para uma relevância crucial das desvantagens diretamente associadas à condição racial. No caso daqueles modelos de regressão, simula-se o que aconteceria com as probabilidades de riqueza caso: (i) retire-se dos negros todas as desvantagens associadas diretamente ao fato de serem negros ou (ii) se impute aos brancos essas desvantagens. O que se notou nessas circunstâncias foi uma correção na razão de probabilidades. De algo em torno de 14%, esta passa à casa dos 30% quando se

atribui aos brancos as mesmas desvantagens dos negros. A mesma razão chega ao entorno dos 40% quando se retira dos negros as suas desvantagens. Por outro lado, em exercícios anteriores expostos na Tabela 4.1, observou-se que o controle pelas desigualdades educacionais num modelo logístico, incluindo as diferenças por área de formação superior, traz a razão de chances dos 14% para a casa dos 30%. Mais precisamente, 35% entre os homens e 33% entre as mulheres. O que se conclui desses resultados é que a eliminação das desvantagens diretamente associadas à condição racial teria um impacto equiparável ao da própria eliminação das desigualdades educacionais, ou mesmo maior. Já com a decomposição JMP, pôde-se diferenciar a contribuição dos coeficientes da contribuição dos fatores não observados. Nesse caso, os exercícios não são absolutamente conclusivos a respeito de qual dessas fontes de disparidade de riqueza é a mais importante, havendo, contudo, razão para se dar mais fé ao exercício que aponta para a maior relevância dos coeficientes, que são a expressão mais adequada das desvantagens dos negros em termos de condições para converter seus atributos individuais em oportunidades de estar no grupo dos 1% mais ricos.

5.4 A mediação educacional da disparidade de riqueza para as mulheres negras

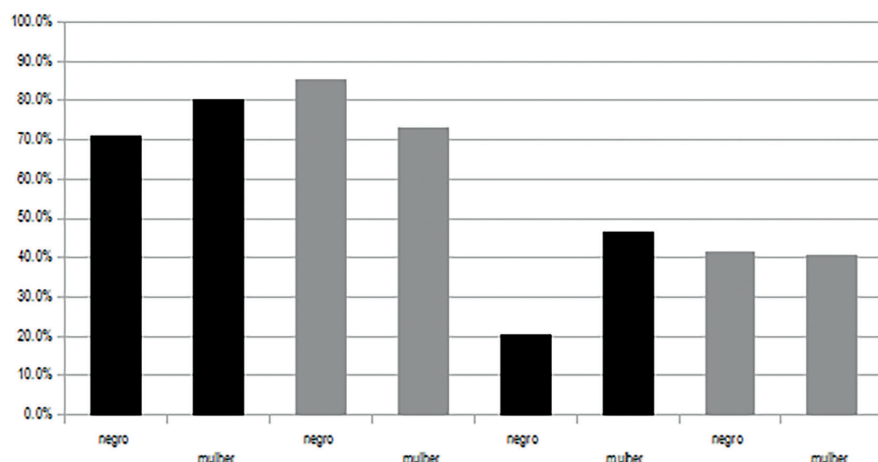
Condição racial e de gênero são dois fatores adscritos associados à disparidade de riqueza. Contudo, o papel da desigualdade educacional enquanto mecanismo mediador dessa disparidade difere substantivamente quando se trata de um ou de outro. As mulheres vêm ultrapassando consistentemente os homens em termos de níveis educacionais, enquanto a população negra mantém consistentemente níveis educacionais inferiores aos da população branca. Quando se estuda a desigualdade de renda em torno na média, o que se observa, em geral, é a massiva mediação da desigualdade racial de renda por desigualdades educacionais entre negros e brancos. Já entre as mulheres, o que existe é uma desigualdade de renda que persiste, mesmo

sendo as mulheres, em média, mais educadas. A consequência disso é que, embora a desigualdade de renda em razão da cor seja maior que aquela em razão do sexo das pessoas, a equalização, via controles estatísticos, dos níveis educacionais em termos de raça e de gênero inverte o cenário. Fossem os negros tão educados quanto os brancos e os homens tão educados quanto as mulheres, a desigualdade de renda em razão da cor seria menor que a desigualdade de renda em razão do sexo, tudo mais mantido constante. Será que o mesmo vale em se tratando da disparidade de riqueza?

Para responder a essa questão, é possível implementar modelos de regressão linear para a desigualdade de renda em torno da média e de regressão logística para as probabilidades de riqueza. No primeiro caso, obtém-se a renda esperada de pessoas negras em termos de percentagem da renda esperada das pessoas brancas assim como a renda esperada de mulheres em termos de percentagem da renda esperada dos homens, mantidos constantes outros fatores. No caso da regressão logística, obtém-se a razão de probabilidades – aproximada pela razão de chances – de riqueza de pessoas negras em relação a pessoas brancas e de mulheres em relação aos homens, também mantidos constantes outros fatores. Ambos os modelos são implementados em dois estágios. O primeiro incluindo apenas a idade e os indicadores de condição racial e de gênero. O segundo incluindo também os níveis educacionais, considerando as diferentes áreas de formação superior. Os resultados são apresentados no Gráfico 5.1, a seguir.

As primeiras quatro barras se referem aos resultados de regressão linear e as quatro últimas aos resultados de regressão logística. As barras pretas representam os resultados da especificação sem controle por níveis educacionais. As barras cinzas representam os resultados da especificação com controle para esses níveis. Como se observa, a desigualdade de renda em torno da média se comporta da maneira esperada. A desigualdade bruta de renda em razão da raça é maior que aquela em razão do sexo. Contudo, quando se leva em conta a mediação educacional da desigualdade de renda, o cenário se inverte. A desigualdade diretamente associada à condição racial passa a ser menor que aquela diretamente associada

à condição de mulher, o que acontece por dois motivos. Primeiramente, a renda esperada dos negros se eleva, uma vez que se descontam as desvantagens mediadas por seus menores níveis educacionais. Segundo, a renda esperada das mulheres é sensivelmente reduzida na medida em que se desconta sua vantagem educacional em relação aos homens.

Gráfico 5.1: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para homens e mulheres. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

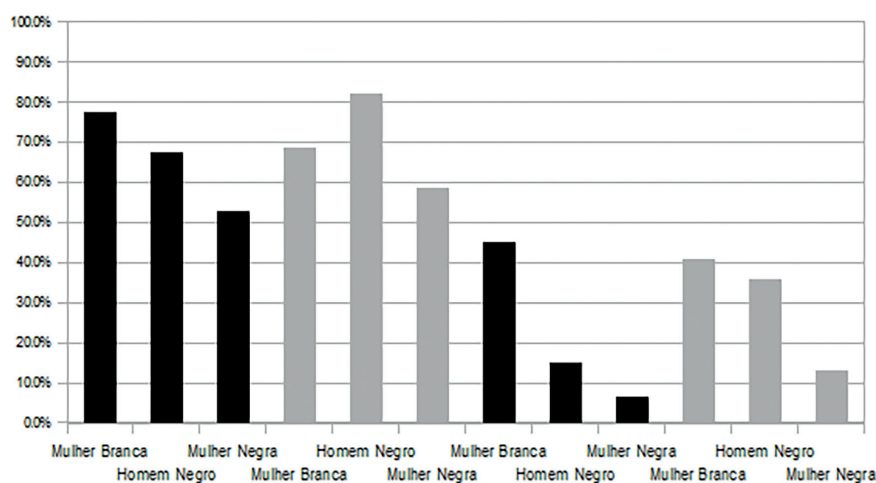
Já quando se trata das probabilidades de riqueza, a situação é algo diferente. Primeiramente, nota-se que, em termos brutos, comparada ao que acontece no caso de rendas médias, a disparidade racial de riqueza supera a disparidade por gênero de maneira mais acentuada. No caso das diferenças brutas em renda média, a renda esperada de pessoas negras é 71% da renda esperada dos brancos. Para as mulheres, em comparação com os homens, esse valor é de 81%. Por outro lado, em se tratando de disparidade de riqueza, negros são apenas 22% tão prováveis quanto pessoas brancas de estarem entre os mais ricos, enquanto as mulheres são 47% tão prováveis quanto os homens. Mais importante ainda, a inversão ocorrida com o desconto da mediação educacional não é tão acentuada no caso da disparidade de riqueza. O que há é muito mais uma equiparação, com a razão de probabilidades indo a 42% entre

negros e brancos e a 41% entre mulheres e homens. A resposta à questão é, portanto, negativa. Embora o comportamento da mediação educacional da disparidade de riqueza por sexo e raça seja, por um lado, semelhante ao da mediação educacional da desigualdade entre rendas médias, com a desvantagem dos negros sendo reduzida e a das mulheres aumentada pelo desconto dessa mediação, não há, contudo, no caso da disparidade de riqueza, uma nítida inversão na ordem desses fatores.

A relação entre raça, gênero e riqueza, portanto, é algo diferente da relação entre raça, gênero e renda média. Para avançar na compreensão da condição da mulher negra propriamente dita, é importante levar em conta a interação entre gênero e raça. Isso poderia ser feito pela inclusão de um termo de interação entre sexo e raça nos modelos considerados. Contudo, embora esse procedimento seja viável para os modelos de regressão linear, a inclusão desse termo nos modelos logísticos traria alguns problemas. O cômputo das desvantagens passaria a envolver cálculos sensivelmente mais complexos. Se no caso da regressão linear essa complexidade seria facilmente tratável, já no caso da regressão logística seria necessário utilizar comandos mais específicos para o cômputo de probabilidades. O maior problema nisso é que esse procedimento obrigaria a abandonar as razões de chance enquanto aproximação para uma razão de probabilidades praticamente constante ao longo da superfície de resposta do modelo. Seria necessário especificar probabilidades para diferentes posições nessa superfície, o que comprometeria fatalmente o exercício agora proposto, que se baseia numa comparação direta entre os resultados de regressões lineares e os de regressões logísticas. Enquanto na regressão linear ainda seria possível falar dos impactos de sexo e raça, mantidos constantes os níveis educacionais, o mesmo deixaria de ser possível com a regressão logística.

Sendo assim, opta-se por trabalhar com quatro categorias geradas pela combinação de sexo e raça: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Essas categorias são disjuntas e, portanto, podem ser inseridas tanto na regressão linear quanto na regressão logística enquanto uma variável categórica. Assim, repete-se o exercício anterior utilizando os homens brancos como referência

e aferindo-se as desvantagens dos outros três grupos com relação a eles. Como a probabilidade de ser rico condicional a qualquer uma dessas categorias é pequena – para qualquer uma delas, apenas um pequeno número se encontra entre os ricos –, continua sendo possível interpretar a razão de chances como uma aproximação da razão de probabilidades de riqueza, praticamente constante ao longo da superfície de resposta. Os resultados são apresentados no Gráfico 5.2. As primeiras seis barras se referem aos resultados de regressão linear e as seis últimas aos resultados de regressão logística.

Gráfico 5.2: Razão entre rendas médias e razão de chances de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

O que se observa agora é um cenário muito mais informativo. No que se refere à desigualdade de renda em torno da média, observa-se o padrão esperado de inversão entre homens negros e mulheres brancas. Quando se desconta a mediação educacional, os primeiros passam a ter renda esperada mais próxima à dos homens brancos. A mesma inversão não ocorre, contudo, entre mulheres negras e mulheres brancas. Note-se que apenas a renda esperada das mulheres brancas, em termos de proporção da renda esperada dos homens brancos, sofre queda quando se desconta

a mediação educacional, o mesmo não acontecendo com as mulheres negras que assistem, ao contrário, a um incremento em sua renda esperada. Isso indica que, para essas últimas, de maneira semelhante ao que ocorre com os homens negros, a desvantagem de renda em relação aos homens brancos é em parte mediada por desvantagens educacionais. Contudo, uma desvantagem muito maior persiste para elas após o desconto dessas desvantagens. Enquanto os homens negros se aproximam bastante dos homens brancos, saindo de 68% para 82% da renda esperada desses últimos, as mulheres negras sobem apenas para 58%.

A distinção mais nítida, contudo, aparece quando se observa o que acontece com a mediação educacional da disparidade de riqueza. Nesse caso, não há em definitivo a inversão que existe no que se refere à desigualdade de renda em torno da média. O que há é uma modificação na topografia da disparidade. O desconto da mediação educacional aproxima os homens negros das mulheres brancas, mas mantém as últimas em melhores condições que os primeiros. Na verdade, mantém-se uma distância considerável entre eles: mulheres brancas ficam 41% tão prováveis quanto os homens brancos de estarem entre os ricos, com a mesma distância sendo de 36% para os homens negros. Por outro lado, a distância entre homens negros e mulheres negras se agrava, sobretudo porque o desconto da mediação educacional aumenta apenas discretamente as probabilidades de riqueza dessas últimas, enquanto para os homens negros esse aumento é bastante expressivo. Em termos brutos, homens e mulheres negros estão próximos, ambos em ampla desvantagem com relação às mulheres brancas e, mais ainda, aos homens brancos. Já quando se desconta a mediação educacional, as mulheres negras aparecem isoladas em último lugar.

O que se conclui é que a diferenciação por sexo e raça na mediação educacional da disparidade de riqueza comporta-se de modo bastante distinto daquilo que ocorre em se tratando de rendas médias. Enquanto para a renda média o desconto da mediação educacional leva a um cenário de maior saliência das desigualdades diretamente associadas ao sexo, no caso da disparidade de riqueza esse desconto não altera o cenário de maior saliência das desvantagens diretamente associadas

à raça. No primeiro caso, o ordenamento resultante do controle por desigualdades educacionais se altera, colocando homens negros à frente de mulheres brancas, mas deixando mulheres negras atrás dessas últimas. O que se observa, portanto, é um ordenamento por gênero com um ordenamento secundário por raça. Em se tratando da disparidade de riqueza, mesmo com o desconto da mediação educacional, mantém-se um ordenamento racial primário com um ordenamento secundário por gênero. Pessoas brancas têm maior probabilidade de riqueza, com os homens brancos estando à frente das mulheres brancas. Pessoas negras têm menor probabilidade, estando as mulheres negras em considerável desvantagem em relação aos homens negros. Quando se compara ao que ocorre com relação às desigualdades de renda centradas na média, a disparidade de riqueza intensifica os extremos. Por um lado, as vantagens dos homens brancos são muito mais intensas. Por outro lado, as desvantagens das mulheres negras são muito mais severas.

Resta saber qual o papel exato das desigualdades por áreas de formação na mediação da disparidade de riqueza por raça e gênero. De modo geral, as mulheres são maioria entre as pessoas com curso superior. Mas, quando se considera simultaneamente gênero e raça, as coisas são diferentes na população em estudo. Lideram as mulheres brancas, depois vêm os homens brancos, em seguida as mulheres negras e, seguindo-as de perto, os homens negros. Por outro lado, as mulheres, muito especialmente as mulheres negras, estão sensivelmente concentradas em formações superiores associadas a menores rendimentos. Os gráficos a seguir mostram, para cada um desses quatro grupos, o diagrama de dispersão, associando a sua proporção no público de determinada área de formação ao 90º quantil de renda do total de pessoas formadas na respectiva área, número que representa aqui o nível de afluência econômica associado à respectiva formação específica. Optou-se por esse número em vez de uma medida de tendência central, como a renda média ou mediana, levando-se em conta que o foco do presente estudo é a riqueza. Mais do que a afluência média, o 90º quantil representa os níveis mais altos de afluência aos quais determinada formação está associada. De qualquer modo, cabe notar, a

correlação entre o 90º quantil e a renda média é quase perfeita, aproximadamente 0,98. Uma diferença substantiva é que os doutores lideram o ordenamento quando se trata de renda média, enquanto os médicos estão no topo em se tratando do 90º quantil da renda. O objetivo é observar como cada um dos quatro grupos compõe o público das áreas de formação mais ou menos afluentes.

Os homens brancos estão francamente concentrados nas formações mais afluentes. Há um pico em formações alto-intermediárias, entre as quais contam as ciências exatas e as aplicadas ao mundo da produção. Já entre os homens negros, há concentração nas formações de afluência intermediária e alto-intermediária, com uma queda acentuada entre as mais afluentes. A distribuição das mulheres negras aparentemente espelha a distribuição dos homens brancos. O fato é que elas estão altamente concentradas nos cursos menos afluentes. A distribuição das mulheres brancas é, por sua vez, muito diferente. Elas se concentram em cursos de baixa afluência e em áreas de formação com alta concentração feminina em geral, como educação, serviço social e enfermagem. Contudo, elas se recuperam muito nitidamente entre os doutores, assim como nas áreas do direito e da medicina, que estão entre as mais afluentes. Note-se ainda que, ao longo de todas as áreas, as mulheres brancas estão mais presentes que os homens negros em termos absolutos. Isso vale até mesmo para as engenharias, cursos em que os homens, em geral, marcam maior presença.

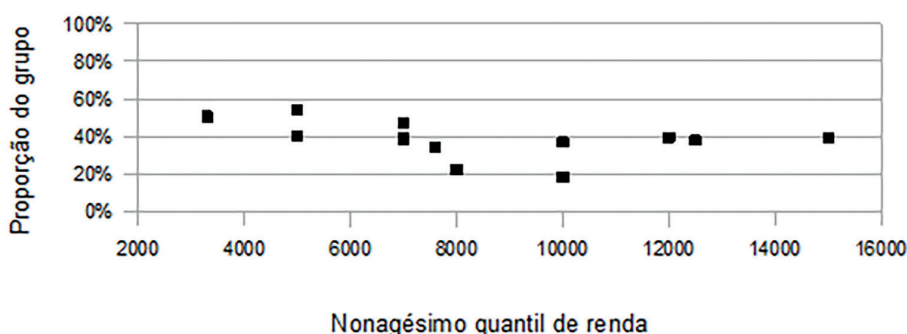
Gráfico 5.3: Dispersão por áreas de formação das mulheres brancas

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

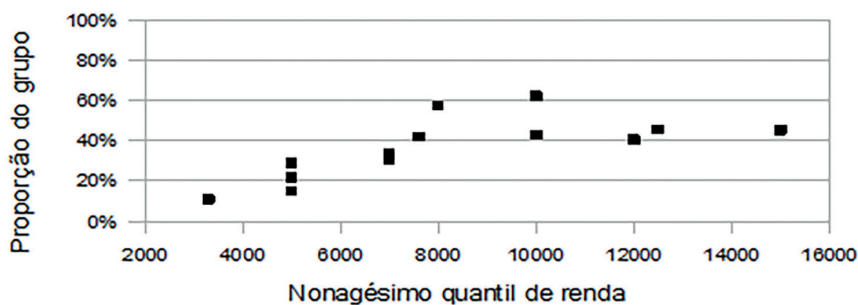
Gráfico 5.4: Dispersão por áreas de formação dos homens brancos

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

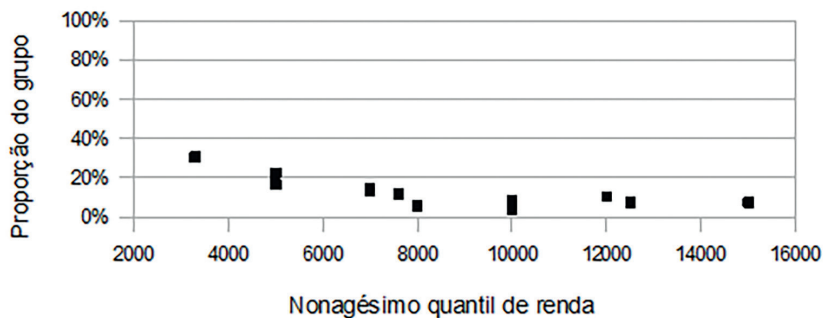
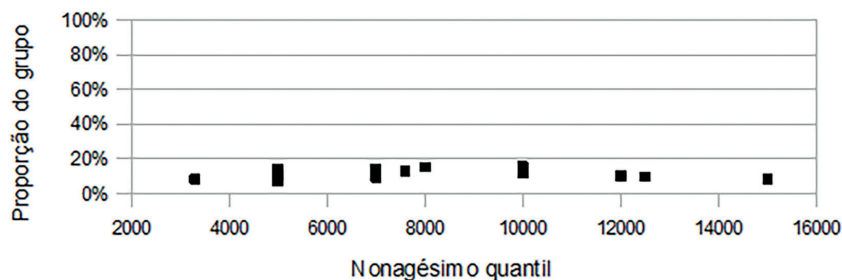
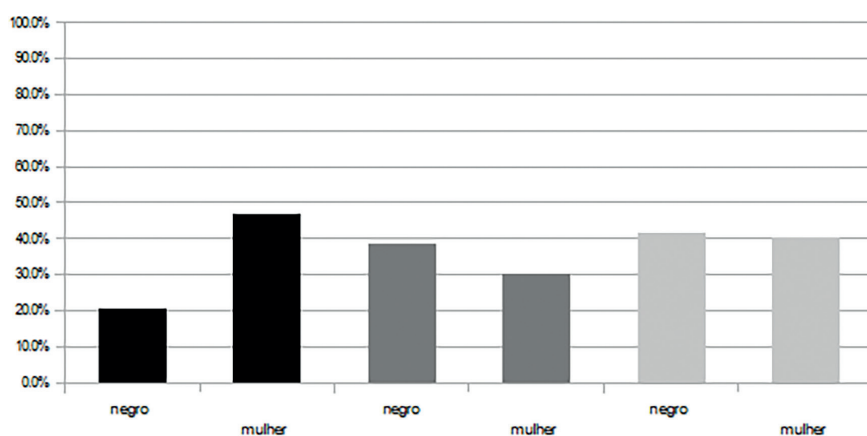
Gráfico 5.5: Dispersão por áreas de formação das mulheres negras

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Gráfico 5.6: Dispersão por áreas de formação dos homens negros

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A questão a ser respondida é como essa distribuição diferencial, concomitantemente por sexo e por raça, ao longo das áreas de formação medeia a disparidade de riqueza. Observou-se já o comportamento da mediação educacional da disparidade de riqueza segundo a raça e segundo o sexo. Agora, se deseja responder a uma questão posterior: qual o papel das formações específicas nessa mediação? Para tanto, é possível observar o comportamento da disparidade diretamente associada à raça e ao sexo ao longo de três modelos de regressão logística. Um que explica a probabilidade de riqueza em razão da idade e de indicadores de sexo e raça. Um segundo que inclui também indicadores para níveis educacionais, considerando-se o nível superior de ensino como um bloco. E, finalmente, um terceiro que desagrega o nível superior em áreas de formação. Os resultados são apresentados pelo Gráfico 5.7.

Gráfico 5.7: Razão de probabilidades de riqueza para homens e para mulheres com três níveis de controle por educação. Brasil, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

As últimas duas colunas são familiares. São as mesmas apresentadas no Gráfico 4.1, onde se notou que o desconto da mediação educacional não chega a inverter nitidamente, como o faz em se tratando de rendimentos médios, a ordem de tamanho entre os impactos diretamente associados à raça e ao sexo, respectivamente. O que se deve observar agora é como essas colunas diferem daquelas em cinza mais escuro, que

representam os resultados do modelo que considera o nível superior de ensino como um bloco. Nota-se que, nesse último caso, há inversão entre gênero e raça. Descontada a mediação educacional, considerando o nível superior de ensino como um bloco, a disparidade de riqueza diretamente associada à raça passa a ser menor que aquela associada diretamente ao gênero. A condição de mulher aparece associada a uma razão de chances menor que aquela associada à condição de negro. Isso acontece porque o desconto da mediação educacional equivale a simular um cenário em que pessoas negras têm os mesmos níveis educacionais que pessoas brancas, o que significa uma elevação educacional dos primeiros. Por outro lado, o mesmo desconto significa simular um cenário em que as mulheres perdem sua vantagem educacional em relação aos homens.

Quando se consideram as áreas de formação, os negros experimentam uma melhoria adicional em suas condições, indo de uma razão de chances de 38% para 42%. Já para as mulheres ocorre algo diferente. O segundo modelo representa uma queda na razão de chances, dos 47% do modelo básico para 30%. Agora, quando se consideram as formações específicas, há um efeito no sentido inverso, com a razão de chances se recuperando dos 30% para os 41%. Assim, no cenário hipotético em que mulheres passam a ter a mesma distribuição por áreas de formação que os homens, há um ganho para as mulheres em termos de probabilidades de riqueza.

Essa recuperação não é suficiente para retornar as mulheres aos níveis de disparidade do modelo básico. Em outras palavras, no final, o desconto da mediação educacional continua representando para elas um prejuízo líquido, enquanto representa uma vantagem líquida para pessoas negras. Isso se deve ao fato de que o cenário hipotético beneficia as mulheres pela equiparação das áreas de formação, mas as prejudica pela equiparação dos seus níveis gerais de escolaridade aos dos homens, o que implica descontar as vantagens advindas do seu maior ingresso no nível superior de ensino. O que ocorre é que essa desconsideração das vantagens educacionais globais sobrepuja o desconto das desvantagens em termos de área de formação.

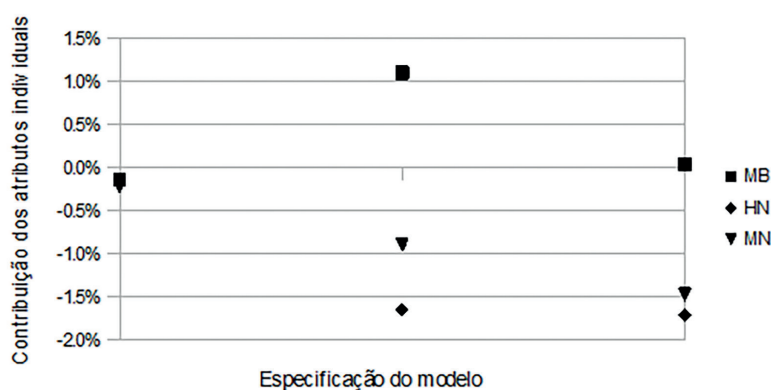
O que se conclui é que a mediação educacional da disparidade racial de riqueza está mais relacionada ao restrito acesso ao nível superior de ensino e mais

discretamente a diferenças de caráter alocativo no interior desse nível de ensino. Já a mediação educacional da disparidade de riqueza segundo o gênero não se refere ao acesso ao nível superior de ensino que é, na verdade, mais elevado para as mulheres. O que há é uma mediação substancial dada pela distribuição pelas diferentes áreas de formação superior. Embora esse mecanismo de mediação se faça valer também para a disparidade racial, sua relevância é muito maior para a disparidade de gênero. O desconto dessa fonte de disparidade de riqueza eleva a razão de chances associada à condição de negro dos 38% para os 42%, uma diferença de quatro pontos percentuais. Já a razão de chances associada à condição de mulher se recupera de 30% para 41%, uma diferença quase três vezes maior.

É preciso, no entanto, interpretar esses resultados dando atenção ao caráter dinâmico dos fenômenos em questão. Os diagramas de dispersão apresentados anteriormente atestam nítidas assimetrias por raça da distribuição por áreas de formação. Embora o que mais se observe é a baixa proporção de pessoas negras em todas as áreas, reforçando a ideia de uma mediação dada sobretudo pela restrição ao acesso a esse nível de ensino, observam-se também diferenças de forma. Embora presentes em cursos afluentes hegemonicamente masculinos, os homens negros frequentam muito pouco as áreas de formação mais afluentes. As mulheres negras, por sua vez, estão francamente concentradas nas áreas de formação menos afluentes. Se, no futuro, os níveis de acesso ao ensino superior por parte da população negra se ampliarem e, ao mesmo tempo, se mantiverem esses padrões de distribuição racial pelas áreas de formação, haverá um aumento na relevância dessas áreas enquanto mecanismo de mediação da disparidade racial de riqueza.

Mais uma vez, para observar propriamente a condição da mulher negra, é preciso levar em conta a interação entre sexo e raça. Novamente, isso será feito pela consideração das quatro categorias geradas pela combinação entre esses fatores, tomando-se o grupo dos homens brancos como referência. A questão é como as formações específicas participam da mediação educacional da disparidade de riqueza quando se consideram esses quatro grupos. Se a formação, em geral, é a

principal mediadora da disparidade de riqueza segundo a raça e a formação específica a principal mediadora segundo o gênero, a hipótese é a de que a mulher negra sofra com intensidade os efeitos desses dois mecanismos. Por meio da extensão da decomposição Oaxaca-Blinder para modelos não lineares, é possível aferir a contribuição dos atributos individuais para a disparidade de riqueza ao longo de diferentes especificações de regressão logística. O que se obtém é uma medida dessa contribuição ao longo de três modelos. Um que explica a probabilidade de riqueza apenas em razão da idade. Um segundo que a explica também em razão dos níveis educacionais de maneira geral, e um terceiro que considera também as diferenças em termos de área de formação. Os resultados são apresentados no Gráfico 5.8.

Gráfico 5.8: Decomposição Oaxaca-Blinder das probabilidades de riqueza para categorias de raça e gênero. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Quanto mais abaixo de zero, mais o valor indica que os atributos individuais em questão contribuem para a desvantagem do respectivo grupo em relação aos homens brancos. Quando o valor está acima de zero, o caso é o oposto: os atributos em questão reduzem a desvantagem. Por exemplo, os resultados sugerem que os níveis educacionais das mulheres brancas, na segunda especificação do modelo, contribuem para descontar 1% da diferença que existe entre suas probabilidades de riqueza e a probabilidade de riqueza dos homens brancos. Não obstante essas cifras, dada a inconsistência

da técnica de decomposição para aferir o tamanho das contribuições, a interpretação deve se ater à variação dessas contribuições estimadas ao longo das diferentes especificações do modelo, desprezando os valores propriamente ditos. A análise deve se ater à forma do gráfico, desconsiderando os níveis dispostos no eixo vertical.

O que se observa são os padrões esperados. Para as mulheres brancas, a educação, em geral, exerce um efeito de redução sobre a disparidade de riqueza, aproximando-as dos homens brancos, mas, quando se consideram as formações específicas, a contribuição se dá no sentido inverso. Para os homens negros, a educação, em geral, contribui muito intensamente para aumentar a disparidade de riqueza, havendo ainda uma contribuição adicional das diferenças por área de formação que é, porém, muito suave. Já para as mulheres negras, a educação, em geral, contribui intensamente para a disparidade e as formações específicas contribuem com intensidade semelhante. O que se conclui é que a mediação educacional da disparidade de riqueza entre mulheres brancas e homens brancos, em desvantagem das primeiras, está exclusivamente em razão de desigualdades em termos de áreas de formação. Para os homens negros, essa mediação está sobretudo em razão dos níveis de acesso ao ensino superior, havendo uma contribuição adicional modesta das áreas de formação. Já no que se refere às mulheres negras, tanto o acesso ao ensino superior quanto a distribuição diferencial por áreas de formação medeiam substancialmente a disparidade de riqueza. É notável que a desigualdade por áreas de formação tenha uma relevância tão substantiva para as mulheres negras mesmo sendo seu acesso ao nível superior de ensino bastante restrito. Isso indica um padrão crítico de concentração em áreas de formação menos afluentes.

5.5 Conversão da educação em oportunidades de riqueza para as mulheres negras

Como já foi visto, além das desigualdades educacionais, os diferenciais em termos das condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza

também têm um peso muito importante na determinação da disparidade racial na composição do grupo dos ricos. Pessoas negras não têm a mesma habilidade que pessoas brancas para converter determinado nível de ensino ou credencial em probabilidades de pertencer a tal grupo. Diante da situação das mulheres, em média mais educadas que os homens e, ao mesmo tempo, com rendimentos mais baixos do que os deles, só se pode esperar que tais condições cumpram um papel fundamental. Se elas são mais educadas e ainda assim menos frequentes entre os ricos, seus níveis educacionais não parecem se converter em probabilidades de riqueza com a mesma facilidade que o fazem para os homens. Nessa seção, será abordado o papel dessas condições na mediação da disparidade de riqueza considerando-se simultaneamente a raça e o sexo das pessoas. A hipótese é a de que, embora, conforme já foi mostrado, essas condições diferenciais sejam altamente relevantes para a disparidade racial, elas cumprem um papel mais saliente na mediação da disparidade de riqueza segundo o gênero. Em comparação com essa última, a disparidade segundo a raça seria mais bem explicada por fatores não observados, além, claro, das desvantagens em níveis educacionais já abordadas na seção anterior. Com isso, espera-se observar uma situação especialmente crítica para a mulher negra, que sofre impactos intensos pelas duas fontes de disparidade, mantendo-se em franca desvantagem diante de todos os outros grupos.

Para testar essa hipótese, recorre-se mais uma vez à técnica de decomposição JMP. Implementa-se um modelo de regressão linear explicando a renda em função da idade e da escolaridade, considerando as diferenças por área de formação. Essa regressão é implementada para os quatro grupos em consideração: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A população foi mais uma vez restringida ao Sudeste urbano. O exercício é feito de modo a comparar os quatro grupos entre si, tomando-os par a par. Como visto na última aplicação, os resultados dessa decomposição podem variar conforme a escolha do grupo de referência. Contudo, dado o número de comparações em jogo, para tornar a apresentação tratável, optou-se por fazer as comparações em apenas um sentido: imputando as

características do grupo com maior participação entre os ricos ao grupo com menor participação. Sendo assim, os quatro grupos conformam seis pares de comparação. O objetivo é distinguir, em cada par, o papel desempenhado pelas condições de conversão da educação em oportunidades de riqueza do papel desempenhado por fatores não observados. A Tabela 5.4 apresenta os resultados desse exercício.

Tabela 5.4: Simulações JMP para a participação no grupo dos ricos por raça e sexo. Brasil, Sudeste urbano, renda igual ou superior a um salário mínimo, 2010.

	Homem branco	Mulher branca	Homem negro	Mulher negra
Mulher branca	22,6% *** 31,2% ** 40,1% *	-	-	-
Homem negro	7,5 *** 15,1% ** 21,0% *	7,5% *** 13,8% ** 8,3% *	-	-
Mulher negra	2,1% *** 4,3% ** 17,7% *	2,1% *** 3,7% ** 6,1% *	2,1% *** 2,2% ** 4,6% *	-

*** Proporção entre os ricos na distribuição real ** Proporção entre os ricos com atribuição de resíduos
* Proporção entre os ricos com atribuição de resíduos e de coeficientes
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Os grupos em vantagem estão dispostos em linha, e os em desvantagem, em coluna. Assim, às mulheres brancas são imputadas apenas as características dos homens brancos. Aos homens negros são imputadas as características dos homens e das mulheres brancas, posto que ambos os grupos estão em vantagem sobre eles quanto às chances de riqueza. Às mulheres negras são imputadas as características de todos os outros grupos. Nenhum dos pares possíveis deixa de ser comparado, embora a comparação se dê de modo unilateral no que se refere à imputação de características. Embora as comparações sejam feitas par a par, as proporções são computadas considerando o total de ricos. Por exemplo, quando se imputa às mulheres negras as condições dos homens brancos, calcula-se a

proporção resultante de mulheres negras não apenas com relação aos homens brancos, mas considerando também os outros dois grupos.

Observe-se, primeiramente, a comparação entre mulheres brancas e homens brancos. A atribuição da distribuição dos resíduos desses últimos aumenta consideravelmente a participação dessas mulheres no grupo dos ricos, elevando-a de 22% para 31%, aproximadamente. A atribuição dos coeficientes exerce um efeito muito semelhante, elevando a participação das mulheres brancas entre os ricos de 31% para 40%. Isso quer dizer que, por relação aos homens brancos, fatores não observados e as condições para a conversão da educação e da experiência em oportunidades de riqueza cumprem um papel semelhante na mediação da disparidade de riqueza.

Quando se compara os homens negros aos homens brancos, a atribuição aos primeiros da distribuição de resíduos dos últimos exerce um forte impacto. A participação dos primeiros dobra, indo de 7,5% a 15,1%. A atribuição dos coeficientes implica uma mudança também considerável, elevando a participação esperada dos homens negros entre os ricos dos 15,1% para os 21%. Da diferença total de 13,4% que separa a participação inicial e aquela que resulta da imputação de coeficientes e de fatores não observados, 56% se devem à atribuição dos resíduos e 44% à atribuição de coeficientes.

Quando se compara a mulher negra ao homem branco, nota-se, mais uma vez, um impacto expressivo dos fatores não observados, que elevam de 2,1% para 4,3% a participação dessas mulheres entre os ricos. Os efeitos da atribuição dos coeficientes são, contudo, bem mais expressivos, elevando a participação de 4,3% a 17,7%. Da diferença global de 15,6% exercida pelas simulações, 85% se devem à atribuição dos coeficientes, denotando uma relevância sobrepujante das condições para a conversão de educação em oportunidades de riqueza na mediação da disparidade.

Quando se compara o homem negro à mulher branca, nota-se, de modo semelhante ao que ocorre na comparação entre esses e os homens brancos, um forte impacto da imputação de fatores não observados que praticamente dobra a participação dos homens negros no grupo dos ricos, levando-a de 7,5% a 13,8%.

A atribuição dos coeficientes, contudo, exerce efeito oposto, reduzindo a participação dos homens negros a 8,3%, trazendo-a para um nível próximo ao inicial. O que isso mostra é que, em comparação com as mulheres brancas, as condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza antes favorecem o homem negro. Já os fatores não observados de mediação exercem um efeito desfavorável e, importante notar, sobrepujante.

Comparando-se agora a mulher negra à mulher branca, nota-se que a imputação de resíduos eleva a participação das negras de 2,1% para 3,7%. Já a imputação dos coeficientes faz uma diferença maior, elevando a participação de 3,7% para 6,1%. Assim, da diferença total de quatro pontos percentuais, os coeficientes respondem por aproximadamente 60%. Nota-se, portanto, a maior saliência dos coeficientes na determinação da disparidade entre mulheres negras e mulheres brancas. Assim, embora em termos de condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza os homens negros não estejam em desvantagem, mas sim em vantagem em relação às mulheres brancas, as mulheres negras estão em grande desvantagem. Tanto os resíduos quanto os coeficientes favorecem as mulheres brancas em relação às mulheres negras.

Finalmente, tem-se a comparação entre mulheres negras e homens negros. A imputação dos fatores não observados exerce agora um efeito muito discreto, elevando de 2,1% para 2,2% a participação das mulheres negras no grupo dos ricos. Já a imputação dos coeficientes exerce um impacto mais expressivo, elevando a participação de 2,2% para 4,6%. Assim, a atribuição dos coeficientes responde por 94% da diferença total de 2,5% decorrente das simulações. As condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza respondem, portanto, quase que exclusivamente pela disparidade entre homens e mulheres negras.

Observando os efeitos das diferentes simulações com o grupo das mulheres negras, nota-se nitidamente o grau da hierarquia entre os diferentes grupos. A atribuição da situação dos homens brancos às mulheres negras eleva a sua participação ao patamar de quase 18%. Já a atribuição das condições das mulheres

brancas eleva essa participação a apenas 6%. Por sua vez, a atribuição a elas das condições dos homens negros eleva sua participação a modestos 4,6%. Como se nota, as condições dos homens brancos superam largamente as condições de todos os outros grupos, enquanto as condições das mulheres brancas superam as dos homens negros em grau consideravelmente menor. Por fim, para que se tenha uma ideia do quão desfavoráveis são as condições enfrentadas pelas mulheres negras, vale mencionar um cenário não apresentado na Tabela 4.4: a imputação da sua situação aos homens brancos rebaixaria sua participação de 68% dos ricos para apenas 15%. Mesmo as mulheres brancas, grupo com os melhores níveis de escolaridade e, portanto, o mais resistente à redução dos níveis de riqueza mediante esses exercícios de simulação, sofreriam uma queda de representatividade dos seus aproximados 23% para apenas 4%.

O que se conclui é que a primeira hipótese, a de que as condições para a conversão da educação e da experiência em oportunidades de riqueza opera prioritariamente em razão do gênero, confirma-se. Mulheres brancas não contam com condições desfavoráveis apenas em relação aos homens brancos, mas também em relação aos homens negros. Em comparação com esses últimos, contudo, elas contam com ampla vantagem no que se refere a fatores não observados, e o peso desses últimos supera o das desvantagens expressas pelos coeficientes, impondo uma vantagem líquida. A mulher negra também sofre desvantagens em termos das condições para a conversão da educação em chances de riqueza não apenas diante do homem branco como também diante do homem negro. Trata-se de uma desvantagem muito expressiva, aliás, como atestam as contribuições de mais de 80%, em ambos os casos, da atribuição dos coeficientes para a diferença total exercida pelas simulações.

Essa maior saliência das condições diferenciais em razão do gênero não quer dizer, contudo, que essas condições não variem muito fortemente também em razão da condição racial. Diante dos homens brancos, a desvantagem dos homens negros em termos dessas condições é apenas um pouco menor que a desvantagem em termos de fatores não observados. Mais ainda, quando se trata de comparar as

mulheres negras às mulheres brancas, 60% da diferença total exercida pelas simulações se deve aos coeficientes. Assim, se o homem negro tem vantagem sobre a mulher branca no que se refere às condições de conversão da educação em chances de riqueza, a mulher negra sofre grande desvantagem. Em absolutamente todos os pares de comparação, as mulheres negras encontram-se em desvantagem em razão das duas fontes de disparidade de riqueza consideradas, confirmando a ideia de que a simultaneidade dos fatores raça e gênero configura uma condição única em termos de restrição das chances de vida.

5.6 O papel da formação superior específica

No segundo capítulo, discutiu-se amplamente a perspectiva teórica da acomodação das relações raciais a posições de classe. Notou-se que a própria ausência de negros entre os ricos pode ser bem compreendida sob esse prisma. Mais ainda, a hipótese mais tentadora derivada dessa abordagem enuncia que a desigualdade diretamente associada à condição racial é tanto maior quanto mais elevados forem os níveis socioeconômicos em questão. Verificou-se esse padrão considerando-se o comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda. Quanto mais elevados os níveis de rendimento, maior a desigualdade entre negros e brancos. Isso não apenas em razão dos menores níveis de escolaridade da população negra, os quais reduzem seu acesso justamente às posições mais altas. Sobretudo, as desvantagens diretamente associadas à condição racial são tão maiores quanto mais elevados os patamares de renda considerados.

Estará a mediação da desigualdade racial pelas áreas de formação relacionada a esse fenômeno? Colocando de outro modo: as áreas de formação mais afluentes estariam associadas a maiores níveis de desigualdade racial, de modo a reforçar o padrão observado no terceiro capítulo deste livro? Como já se observou no presente capítulo, parte da disparidade racial de riqueza é mediada pela desigualdade educacional em termos de áreas de formação. Será que áreas de formação especialmente

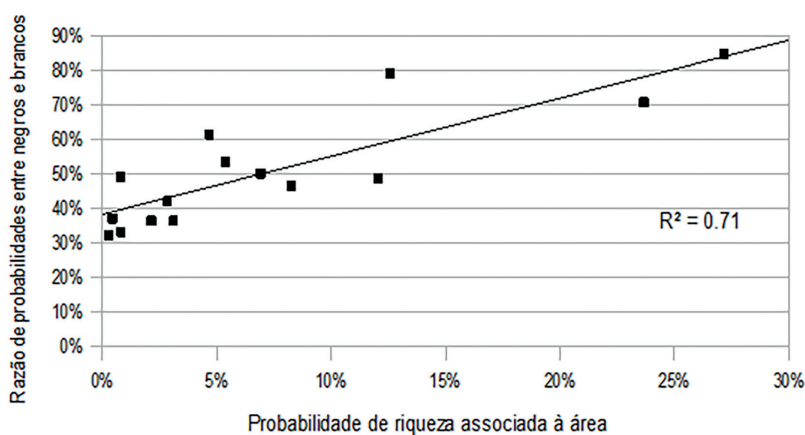
associadas à riqueza, além de incluírem proporções menores de pessoas negras, estão associadas a maiores níveis de disparidade racial na composição do grupo dos ricos? Com efeito, a desigualdade racial de renda varia de acordo com as áreas de formação superior em questão. Em outras palavras, agrupando-se pessoas segundo as suas respectivas áreas, observam-se níveis de desigualdade racial de renda muito distintos no interior de cada um desses grupos. Será que essa variação segue o padrão de maior disparidade para áreas de formação associadas à maior afluência econômica?

Para testar essa hipótese, utiliza-se, mais uma vez, um modelo logístico em que a probabilidade de riqueza é dada em razão da idade, da educação e da condição racial, incluindo-se um termo de interação entre condição racial e educação. Para controlar por fatores de segmentação geográfica, a amostra é, mais uma vez, restringida a pessoas residentes em áreas urbanas do Sudeste, sendo os resultados consistentes com os obtidos para populações de outras regiões e de áreas rurais. Homens e mulheres são tratados em conjunto.

Para mensurar a disparidade racial de riqueza, opta-se, como nas seções anteriores, pela razão entre as probabilidades que negros e brancos têm de estarem no grupo dos ricos. Considere-se, por um lado, a probabilidade de riqueza associada a cada área de formação e, por outro lado, a razão entre as probabilidades de riqueza de negros e de brancos, condicionais à respectiva área. O Gráfico 5.9 mostra o diagrama de dispersão para essas duas quantidades.

Nitidamente, quanto maior a associação entre uma área de formação e a riqueza, menor é, em termos relativos, a disparidade racial de riqueza condicional à respectiva área, contrariando a hipótese. A reta indica a tendência central nesse sentido. Por sua vez, a dispersão em torno da reta indica diferenças mais específicas. Direito e medicina se destacam como áreas associadas a menores níveis de disparidade racial, com razões de probabilidade em torno de ou superiores a 80%. Por outro lado, os doutores, assim como o grupo que inclui as engenharias, a arquitetura e a computação, revelam-se fortemente associados à riqueza, mantendo, por outro lado, associação com níveis mais drásticos de disparidade racial. Tem-se os médicos e, em

seguida, os doutores como aqueles com maior probabilidade de riqueza. Contudo, enquanto a razão de probabilidades entre negros e brancos associada à medicina é de 85%, aquela associada ao doutorado é de 71%. Seguem o direito e as engenharias em níveis de associação com a riqueza, sendo que a razão de probabilidades entre negros e brancos é de 79% entre os primeiros e de 49% entre os segundos. Isso mostra que, além da associação entre nível de afluência e disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação, existem características próprias a determinados campos de atuação que os fazem menos desiguais. Medicina e direito mostram níveis de disparidade inferiores aos de áreas de formação com níveis de afluência equiparáveis, o que indica que, no meio dos profissionais liberais, a disparidade racial tende a ser menor.

Gráfico 5.9: Diagrama de dispersão: disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação pela probabilidade de riqueza condicional à respectiva área

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A tendência linear revela que o padrão de acomodação das relações raciais em posições de classe não se manifesta na mediação da relação entre raça e riqueza por formações específicas. Fosse esse o caso, os cursos mais fortemente associados à riqueza deveriam apresentar também maiores níveis de disparidade racial. Esse fato é muito significativo, pois revela que a educação de elite tem um grande potencial

para a correção da disparidade racial de riqueza. Como já se notou, uma porção moderada dessa disparidade é explicada por desigualdades educacionais. Notou-se também que, dessa porção, a maior parte se deve a desigualdades educacionais de maneira geral, quer dizer: mais à pouca presença de negros nos níveis superiores de ensino do que à distribuição racialmente desigual ao longo das áreas de formação. Contudo, a discreta contribuição das desigualdades em termos de educação específica não deve ser menosprezada. Se ela é pequena, é porque a grande barreira ainda está no acesso ao nível superior de ensino. À medida que mais negros atingirem esse nível, a desigualdade por áreas de formação passará a ser mais e mais relevante.

Diante desse cenário, a relação linear entre associação com a riqueza e menores níveis de disparidade racial condicional concede à educação especializada um papel de destaque na correção da disparidade racial de riqueza. As pessoas negras que recebem educação de elite não apenas se deparam com maiores chances de riqueza em termos absolutos, mas também com chances mais igualitárias perante as pessoas brancas. Portanto, o aumento em frequência de negros nas formações mais afluentes não ataca a disparidade racial de riqueza apenas pela equalização dos níveis educacionais, mas também pela equiparação das próprias condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza, uma vez que, de maneira geral, as formações de elite são justamente aquelas em que essas condições parecem ser menos desiguais.

Ressalve-se, contudo, que a relação linear encontrada não deixa de ser em alguma medida artificiosa. À medida que as probabilidades de riqueza crescem, a razão tende a ser menor para uma mesma diferença absoluta. Por exemplo, na área das humanidades, a probabilidade de negros serem ricos é de 0,9% e a dos brancos é de 2,6%. A diferença absoluta é de 1,7 ponto percentual, e a razão, de 0,35, apontando forte desigualdade. Na área do direito, a probabilidade para os negros é de 10%, e para os brancos, de 13%. Nesse caso, a diferença absoluta é maior 3 pontos percentuais, mas a razão é de 0,77, apontando menor desigualdade. É importante notar, portanto, que o padrão linear se refere estritamente a uma

medida de desigualdade relativa nas probabilidades de riqueza, e que o uso dessa medida insere, no contexto do presente exercício, certa artificialidade. O uso da medida de desigualdade absoluta levaria a resultados diferentes. Por outro lado, no contexto deste livro, tem-se trabalhado com medidas de desigualdade baseadas em razões. Isso vale para os exercícios com regressões lineares, onde a escala logarítmica implica trabalhar com razões na escala “natural” de renda. Vale também para os exercícios com regressão logística, onde se trabalha com razões entre probabilidades. Assim, a opção, na presente seção, pela medida de desigualdade relativa justifica-se, quando nada, por manter coerência com os resultados anteriores, com os quais ela é posta em diálogo neste capítulo.

5.7 Conclusão

A maior parte das hipóteses lançadas neste capítulo foram confirmadas ou qualificadas pela discussão de resultados mais detalhados. A hipótese de que a desigualdade em níveis educacionais medeia mais discretamente a desigualdade racial em se tratando da composição do grupo dos ricos se confirma. Diretamente relacionada está a segunda hipótese, de um papel mais proeminente das condições diferenciais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza. Com efeito, essas condições parecem cumprir um papel tão importante quanto o da própria desigualdade educacional. Notou-se que esse resultado depende de escolhas operacionais eminentemente arbitrárias, mas que, de qualquer modo, mesmo considerando-se a opção que mais subestima o papel dessas condições, sua relevância é muito considerável.

A hipótese de que a disparidade de riqueza apresenta um quadro crítico no que se refere à mulher negra, graças à articulação entre raça e gênero, recebeu amplo suporte. Primeiramente, notou-se que a relação entre raça, gênero e riqueza difere da relação entre raça, gênero e desigualdade de renda aferida em torno da média. Notou-se que o desconto da mediação educacional não inverte, como o faz no que se refere à desigualdade entre rendas médias, a ordem de relevância das

desvantagens diretamente associadas ao gênero e à raça. Se a razão de chances de riqueza associada à condição de mulher é muito mais favorável que aquela associada à condição de negro num modelo de regressão básico, o controle pelas desigualdades educacionais não inverte a ordem desses fatores de maneira considerável. Notou-se também que essa não inversão depende da distribuição desfavorável das mulheres pelas diferentes áreas de formação. Quando se considera apenas o nível superior como um bloco, os maiores níveis globais de escolaridade das mulheres prevalecem e o desconto dessa vantagem rebaixa suas razões de chance de riqueza para aquém daquelas associadas à condição de negro. Já quando se consideram as diferenças por áreas específicas de formação, as vantagens das mulheres em termos de níveis globais de escolaridade são, em certa medida, contrabalançadas pelas desvantagens alocativas no nível superior de ensino. Passam a ser menores, então, as vantagens educacionais que se descontam delas por meio do controle estatístico. É apenas nessa situação que a inversão entre raça e gênero não acontece quando a mediação educacional da disparidade de riqueza é descontada.

Ao considerar-se a interação entre raça e gênero, revelaram-se as condições críticas enfrentadas pelas mulheres negras. Quanto à mediação educacional da disparidade de riqueza, elas sofrem, enquanto negras, de menores níveis educacionais de maneira global e, enquanto mulheres negras (mulheres brancas têm ampla presença em certas áreas de formação afluentes), de franca concentração em áreas pouco afluentes. Já no que se refere às condições para a conversão da educação em oportunidades de riqueza, as mulheres negras estão em desvantagem diante de todos os outros grupos. O mesmo não acontece com os homens negros, que estão em vantagem diante das mulheres brancas, ainda que essa vantagem seja sobrepujada pelas desvantagens em termos de fatores não observados. Também no que diz respeito a esses fatores, as mulheres negras estão em desvantagem diante de todos os outros grupos. Em suma, todos os mecanismos de mediação da disparidade de riqueza agem indistintamente em desfavor das mulheres negras. A única exceção é sua vantagem em termos de níveis educacionais diante do homem negro, a qual não se confirma, contudo, em

termos de áreas de formação específica e que, de qualquer modo, não faz frente às desvantagens massivas em termos das outras fontes de disparidade.

Finalmente, a hipótese de que a disparidade racial de riqueza condicional às áreas de formação obedece ao padrão de acomodação das relações raciais em posições de classe é refutada. Observa-se, na verdade, o fenômeno oposto, com a disparidade racial de riqueza sendo tão menor quanto maiores as probabilidades de riqueza associadas a determinada área de formação. Muito importante notar, há também diferenças em termos de desigualdade racial relativa entre áreas com níveis semelhantes de afluência. Observa-se maior equidade condicional às áreas de formação das profissões liberais. Isso sugere que a variação da desigualdade racial ao longo das diferentes áreas de formação está relacionada às características dos setores do mercado de trabalho para os quais elas estão voltadas. Os critérios de recrutamento, os processos de seleção envolvidos, tudo isso afeta o quanto a competição em determinado setor da atividade econômica está aberta a processos de discriminação racial direta afetos aos níveis de rendimento das pessoas.

6 Raça, riqueza e poder

Até agora foi investigada a relação entre condição racial e riqueza. A disparidade racial na composição do grupo dos ricos foi não apenas descrita, mas também abordada sob o ponto de vista explicativo. Observou-se que essa abordagem explicativa constitui um desafio, já que a variação dos rendimentos entre os mais ricos é pouco sistemática segundo as informações disponíveis no presente estudo. Ainda assim, pôde-se observar o comportamento da mediação educacional da disparidade racial na composição do grupo dos ricos, assim como a desigualdade racial no que tange às condições gerais para a conversão da educação em oportunidades de riqueza.

A relação entre riqueza e poder permitirá que se estude o grupo dos ricos sob outro ângulo: o da formação de elites. É verdade que o grupo dos ricos pode, por si só, ser considerado uma elite com base no seu poderio financeiro, mas se buscará aqui uma definição de "elites" baseada no exercício de controle sobre instituições, o que é mais compatível com as teorias clássicas sobre o tema. Contudo, dificuldades operacionais impõem limitações ao que se pode tratar como "elite" no presente estudo. O termo, por si só, invoca a imagem de altos círculos sociais que concentram uma enorme capacidade de influência sobre o destino da população mais ampla. Além disso, como se trata de grupos com poder de decisão sobre ações afetas ao destino de muitos, é natural que se deseje investigar os processos de formação dessas decisões do ponto de vista individual e biográfico, mas, sobretudo, do ponto de vista coletivo. O que este estudo pretende explorar reside, contudo, naquilo em

que o tema das elites se aproxima do tema da estratificação social. Não se trata de estudar as decisões das elites, mas diferenças raciais na simultaneidade entre posição de poder e condição de riqueza. Além disso, as posições de poder a serem tratadas não se restringem a altíssimos círculos sociais. Antes, elas abarcam um conjunto de segmentos de elite passíveis de observação com as informações disponíveis no Censo Demográfico.

Na verdade, a definição de "elite" será a mais abrangente possível. Embora amparada na teoria clássica das elites, ela buscará um relativo relaxamento das exigências feitas por esse aporte teórico, de modo a permitir a diferenciação de alguns segmentos de tamanho considerável, algo essencial à análise quantitativa. No contexto de um estudo dedicado à desigualdade racial, essa definição mais abrangente de elite é menos um problema que uma solução. Com efeito, a presença de negros em círculos elevados, como o dos grandes dirigentes corporativos, é tão irrisória que o fechamento do estudo a esses estratos se renderia intratável à análise quantitativa. Sem embargo, é uma característica dos estudos sobre negros nas elites a abordagem segundo uma delimitação abrangente desse grupo, incluindo até mesmo segmentos que, segundo a abordagem de qualquer teoria geral da estratificação, estariam classificados como alguma fração de classe média.

6.1 Renda e condição de elite

De maneira geral, define-se "elite" por referência à noção de poder. Elites são grupos que concentram poder no contexto de uma população mais ampla. Isso se aplica mesmo à definição de Pareto, em termos de habilidades diferenciadas. Se, a princípio, a definição do autor se dá por referência à noção de habilidade, e não de poder, há de se considerar que as habilidades, conforme as considera Pareto, são definidas por relação a um campo de atividade socialmente dado, no qual a habilidade se realiza enquanto poder. Poder é a habilidade para a realização de um agir orientado a despeito de restrições socialmente dadas. Em outras palavras, poder é "a chance

de uma pessoa ou de um grupo realizar a sua própria vontade ainda que contra a resistência de outros participantes da ação" (WEBER, 1982). Observe-se que, nessa definição de poder, há duas componentes básicas: (i) uma vontade a ser realizada e (ii) a capacidade de realizá-la. Sendo assim, a formação de uma elite envolve dois aspectos principais, que todas as teorias da elite abordam em alguma medida.

O primeiro aspecto é o dos processos de formação da vontade. Com relação a esse aspecto, erige-se uma abordagem que investiga como as elites vêm a agir, se é que elas vêm a agir, de tal maneira que se lhes possa interpretar a ação, atribuindo ao grupo, enquanto tal, uma "vontade" ou (aqui há uma plenitude de termos) uma motivação, um objetivo, uma intenção, um interesse. Trata-se de uma investigação sobre a coordenação das ações das elites, coordenação que pode ser baseada no cálculo racional utilitário com referência a interesses convergentes, em um sentimento de comunidade, e, portanto, de solidariedade de classe, em valores compartilhados ou mesmo em acordos não reflexivos. O segundo aspecto, que faz com que as teorias das elites entrem em diálogo, ainda que indireto, com o tema da estratificação social, é o da manutenção do controle sobre recursos que habilitam à imposição da vontade.

Com efeito, a teoria das elites proposta por Pareto, por exemplo, propõe vários enunciados referentes à estratificação social. Pareto observa que não existem exames pelos quais as pessoas seriam distribuídas ao longo das três grandes classes que compõem o seu esquema (i.e., não elite, elite não governante e elite governante). Assim, o que existiriam seriam "rótulos" atribuídos às pessoas, nem sempre de acordo com seus talentos (PARETO, 1963). O rótulo de elite, muito especialmente, estaria amplamente suscetível à herança material e imaterial. Afirma o autor: "Riqueza, família e contatos sociais também colaboram, em tantos outros casos, para a obtenção do rótulo de elite em geral, ou de elite governante, em particular" (Pareto, 1963, p. 1425, tradução nossa).[1] Mosca também argumenta que as elites,

[1] *"Wealth, family and social connections also help in many other cases to win the label of the elite in general, or of the governing elite in particular [...]"*

uma vez constituídas, tendem a monopolizar as chances de aquisição e de desenvolvimento das habilidades associadas ao exercício do poder. O autor afirma que as elites procuram manter os recursos de poder sob o comando de seus círculos sociais consanguíneos ou próximos. Nas palavras de Mosca, "com a exceção de breves períodos de revolução violenta, qualidades pessoas têm sempre menor importância, no que se refere a obtenção de altas posições sociais, do que nascimento e família" (MOSCA, 1939, p. 123, tradução nossa).[2] Wright Mills talvez seja o autor mais enfático na proposta de uma sociologia das elites. Se, para Pareto e Mosca, a estratificação social explica a manutenção da condição de elite enquanto a ascensão a essa condição se explicaria mormente pelo mérito, para Mills (1956), os dois movimentos precisam ser explicados a partir de circunstâncias sociais.

Além de colocar a teoria das elites em relação com o tema da estratificação social, a noção de poder estabelece como critério básico de definição da elite o exercício de controle sobre instituições. Embora o segmento de elite não governante em Pareto dispense esse critério, em geral, o foco das teorias recai sobre a capacidade de influenciar ações institucionalizadas, já que as instituições são instâncias de concentração e organização de recursos de poder. Assim, embora o grupo dos ricos, conforme abordado até aqui, possa ser considerado, num sentido mais amplo, uma elite, o objetivo desta seção repousa sobre uma distinção entre riqueza e poder. O grupo dos ricos continua sendo o grupo dos 1% com maiores rendimentos brutos advindos do trabalho principal. Já as elites são definidas com base em títulos ocupacionais, naquilo que esses podem indicar o exercício de controle sobre instituições. Como há um processo de estratificação social tanto por trás da composição do grupo dos ricos quanto por trás da composição dos segmentos de elite, espera-se que essas duas condições estejam relacionadas.

Mas, se riqueza e poder se relacionam, eles não necessariamente andam juntos. Há aquele que exerce poder e não é rico, assim como há aquele que é rico e

---

[2] *"[…] apart from brief periods of violent revolution, personal qualities are always less important, as regards attaining the highest positions in life, than birth and family."*

não exerce poder. Assim, a simultaneidade dessas duas condições configura uma posição especialmente vantajosa. A hipótese central abordada nesta seção é a de que a condição racial afeta as chances dessa simultaneidade, com os negros tendo menores probabilidades de serem, ao mesmo tempo, ricos e membros da elite. Num nível mais específico, testa-se a hipótese de que determinados segmentos de elite oferecem maiores oportunidades para que negros experimentem a condição de elite rica. A próxima seção apresenta os segmentos de elite a serem considerados neste estudo e enuncia as hipóteses acerca da variação da associação entre riqueza e poder para as pessoas negras ao longo desses segmentos.

6.2 Os segmentos de elite considerados

O grande desafio operacional deste capítulo está no trato empírico com o conceito de elite, dadas as limitações do que se pode deduzir substantivamente sobre determinada ocupação com base nos títulos ocupacionais. De acordo com as informações disponíveis no Censo Demográfico, três tipos de elite podem ser diferenciados: política, econômica e burocrática. Isso com o segmento econômico se subdividindo entre grandes empregadores, pequenos empregadores e executivos, e com o segmento político se dividindo entre Estado e sociedade civil. Tem-se assim, ao todo, seis segmentos de elite. Antes de avançar na discussão sobre essas definições, é importante notar que o quesito sobre ocupações no questionário do Censo consiste numa pergunta aberta. O instrumento elaborado pelo IBGE para codificar as diversas respostas em um conjunto tratável de categorias ocupacionais é o Código de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD. Esse instrumento é disponibilizado pelo IBGE, mas não traz maiores esclarecimentos sobre os tipos de ocupações abrangidos por cada título ocupacional e nem sempre os títulos são evidentes a esse respeito. Recorreu-se portanto, às definições do International Standard Classification of Occupations – ISCO – 88, no qual se baseia a codificação utilizada para o Censo Demográfico 2010. Nesse instrumento, encontram-se explicações

mais detalhadas sobre quais ocupações e atividades determinado título ocupacional abrange e, no que diz respeito aos títulos utilizados para a segmentação de elites aqui proposta, é notável a correspondência entre as categorias do COD e do ISCO.

Considere-se elite econômica aqueles que exercem controle sobre firmas. Obviamente, há, nos mais altos escalões da economia, grupos que acumulam uma grande quantidade de capital e que, agindo por meio de redes que envolvem não apenas outros atores do mundo do empreendimento como também atores estratégicos do setor público, tomam decisões cujo escopo de efeito está, no que compete ao presente estudo, fora de alcance. Deixando, contudo, de lado essa dinâmica de altíssimos círculos que poderiam ser propriamente tratados como "elites de poder" na acepção de Mills (1956), é inegável que as posições de empregador e de chefe-executivo, ambas observáveis no Censo Demográfico, envolvem o controle direto sobre o comportamento de firmas e, portanto, configuram uma condição de elite. Considere-se, primeiramente, os empregadores.

É interessante subdividir esse grupo em pequenos e grandes empregadores, os primeiros sendo aqueles que contratam até cinco pessoas. O critério tem problemas, já que o volume de empregados não mantém correlação clara com o nível de capitalização das firmas, mas é o melhor que se pode fazer com as informações disponíveis no Censo. Essa subdivisão minimiza o problema da grande heterogeneidade de poder existente no conjunto dos empregadores. Existe uma considerável diferença entre os rendimentos médios de pequenos e de grandes empregadores, definidos pelo critério do número de empregados exposto anteriormente. Assumindo que o tamanho das firmas está correlacionado à remuneração dos seus proprietários, a subdivisão proposta realmente distingue um conjunto de proprietários de firmas majoritariamente pequenas e um conjunto de proprietários de firmas majoritariamente maiores.

Os executivos, por sua vez, constituem uma categoria à parte. Sem serem os donos do capital, exercem controle sobre o empreendimento. Muito se discute em torno dessa posição dentro da tradição neomarxista, que, ao propor uma teoria sobre a estrutura de classes como um todo, propõe também, se não uma teoria, detidas

considerações sobre a elite econômica. A questão é que, para a teoria marxista, a condição de elite econômica se define pela posse do capital e, por isso, o preposto desse dono, por mais que exerça controle real sobre inúmeras decisões, sobretudo calcadas na especialização técnica numa estrutura de empreendimento cada vez mais complexa e diferenciada, ainda não poderia ser tomado enquanto capitalista, encontrando-se, portanto, numa posição contraditória de classe: a de quem exerce funções de capitalista sem, contudo, sê-lo.

Esse tipo de dificuldade teórica já não se coloca ao presente estudo. Define-se elite econômica pelo exercício de controle sobre as empresas. Se o executivo não é o dono da firma, ainda assim ele exerce controle sobre esta. Se ele não é o dono do capital e não tem, portanto, a palavra final sobre onde e como investir, sua palavra é forte e tem um privilegiado poder de influência sobre as decisões de proprietários ou acionistas. Mesmo não estando no último degrau da cadeia decisória, o executivo está, por assim dizer, “quase lá” e, se sua palavra tem influência sobre as grandes decisões, o que se dirá, então, sobre as “pequenas” e contínuas decisões ordinárias, ao nível do pão de cada dia da empresa, decisões que a divisão mesma do trabalho delega a ele.

A elite política inclui os legisladores e os chefes do poder executivo, assim como o alto escalão da administração pública. Esse segmento abarca, portanto, não apenas cargos eletivos, mas também cargos comissionados e de carreira. O que está em questão é, obviamente, o controle sobre ações do Estado. Uma variação da elite política é aquela que não se radica no Estado, mas em organizações civis. O final da década de 1980 marca o início de um acentuado processo de ampliação e de diferenciação do espaço público no Brasil. Observa-se um processo de crescimento, iniciado já na década de 1970, do número de organizações civis (FERNANDES, 1994; LANDIM, 1998). Esse processo constitui base para inúmeros esforços de inovação institucional, como a instituição de diferentes tipos de conselhos, previstos e regulamentados por lei (TATAGIBA, 2002), e as experiências com orçamentos participativos (AVRITZER, 2007; DAGNINO, 2002).

Também na execução do orçamento público, essas organizações têm assumido um papel importante por meio da descentralização de recursos. Esse método já se firma ao final da década de 1990, com a Lei n° 9.790/1999, que institui como instrumento de descentralização o Termo de Parceria entre Poder Público e Organizações Civis de Interesse Público, figura jurídica criada pela mesma lei. Mais adiante, o método é consolidado pelo Decreto nº 6.170/2007, que cria o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse e dita normas para o repasse de recursos da União através de todos os órgão e entidades da administração pública federal para entes de outras esferas federativas e para entidades privadas sem fins lucrativos. Ao mesmo tempo que o terceiro setor ganha densidade institucional e assiste a um crescente influxo de recursos financeiros, pesquisas têm apontado para um alto grau de concentração desses recursos por conjuntos restritos de organizações (LAVALLE, CASTELLO; BICHIR, 2007), o que atesta a existência de processos de formação de elites com suporte nesse ambiente institucional.

Posições de direção na burocracia também são dignas de consideração enquanto segmento de elite. Embora não estejam no topo da cadeia de comando, os burocratas exercem controle sobre decisões operacionais relevantes. Além disso, seu conhecimento privilegiado dos instrumentos de execução, de controle e de estabilização de rotinas tende a torná-los atores relevantes em processos decisórios envolvendo os ciclos de comando mais elevados. Em seu estudo sobre as *Elites de Cor*, Azevedo (1955) tratou a burocracia como uma das portas de acesso à condição de elite para a população negra. O autor considerou, contudo, apenas a burocracia estatal. No presente estudo, segue-se mais de perto as colocações de Weber (1982), compreendendo-se a burocracia enquanto um mecanismo de racionalização de procedimentos comum tanto ao Estado quanto ao mercado. Considera-se elite burocrática o conjunto de dirigentes, sejam eles funcionários públicos, sejam eles empregados em empresas. A elite burocrática é aquela que não exerce controle decisório direto, mas sim controle operacional sobre instituições nos setores público e privado.

A revisão bibliográfica apresentada na seção 5.1 aponta para a hipótese de que o Estado seria o espaço mais permeável à ascensão de negros a posições de elite (AZEVEDO, 1955). Assim, espera-se associação mais forte entre riqueza e poder para negros por meio desse segmento. Ainda nas elites políticas, espera-se que a sociedade civil seja um ambiente institucional especialmente permeável à população negra, dados os princípios de democracia participativa e de inclusão social que estão na base do seu processo de formação. Espera-se que o terceiro setor seja um ambiente institucional especialmente permeável a demandas políticas de diversos segmentos sociais. Sendo assim, é pertinente esperar que essa permeabilidade se reverta também na composição dos quadros que ocupam postos de direção nessas instituições. A burocracia também se revela um segmento relativamente mais aberto aos negros. Por outro lado, a revisão aponta para maiores barreiras ao ingresso de negros no âmbito da elite econômica. Observou-se que posições da elite executiva, muito especialmente, são insolventes à população negra.

Finalmente, cabe salientar que, a essa altura, a metodologia utilizada no presente capítulo dispensa apresentações. Tratam-se de regressões logísticas, já amplamente utilizadas aqui. Com essas técnicas, estima-se a probabilidade de que diferentes grupos pertençam a determinado segmento de elite, de maneira condicional à presença entre os 1% mais ricos. A probabilidade de pessoas ricas de determinado grupo racial comporem determinado segmento de elite será a medida de associação entre riqueza e poder para esse grupo em relação ao respectivo segmento. Utilizando as possibilidades de controle estatístico oferecidas por essa modelagem, testa-se também a hipótese de que os padrões diferenciais de associação entre riqueza e poder se explicam, em alguma medida, pelas desigualdades em termos de áreas de formação.

Os modelos incluem um termo de interação entre condição racial e riqueza. A motivação para isso não são testes formais de ajuste do modelo, mas o fato de que a desigualdade racial varia ao longo da distribuição de renda, atingindo maior nível nos quantis mais altos dessa distribuição. Nas aplicações, o coeficiente desse termo

de interação não é estatisticamente significativo ao nível de 95%. Isso, contudo, diz muito pouco, já que a significância estatística dos efeitos de termos de interação em modelos logísticos não é acessada pelo teste de significância do coeficiente associado ao termo (NORTON; WANG; AI, 2004). Como análises preliminares não revelaram variações por estratos geográficos, considera-se a população de todas as regiões. Isso destoa da restrição à população urbana da região Sudeste utilizada na maior parte das aplicações. A motivação para isso é a baixa frequência de pessoas, especialmente negras, em alguns títulos ocupacionais utilizados para a delimitação dos segmentos de elite, sobretudo quando se trata da interseção entre posição de elite e riqueza. O uso do total da população permitiu que se garantisse um número satisfatório de observações nesses casos.

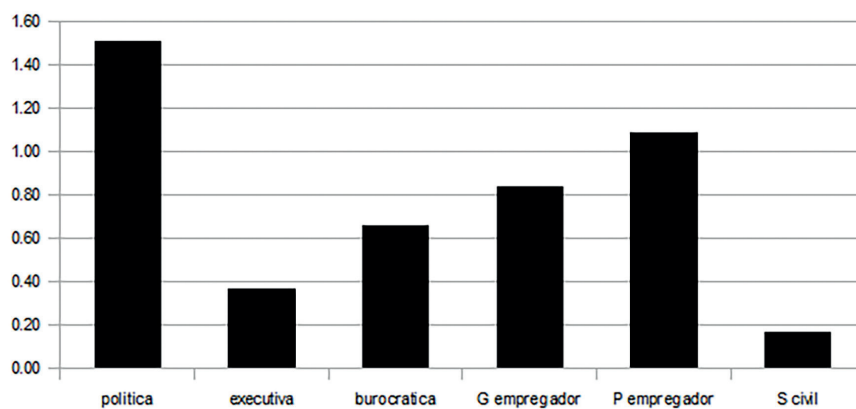
6.3 Disparidades raciais na associação entre riqueza e poder

A condição simultânea de rico e de elite ocorre com frequência considerável. Na população em estudo, cerca de 36% dos ricos ocupam posições em um dos segmentos de elite aqui definidos, mostrando que uma fração substancial dos ricos ocupa postos de elite. Essa elite rica, por sua vez, representa aproximadamente 7% da composição total da elite, ou seja, uma porção menor da elite como um todo é também classificada como rica. Isso se explica pelo fato de que a elite é um grupo relativamente grande, o que se deve à definição pouco restritiva aqui adotada. Lembre-se que até mesmo a pequena burguesia foi incluída enquanto um segmento de elite por deter o controle sobre firmas. A elite, como um todo, perfaz 5,8% da população total.

Os negros são minoria em todos os segmentos de elite considerados. Isso vale para os segmentos como um todo e mais ainda em se tratando das elites ricas. Contudo, a concentração de negros e de brancos ricos entre os segmentos de elite varia bastante. Para cada segmento de elite, considere-se a probabilidade de pertencer a esse segmento condicional à classificação racial e à condição de riqueza. O interesse está

na razão de probabilidades entre negros e brancos ricos de pertencerem ao respectivo segmento. Uma razão de probabilidades maior que um significa uma concentração de negros. Uma razão menor que um significa uma concentração de pessoas brancas.

Note-se bem: uma razão maior que a unidade não significa que os negros sejam maioria no segmento de elite em questão. Como já mencionado, os negros são minoria em todos os segmentos de elite. O que uma razão de chances maior que a unidade significa é que os negros ricos estão mais concentrados naquele segmento que os brancos ricos. Na presente aplicação, a razão maior que um significa, em geral, que: (i) a proporção de negros naquele segmento de elite rica é maior que a proporção de negros no grupo dos ricos como um todo; e (ii) a proporção de brancos no mesmo segmento de elite rica é menor que sua proporção no grupo dos ricos como um todo. Isso pode acontecer mesmo os negros sendo minoria no respectivo segmento de elite. O Gráfico 6.1 mostra as razões de probabilidade para cada segmento de elite.

Gráfico 6.1: Associação entre riqueza e poder para os negros por segmento de elite.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Nota-se uma variação substantiva na relação entre riqueza e poder entre os grupos raciais. O segmento estatal da elite política aparece como o de maior concentração de negros. Isso está em consonância com o observado por Azevedo (1955), que notou permeabilidade das elites políticas aos negros. Nunca é demais

lembrar que o resultado reportado aqui não significa prevalência de negros sobre brancos na elite estatal. Pelo contrário, negros são minoria nesse segmento de elite, como em todos os outros. O que se observa é uma conexão mais forte, para as pessoas negras, entre riqueza e poder político por meio de posições na estrutura do Estado.

Essa situação contrasta com a condição de elite política ancorada na sociedade civil, onde a conexão entre riqueza e poder é a mais fraca para os negros. Esse dado é significativo. As organizações da sociedade civil são vistas como suporte para uma experiência radical de democracia. Espera-se que essas constituam canais de participação popular na vida pública. Além disso, espera-se uma prevalência de valores democráticos e inclusivos no seio dessas organizações, o que deveria torná-las especialmente permeáveis à atuação de minorias. Contudo, o que se observa, no que se refere à questão racial, é uma baixa permeabilidade aos negros nas posições mais elevadas. É preciso considerar, contudo, que esse segmento inclui não apenas organizações civis voltadas para políticas sociais, mas também instituições tão díspares como organizações de classe e associações esportivas. É impossível desagregar esse conjunto, já que todos estão reunidos em uma única categorial pelo Código de Ocupações para Pesquisas Domiciliares. De qualquer modo, a disparidade racial observada é muito intensa e, por isso, dificilmente não estaria refletindo uma impermeabilidade realmente em jogo na sociedade civil.

Note-se que, entre os não ricos, a razão de probabilidades para esse segmento não é tão desvantajosa para as pessoas negras, ficando em torno de 0,87, ou seja, bem próxima à igualdade. É só quando se considera a elite rica que se tem a razão de 0,16 exposta no Gráfico 5.1. Em outras palavras, para os não ricos existe, como seria esperado, uma permeabilidade considerável aos negros. O que existe é uma forte impermeabilidade nas posições mais remuneradas. Tem-se observado uma forte concentração de recursos no âmbito do terceiro setor (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2007), parece que os negros estão entrando na base desse campo, mas não nas poucas organizações que concentram altas proporções dos recursos.

Na esfera econômica, os negros ricos aparecem concentrados entre os pequenos empregadores, ou seja, em um grupo com menor poderio. Entre os grandes proprietários, a razão de probabilidades está abaixo da unidade, indicando uma associação entre riqueza e poder mais fraca que aquela existente entre os brancos. A razão de 0,84 está, contudo, relativamente próxima à unidade, indicando que a disparidade racial aí não é tão grande. Para interpretar esse valor, é preciso considerar que o que define o grande empregador, no presente estudo, é um ponto de corte: a contratação de cinco ou mais empregados. Sendo assim, o grupo dos grandes empregadores abarca empresas dos mais variados portes. Tudo leva a crer que o que permite uma relação não tão fraca entre riqueza e poder para os negros através desse segmento de elite é a inclusão de empresas relativamente menores, onde os negros provavelmente se concentram mais.

O segmento da elite executiva revela uma disparidade racial severa, com uma razão de probabilidades de 0,37. Mesmo entre os não ricos, a razão de probabilidades entre negros e brancos de pertencerem a esse segmento de elite se mantém nesse mesmo patamar. Há, portanto, uma forte impermeabilidade desse segmento de elite à população de cor. É interessante notar que esse é muito provavelmente o mais homogêneo dos três segmentos da elite econômica. Enquanto os grupos dos pequenos e dos grandes empregadores comportam firmas de porte muito variado e, portanto, posições com níveis de poder também muito variados, a posição de executivo tende a existir apenas em empresas suficientemente grandes e estruturadas. Em outras palavras, os títulos ocupacionais de diretores e de gerentes-gerais, utilizados aqui para definir os executivos, é um indicador muito mais consistente de uma condição de elite econômica. Isso se nota pelas características da distribuição de renda entre os três segmentos. O nível da renda dos executivos, medido pela média, é maior que o dos pequenos empregadores, muito próximo ao dos grandes empregadores e, ao mesmo tempo, sua dispersão é menor. O coeficiente de dispersão – desvio padrão dividido pela média – da renda dos executivos é de 1,6, contra 2,3 entre os pequenos, e de 2,4 entre os grandes empregadores. Há, portanto, uma

concentração em níveis de rendimento mais altos, sugerindo que se trata consistentemente de pessoas que trabalham em firmas de porte, nas quais a posição de controle e gerência equivalem ao exercício de um poder considerável.

O segmento dos executivos talvez apresente esse quadro crítico pelas características do acesso a essa posição. Primeiramente, a escolha de pessoas para ocupar tais cargos está sujeita a práticas de discriminação direta. Além disso, a escolha, nesse caso, demanda altos níveis de confiança, e um recurso usual para satisfazer essa demanda é a procura de pessoas por meio de uma rede de contatos de confiança já existente. Assim, a inserção prévia em círculos de elite assume talvez um papel crítico na definição das chances de se ser um executivo, tornando esses cargos muito menos uma via de ascensão e muito mais uma via para a manutenção de posições sociais por grupos afluentes. Isso, fatalmente, prejudica um grupo historicamente excluído, cuja penetração nas elites depende, sobretudo, de vias de ascensão social. Além disso, o capital social, além de explicação concorrente a práticas de discriminação racial direta, constitui um possível meio de manifestação dos próprios efeitos dessa discriminação. As resistências sociais às pessoas negras tendem a obstaculizar a formação de capital social, tornando-o um mecanismo de mediação de desvantagens associadas à condição racial.

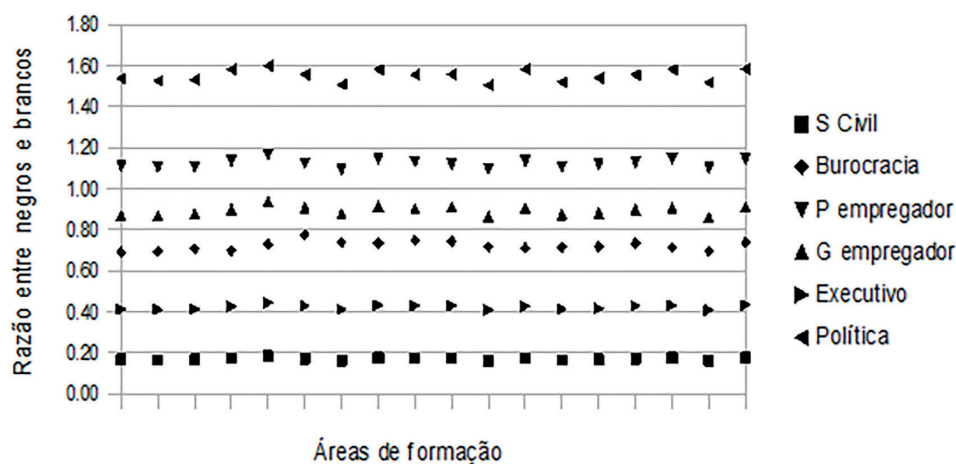
É verdade que, diante dos elementos empíricos aqui mobilizados, essa interpretação mantém-se num nível altamente especulativo, já que não se dispõem de informações sobre os processos de contratação dos executivos, repousando as presentes ponderações no conhecimento ordinário de caráter assistemático dado pela experiência de mundo. Não obstante, esses apontamentos são válidos e, talvez, sejam também explicação para a disparidade encontrada no âmbito da sociedade civil. Sem embargo, as organizações civis mais afluentes, aquelas que concentram maiores quantidades de recursos, assumem uma estrutura de administração com caris empresarial. O acesso à elite rica ancorada na sociedade civil seria, assim como o acesso à elite executiva, bastante fechado. Lembre-se que é exatamente na elite rica da sociedade civil que existe uma drástica disparidade racial, sendo

essa disparidade mais amena em se tratando da elite não rica. Embora não se possa desagregar a categoria com os dados do Censo, é razoável admitir que a alta renda está relacionada a posições de direção e de gerenciamento nas organizações mais ricas e burocraticamente estruturadas. As barreiras aos negros na sociedade civil estariam, por assim dizer, entre os executivos desse segmento.

Já na burocracia se assiste a um quadro intermediário de disparidade mais moderada, indicada por uma razão de probabilidades na ordem de 0,66. A burocracia não apenas inclui a seleção impessoal por meio de concursos públicos quando se trata do Estado. Também no âmbito do setor privado, a burocracia talvez constitua um nível em que prevalecem processos de seleção, recrutamento e progressão de carreira mais impessoais. Com isso, a permeabilidade ao negro aumenta, embora, no caso do setor privado, em contraste com a via dos concursos públicos, práticas de discriminação racial direta tenham ainda espaço aberto nos processos de seleção. No setor privado, a não interferência da discriminação depende das disposições e da vigilância dos responsáveis pela seleção e pelo recrutamento, diferentemente do que acontece com a maior parte dos concursos públicos, que são "cegos à cor", a não ser nos casos em que entrevistas compõem o processo de seleção. No setor privado, entrevistas de emprego constituem um procedimento padrão e não são, de maneira alguma, "cegas à cor".

Estando os diferentes segmentos de elite ancorados em atividades diversas, é de se questionar se essas diferenças raciais no padrão de associação entre riqueza e poder não são mediadas, em alguma medida, por desigualdades educacionais, sobretudo em termos de credenciais. Com efeito, observou-se, no capítulo anterior, que negros e brancos se distribuem desigualmente entre as diferentes áreas de formação e que essa distribuição desigual medeia parte da disparidade racial de riqueza. Algo semelhante pode acontecer nas disparidades raciais na associação entre riqueza e poder. A concentração de negros em determinados segmentos da elite pode ser, em parte, explicada por diferenças educacionais. Determinadas formações poderiam ter maior afinidade com determinados segmentos de elite.

Por exemplo, a área de formação da administração, comércio e economia com a posição de executivo. Dada essa associação, a distribuição desigual de negros ao longo das áreas de formação responderia, pelo menos em parte, pela maior ou menor concentração de negros em determinado segmento de elite. Essa hipótese pode ser testada inserindo-se os níveis educacionais no modelo utilizado e, então, verificando-se se as razões de probabilidade associando riqueza e poder variam de acordo com as áreas de formação. Em outras palavras, passa-se a comparar negros e brancos com a mesma formação. Assim, para cada segmento de elite, computa-se a razão de probabilidades entre negros e brancos ao longo de todas as áreas de formação. O Gráfico 6.2 mostra o resultado:

Gráfico 6.2: Controle da associação entre riqueza e poder por áreas de formação.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Como se nota, para todos os segmentos de elite, a razão de probabilidade entre negros e brancos não varia muito ao longo das diferentes áreas de formação, mantendo-se em níveis muito próximos aos obtidos no modelo sem controle por níveis educacionais. Por exemplo, no segmento político, ela se mantém em torno de 1,60 e, no segmento da sociedade civil, próxima a 0,16. Fossem as disparidades

raciais nos padrões de associação entre riqueza e poder uma função da distribuição desigual por áreas de formação, a disparidade entre negros e brancos dentro de uma mesma área de formação seria substancialmente menor que aquela observada quando não se leva em conta essas áreas. No entanto, pelo contrário, as razões de probabilidade condicionais à área de formação são aproximadamente constantes. O que se nota são ligeiras flutuações que, em nenhum momento, alteram o ordenamento entre os diversos segmentos. Em outras palavras, qualquer que seja a área de formação considerada, as diferenças raciais na associação entre riqueza e poder ao longo dos segmentos de elite mantêm o mesmo padrão. Existem, portanto, mecanismos subjacentes, que não a desigualdade educacional, respondendo por essas diferenças.

Esses mecanismos podem operar tanto pelo fechamento do acesso a círculos sociais de elite quanto pela abertura dos processos de ingresso à ação da discriminação racial direta, sendo que, provavelmente, essas duas coisas contam. Quanto ao primeiro aspecto, já foi observado, na seção anterior, que as teorias clássicas das elites estão de acordo ao apontarem para a tendência das elites em circunscreverem o acesso às suas posições aos membros da própria comunidade. Essas comunidades não precisam constituir círculos sociais de convívio consolidados num dado momento. Antes, elas estão em constante processo de formação mediante proximidades e distâncias estabelecidas pela disposição geral da estratificação social. A esse respeito, Bourdieu (1984) mostra como a formação de grupos de *status* ancorados em posições de classe (Weber já sugeria que nas condições postas pela ordem econômica e social moderna as posições de *status* tenderiam a se ancorar materialmente em posições de classe) dita afinidades sociais não apenas em termos de interesses pecuniários compartilhados, mas em termos de gostos ou, de maneira geral, de estilização da vida, configurando, assim, “comunidades” em potencial, ou melhor, um potencial para a formação de comunidades. Esse processo de formação de capital social interno a grupos de *status* operaria um fechamento do acesso a pessoas negras.

A discriminação racial, por sua vez, tem o potencial de afetar diretamente o acesso tanto quanto este se baseie em interações abertas à prática discriminatória. Além disso, ela também pode afetar o acesso à elite de maneira indireta, interagindo com o processo de formação de capital descrito anteriormente. Na medida em que o preconceito interfere na formação de *status* com base na posição de classe e em méritos individuais, ele prejudica o acesso do negro aos círculos sociais em que se circunscrevem boa parte das oportunidades para ocupar determinados postos de elite.

Em conclusão, os negros estão claramente concentrados nos segmentos de elite menos poderosos na esfera econômica. Isso se revela pela concentração na pequena burguesia e pela fraquíssima associação entre riqueza e poder para os negros através do segmento dos executivos. Lembre-se de que a disparidade racial mais moderada entre os grandes empregadores deve ser vista com muito cuidado, pois se trata de um grupo muito heterogêneo, tudo levando a crer que os negros estão concentrados entre os menores dentre os grandes empregadores.

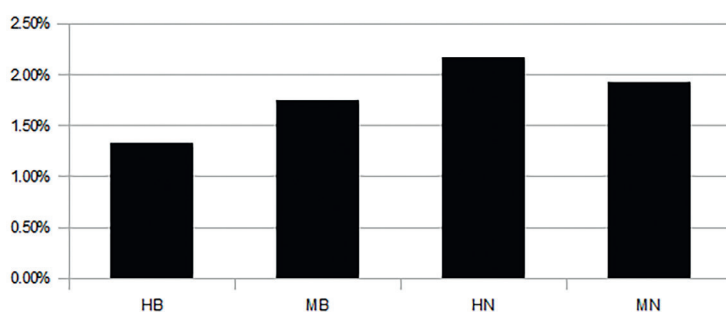
Na esfera política, assiste-se a duas tendências opostas. Por um lado, a elite política ancorada no Estado mostra menor disparidade racial. É aí que se observa a mais forte associação entre riqueza e poder para as pessoas negras. Já na sociedade civil, observa-se o contrário. Ali, a associação entre riqueza e poder é a mais fraca para os negros, mais fraca até que entre os executivos. Pelo menos no que diz respeito à questão racial, portanto, a formação de elites ricas no âmbito da sociedade civil parece ser menos democrática do que no âmbito do próprio Estado. A burocracia fica numa posição intermediária, com uma disparidade racial mais moderada. É importante lembrar que o poder de que dispõem os burocratas é relativamente menor, pois não se trata de um poder de comando direto, mas apenas um poder indireto, derivado do controle operacional sobre procedimentos. Sendo assim, a associação não tão fraca entre riqueza e poder para os negros nesse segmento de elite manifesta, antes de tudo, a tendência geral de baixa associação entre riqueza e poder para pessoas de cor.

6.4 Associação entre riqueza e poder para as mulheres negras

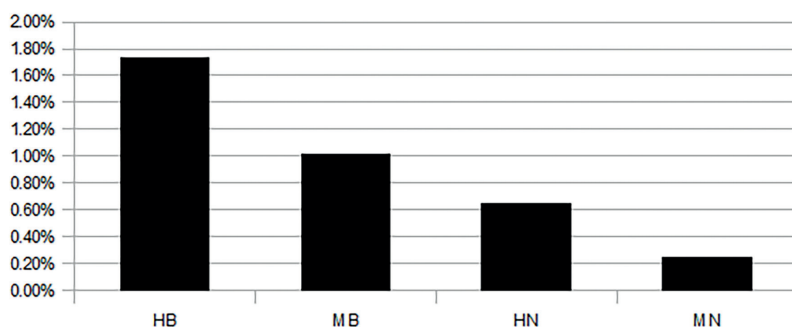
Tanto a condição racial quanto a condição de gênero relacionam-se não apenas às oportunidades de riqueza, mas também às oportunidades de exercício de poder. De maneira geral, ser negro implica desvantagens, e ser mulher, também. Algo que coloca a mulher negra, mais uma vez, em situação crítica. Com efeito, tanto homens quanto mulheres são minoria entre os ricos, assim como entre todos os segmentos de elite aqui considerados. O que está em questão, contudo, não é essa condição minoritária. O que se está explorando é algo diferente: as diferenças na associação entre riqueza e poder. Como já foi visto até aqui, mesmo os negros sendo minoria em qualquer dos segmentos de elite, é possível identificar determinados segmentos para os quais a associação entre riqueza e poder é mais forte para os negros do que para os brancos. Não é que os negros sejam maioria ali. Na verdade, o máximo que eles alcançam entre os diversos segmentos da elite rica é a proporção de 22% no segmento estatal. Em todos os outros, sua proporção é ainda menor. Mas, se apenas cerca de 16% dos ricos são negros, o fato desse grupo racial representar cerca de 22% da elite rica estatal indica uma tendência à concentração dos negros ricos nesse segmento. São exatamente essas relações que estão sendo chamadas de associação entre riqueza e poder e são elas que a modelagem logística identifica para gerar as probabilidades com as quais se tem trabalhado neste capítulo. O mesmo será feito agora considerando também o sexo das pessoas.

A grande questão posta é como sexo e condição racial interagem no condicionamento da associação entre riqueza e poder, determinando a associação entre riqueza e poder para a mulher negra. Utilizando a mesma modelagem da seção anterior, obtém-se agora probabilidades associando riqueza e poder para quatro grupos: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. O que se computa é a probabilidade de pertencer a determinado segmento de elite condicional à riqueza, à raça e ao sexo das pessoas. Os resultados para o segmento estatal da elite são mostrados no Gráfico 5.3. Os gráficos que vêm na sequência

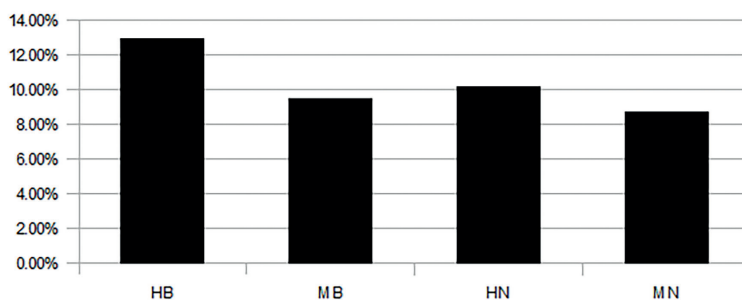
apresentam o mesmo resultado para os outros segmentos. As escalas no eixo vertical não são as mesmas. Isso porque alguns segmentos, como o da sociedade civil, são muito pequenos, com probabilidades ínfimas de pertencimento em termos absolutos. Com isso, as escalas se dilatam ou se contraem para que sejam visíveis as desigualdades relativas entre as probabilidades associadas aos grupos. Isso quer dizer que o leitor deve evitar uma comparação entre os gráficos com base na inspeção visual, atendo-se à comparação entre as barras dentro de um mesmo gráfico.

Gráfico 6.3: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento estatal.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

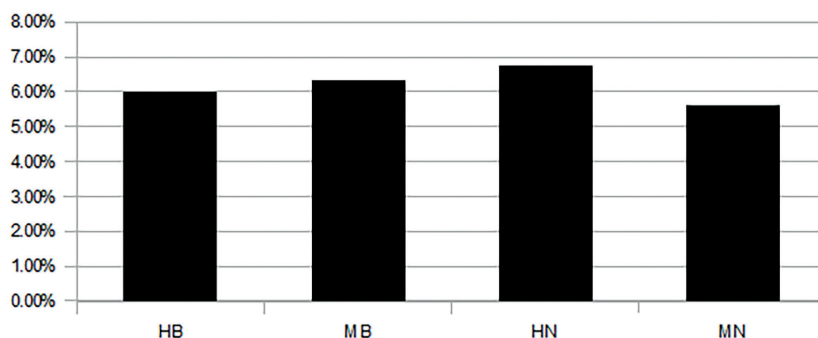
Nota-se que a hierarquia das probabilidades aponta para uma saliência das diferenças por condição racial com uma diferenciação por sexo secundária, que se inverte entre os grupos raciais. Pessoas negras, homens ou mulheres, estão mais concentradas nesse segmento de elite. Por outro lado, os homens negros estão mais concentrados que as mulheres negras. Relação que se inverte entre os brancos, estando as mulheres, nesse caso, mais concentradas que os homens. Existe uma permeabilidade racial desse segmento de elite que é, no entanto, menos eficaz em se tratando da mulher negra. Ao mesmo tempo, para as mulheres brancas, o segmento estatal da elite está relativamente mais aberto. Há, assim, uma permeabilidade desse segmento aos grupos em desvantagem, mas, para as mulheres negras, essa permeabilidade se restringe. Entre os executivos o quadro é diferente, como mostra o Gráfico 6.4.

Gráfico 6.4: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento executivo.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

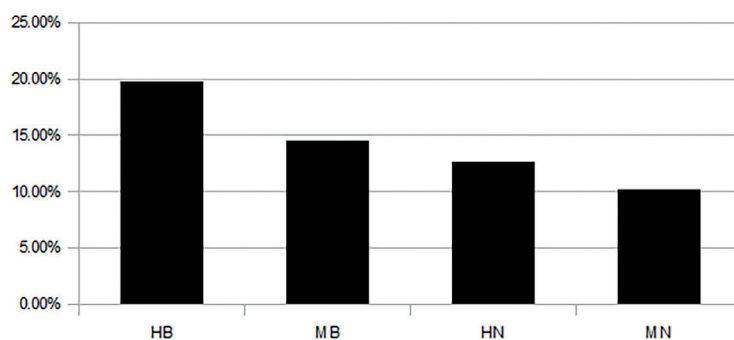
Mais uma vez, o crivo racial se sobrepõe às diferenças por gênero na associação entre riqueza e poder. Pessoas negras estão menos concentradas nesse segmento. Por outro lado, as diferenças por gênero são agora as mesmas ao longo dos grupos raciais: mulheres brancas menos concentradas que os homens brancos e mulheres negras menos concentradas que homens negros. O segmento executivo revela, assim, uma hierarquia bem clara conjugando raça e gênero. Maior permeabilidade a pessoas brancas com permeabilidade menor à mulher branca especificamente. A permeabilidade à mulher branca ainda é maior, contudo, que ao homem negro. A mulher negra, por sua vez, está no último degrau da escada. Já entre os grandes empregadores, o quadro é outro, como mostra o Gráfico 6.5:

Gráfico 6.5: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: grandes empregadores.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Nesse caso, as diferenças por sexo são mais salientes. Os homens, de maneira geral, estão mais concentrados entre os grandes empregadores. Os homens negros estão abaixo dos homens brancos, e as mulheres brancas, abaixo dos homens negros. A mulher negra, mais uma vez, aparece em último lugar. Entre grandes proprietários e executivos, existe, portanto, uma inversão interessante na ordem dos critérios de estratificação. A condição de proprietário é, sobretudo, uma via de associação entre riqueza e poder para os homens. É importante ressaltar que, em todos os segmentos de elite rica, a ordem de representação dos quatro grupos é a mesma. Primeiro vem o homem branco, perfazendo sempre quase ou mais que a metade do segmento. Segue-o, de longe, a mulher branca. Em seguida, seguindo a mulher branca um pouco mais de perto, vem o homem negro e, por último, em proporções sempre inferiores a 5%, vem a mulher negra. A associação entre riqueza e poder entre os executivos não apenas segue, como agrava esse padrão. Os homens brancos, que são 63% dos ricos, chegam a perfazer 77% desse segmento da elite rica. No outro extremo, as mulheres negras, 4% dentre os ricos de maneira geral, não chegam a 1% dos executivos ricos. Os homens negros também sofrem uma queda drástica de representação nesse setor, saindo dos seus 14% do total dos ricos para menos de 6% nesse segmento. As mulheres brancas caem dos seus 21% entre os ricos em geral para 16% entre os executivos ricos. Veja agora como é o caso dos pequenos empregadores.

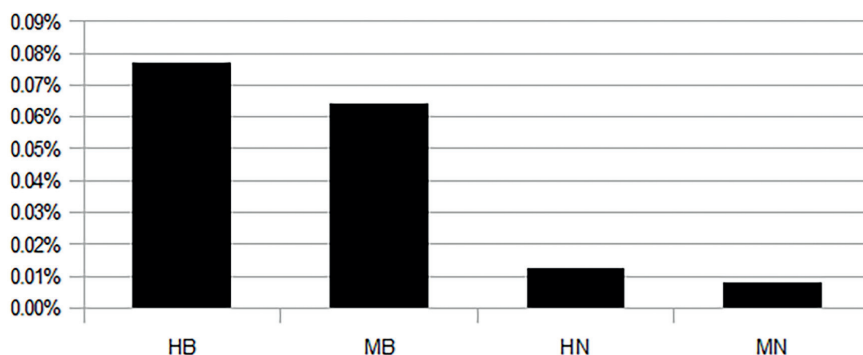
Gráfico 6.6: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: pequenos empregadores.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

A distribuição lembra o que ocorre no caso do segmento estatal pela inversão da desigualdade de gênero entre os dois grupos raciais. Homens negros estão acima das mulheres negras, mas são as mulheres brancas que estão acima dos homens brancos. Contudo, diferentemente do segmento estatal, no qual as mulheres negras encontram uma associação entre riqueza e poder mais forte do que homens e mulheres brancas, estando atrás apenas dos homens negros, as mulheres negras ficam em último lugar. Se a maior associação para os homens negros indica uma permeabilidade ao negro e a maior associação para as mulheres brancas, em comparação aos homens brancos, sugere uma permeabilidade à mulher, a posição da mulher negra contraria essas duas tendências. Note-se também que, nesse caso, as diferenças são bem menores, com todas as barras tendo tamanho muito próximo. Na verdade, o que ocorre nesse segmento é uma leve concentração de homens negros e, ao mesmo tempo, uma leve desconcentração de homens brancos que, sendo 63% dos ricos em geral, representam uma porção de 61,5% dos ricos pequenos empregadores. Veja agora o que ocorre com o segmento dos burocratas:

Gráfico 6.7: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: segmento burocrático.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Observa-se, nesse caso, à semelhança do que ocorre com os executivos, a forma de escada que reproduz a representação dos quatro grupos na elite rica. Não há, contudo, a mesma acentuação do quadro. Como foi visto no segmento dos executivos, não só esse padrão é reproduzido como a intensidade das disparidades

é intensificada por uma grande impermeabilidade ao homem negro e, mais ainda, à mulher negra. No caso da burocracia, o quadro é mais moderado. Isso difere bastante do que ocorre com a sociedade civil, conforme o Gráfico 5.8, a seguir. Note-se, primeiramente, que, por conta do tamanho ínfimo desse segmento de elite, as probabilidades são muito pequenas. Quanto às disparidades, o que se observa nesse caso é um acirramento drástico da disparidade racial. Homens e mulheres negras que perfazem 16% dos ricos não representam, em conjunto, 4,5% desse segmento de elite. A impermeabilidade racial é definitivamente o aspecto mais crítico da associação entre riqueza e poder através da sociedade civil.

Gráfico 6.8: Associação entre riqueza e poder por raça e sexo: sociedade civil.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

No panorama geral, o que se observa é que o peso relativo da raça e do gênero sobre a associação entre riqueza e poder varia de acordo com o segmento de elite em questão. É importante ressaltar que os padrões observados não são mera reprodução das diferentes proporções pelas quais os quatro grupos considerados participam da riqueza e dos segmentos de elite. A associação entre riqueza e poder consiste, basicamente, nas variações em torno dessas proporções e da participação dos grupos em cada um dos segmentos de elite. Mesmo os brancos sendo esmagadora maioria entre os ricos e em todos os segmentos de elite rica, observa-se uma concentração de negros ricos em alguns desses segmentos. No caso dos grandes

empregadores, observa-se uma concentração de homens brancos e negros. Mesmo sendo a proporção de mulheres brancas superior à proporção de negros entre os grandes empregadores, a maior concentração relativa de homens negros indica a existência de mecanismos subjacentes, tornando eminentemente masculino esse segmento de elite. No segmento dos pequenos empregadores, esse quadro se complica, já que, embora exista uma concentração de homens negros, há também uma concentração de mulheres brancas superior à dos homens brancos. É razoável pensar nesse segmento enquanto constituindo, por excelência, uma via permeável a grupos em desvantagem. Contudo, se essa via parece especialmente permeável ao homem negro e à mulher branca, ela permanece fechada à mulher negra.

Com efeito, não importa qual seja o critério de estratificação mais saliente nas diferenças de associação entre riqueza e poder, a mulher negra é o grupo sistematicamente mais prejudicado. A única exceção está no segmento político, onde a associação entre riqueza e poder para as mulheres negras só não é mais forte que aquela que existe para os homens negros. Contudo, as mulheres negras ainda participam com apenas 5% desse segmento de elite, contra os 4% de sua participação entre os ricos de maneira geral. Já os homens negros participam com 18%, contra os seus 12% na riqueza em geral. As mulheres brancas participam com 26%, contra os seus 22% na composição do grupo dos ricos. São os homens brancos que caem dos seus 63% entre os ricos para 54% de participação no segmento da elite estatal. Sendo assim, a associação favorável entre riqueza e poder para a mulher negra nesse segmento representa um ganho de participação muito discreto. Na verdade, o que parece estar em jogo é uma propriedade do segmento estatal da elite de ser mais permeável à diversidade de uma maneira geral. Com isso, a associação entre riqueza e poder se fortalece para as mulheres negras, mas a participação efetiva que existe no contexto dessa associação não é muito grande. Em geral, mesmo quando determinado segmento parece mais suscetível a constituir uma via de associação entre riqueza e poder para pessoas negras e para mulheres, isso se faz sentir pelo homem negro ou pela mulher branca, mas não pela mulher negra.

6.5 Conclusão

As hipóteses lançadas neste capítulo dizem respeito a como a associação entre riqueza e poder condicional à raça varia em termos de segmentos de elite. Primeiramente, confirmou-se que existe um padrão diferencial de associação entre riqueza e poder segundo à condição racial. Confirmou-se também que esse padrão varia entre os segmentos de elite. Conforme o esperado, o Estado é uma via relativamente mais suscetível à associação entre riqueza e poder para pessoas negras. O mercado, por outro lado, é uma via mais impermeável. Isso se nota em se tratando dos grandes proprietários e, especialmente, dos executivos. A associação entre riqueza e poder é extremamente fraca para os negros em se tratando desse último segmento. Por outro lado, a posição de pequeno empregador se mostra mais permeável, denotando que a associação possível entre riqueza e poder para os negros na esfera econômica está mais circunscrita à posição de pequeno burguês. Refuta-se, por outro lado, a hipótese de que a sociedade civil é um ambiente permeável aos negros. Pelo contrário, esse segmento de elite é aquele para o qual a associação entre riqueza e poder é a mais baixa para pessoas negras. Refutou-se, ainda, a hipótese de que esses diferenciais nos padrões de associação entre riqueza e poder segundo a raça são mediados por desigualdades em termos de áreas especializadas de formação superior.

Finalmente, no que se refere à influência simultânea das condições de raça e de gênero, observou-se que alguns segmentos restringem a associação entre riqueza e poder principalmente para as mulheres, e outros, para as pessoas negras. O segmento dos grandes proprietários é prioritariamente masculino. O segmento dos executivos é prioritariamente branco. O segmento dos pequenos empregadores apresenta uma permeabilidade relativamente maior ao homem negro e, também, à mulher branca, sem que a mulher negra se beneficie dessa tendência à abertura a grupos desfavorecidos. A burocracia também é resistente, sobretudo, à associação entre riqueza e poder para os negros, mas essa resistência é muito menor que aquela existente no segmento dos executivos. O segmento estatal é o único destacadamente favorável

à associação entre riqueza e poder para as pessoas negras, com homens e mulheres negras contando com associação mais forte que mulheres e homens brancos. Mais ainda, o segmento estatal é o único para o qual a mulher negra não está em último lugar no que se refere à associação entre riqueza e poder. Já a sociedade civil é extremamente impermeável à associação entre riqueza e poder para as pessoas negras, quer se trate de homens, quer se trate de mulheres. As mulheres negras constituem o grupo mais desfavorecido. Para elas, a associação entre riqueza e poder é a mais fraca, mesmo quando um segmento mostra associação mais forte para homens negros, por um lado, ou para mulheres negras, por outro. A única exceção é o segmento estatal. Mas, mesmo nele, as mulheres negras permanecem em desvantagem diante do homem negro.

Considerações finais

A desigualdade de riqueza entre negros e brancos é tanto de composição quanto de nível. Tanto os negros são minoria no grupo dos ricos quanto, dentre os ricos, eles são menos afluentes que os brancos. Isso foi averiguado por meio de uma decomposição da medida de riqueza proposta por Medeiros (2005). Quanto mais o cômputo se faz sensível a rendimentos mais altos, menor é a contribuição dos negros para a medida total de riqueza. Embora importante, pouco se teria a investigar do ponto de vista explicativo, no presente contexto, a respeito dessa desigualdade de nível interna ao grupo dos ricos. Fatores que normalmente são usados para explicar a desigualdade, como a educação, não explicam as diferenças de renda entre os ricos. Isso não quer dizer que não existam fatores que, de maneira regular, condicionem a distribuição dos rendimentos entre os ricos. A questão é que esses fatores não são sistematicamente observados por pesquisas regulares disponíveis. Por outro lado, a disparidade racial na composição do grupo dos ricos pode ser mais bem investigada, do ponto de visto explicativo, com base nos dados do Censo Demográfico. Para chegar a tanto, o presente trabalho começou por explorar o comportamento da desigualdade racial ao longo de toda a distribuição de renda.

Embora a desigualdade racial de renda seja um fenômeno bastante estudado, o olhar sobre as rendas mais altas pôde chamar atenção para alguns fatos significativos. O comportamento da desigualdade racial ao longo da distribuição de renda revela aspectos importantes sobre a própria natureza da discriminação racial no

Brasil. A produção sobre o tema já consolidou o fato de que boa parte da desigualdade racial de renda é mediada por fatores como a educação formal, havendo ainda, contudo, uma desigualdade diretamente associada à raça, o que indica a relevância persistente de práticas de discriminação racial direta, não mediadas. Tal fato é facilmente atestado pelo estudo dos efeitos parciais da condição racial por meio de modelos de regressão centrados na média nos rendimentos. A abordagem estrutural, por sua vez, revela uma dinâmica de discriminação fundada na permanência do negro em posições de classe desfavorecidas.

Com efeito, observou-se que, à medida que se consideram posições mais elevadas na distribuição, altos níveis de escolaridade perdem um pouco da capacidade explicativa sobre a variação da renda, enquanto a discriminação racial parece se tornar mais impactante. Os níveis de ensino médio e superior atingem influência máxima sobre a renda em torno do 90º quantil. A partir desse ponto, o impacto do ensino superior se reduz substancialmente. A educação, portanto, parece ter maior relevância para os estratos médios altos, indicando que, nessa região da distribuição de renda, concentram-se os segmentos do mercado de trabalho onde os níveis de remuneração respondem mais intensamente à qualificação profissional. No que se refere aos estratos mais afluentes, a educação passa a explicar menos da variação de renda, não porque essa deixe de ser importante, mas, provavelmente, por passar a constituir, antes de tudo, um pré-requisito, estando a variação sujeita a outros mecanismos subjacentes não observados. Nesse sentido, é preciso admitir que o aumento do impacto da condição racial certamente não reflete apenas uma intensificação das práticas diretas de discriminação racial, mas também a relevância crescente de mecanismos de mediação da desigualdade racial que não a escolaridade, que, estando correlacionados à raça, enviesam para cima as diferenças de renda associadas à cor.

É razoável considerar que, se a educação explica menos a variação da renda entre os mais afluentes, outros mecanismos, como o patrimônio e o acesso a redes de contatos economicamente úteis, passem a cumprir aí um papel importante.

Esses recursos estão ainda mais fortemente associados à origem social do que os níveis de ensino. Embora determinada pela origem social, a realização educacional está sujeita, ainda, a uma série de contingências na trajetória de vida das pessoas, havendo, portanto, uma independência relativa que gera mobilidade educacional entre gerações. Já o patrimônio e o acesso a círculos sociais de elite constituem heranças muito mais diretas que, diferencialmente distribuídas entre negros e brancos, certamente medeiam parte da desigualdade racial de renda entre os mais afluentes. Como esses fatores não são explicitamente considerados nos modelos aqui utilizados, eles podem ser responsáveis por parte do comportamento da desigualdade diretamente associada à condição racial, conforme mensurada por meio dos exercícios estatísticos. A desigualdade racial é, em todas as instâncias, fruto não apenas da discriminação direta, mas também de um complexo de fatores de mediação. Assim, o comportamento observado para a desigualdade diretamente associada à raça evidencia que a discriminação tem efeitos tão maiores sobre as chances de renda quanto mais a posição do negro é afluente. Mas, reflete também a maior importância, nos estratos de alta renda, de fatores de mediação não observados, associados à origem social e, por conseguinte, desfavoráveis aos negros.

O estudo da disparidade racial de riqueza justifica-se, assim, não apenas pelo interesse intrínseco sobre a composição racial do grupo dos ricos, como também pelo fato de que a desigualdade racial, nesse nível da distribuição de renda, se destaca em face dos demais. É importante notar que esse destaque não se limita ao aspecto meramente descritivo da pouca representatividade dos negros nesse grupo. A evidência de que, para os estratos mais abastados, os altos níveis de ensino perdem relativamente seu impacto sobre a variação de renda enquanto cresce o impacto da condição racial, revela uma mudança qualitativa nos mecanismos de mediação da desigualdade racial de renda. Se a desigualdade educacional tem sido sempre apontada como o principal desses mecanismos, essa conclusão precisa ser matizada quando se trata da composição do grupo dos ricos. Isso não quer dizer, contudo, que a desigualdade educacional não seja um fator importante, muito pelo contrário.

Na verdade, notou-se que a desigualdade educacional medeia uma porção substancial da disparidade racial de riqueza. Embora a correção das desigualdades educacionais não seja suficiente para corrigir essa disparidade, ela pode minimizá-la substancialmente, aumentando de 14% para mais de 30% a razão de probabilidades entre negros e brancos de estarem entre os ricos. Também foi mostrado que as diferenças raciais por formações em áreas específicas contribuem para a disparidade racial de riqueza. Essa contribuição, contudo, é relativamente pequena se comparada à contribuição da desigualdade em geral, ou seja, ao simples fato de os negros terem taxas muito menores de conclusão dos níveis médio e superior de ensino. O grande gargalo para os negros, no que se refere à mediação educacional da disparidade de riqueza, está ainda no acesso ao ensino superior, e não na distribuição desigual por áreas de formação. Entretanto, é preciso interpretar esse último resultado com muito cuidado, atentando-se para o caráter dinâmico dos fenômenos investigados.

A relativamente pequena contribuição das áreas de formação se deve, também, aos próprios níveis de conclusão do ensino superior por parte da população negra, que são muito baixos. Se os negros não concluem esse nível de ensino, se o gargalo está ainda no ingresso e na conclusão de cursos superiores, é natural que diferenças por área de formação tenham uma contribuição reduzida. Agora, à medida que esse gargalo se abrir, à medida que um número maior de negras e de negros concluírem o ensino superior, as diferenças por área de formação passarão a ser potencialmente muito mais relevantes. Se esse potencial virá ou não a se concretizar, depende de como os negros que ingressarem no nível superior irão se distribuir entre os cursos, se mantendo a distribuição desvantajosa que se observa hoje em dia, sobretudo em se tratando das mulheres negras, ou se revertendo essa desvantagem. Em outras palavras, caso se mantenha, ao longo do tempo, o atual padrão de distribuição de negros e de brancos entre as áreas de formação superior, a ampliação do ingresso dos negros nesse nível de ensino implicará o aumento do papel que as formações profissionais específicas cumprem para a desigualdade racial de renda em geral e, em especial, para a disparidade racial na composição do grupo dos ricos.

Tão importantes quanto a desigualdade educacional são as condições para a conversão dos níveis educacionais em oportunidades de riqueza. Essas condições não são as mesmas para negros e brancos e são especialmente desvantajosas para as mulheres negras. Em outras palavras, não apenas os negros contam com menores níveis educacionais como, para eles, um dado nível educacional não se traduz em oportunidades de renda alta na mesma intensidade com que se traduz para os brancos. Por meio de exercícios de simulação, observou-se que, se os negros fossem tratados como brancos, mesmo com seus atuais níveis de escolaridade, a disparidade racial de riqueza seria substancialmente menor. No exercício com regressão logística, onde se retiram do negro todas as desvantagens diretamente associadas à cor, mantendo apenas suas desvantagens educacionais, verifica-se uma correção muito considerável da disparidade racial de riqueza, com a razão de probabilidades saindo de algo em torno de 14% para o entorno dos 40%, a depender da decisão sobre o grupo de referência nos exercícios de simulação. Trata-se, portanto, de uma redução ainda mais substancial que a que seria originada pela correção das desigualdades educacionais, que eleva a mesma razão de probabilidades para a casa dos 30%.

As simulações com a regressão linear são especialmente interessantes, pois permitem diferenciar o papel de mecanismos não observados de mediação do papel das condições diferenciais propriamente ditas, expressas pela contribuição exclusiva das diferenças em termos de coeficientes. Embora, nesse caso, haja alguma divergência entre os resultados segundo a escolha do grupo de referência, evidências sugerem que as condições para a conversão são ainda mais importantes que fatores não observados. Mais uma vez, reforça-se a ideia de que restrições mais diretamente associadas à condição racial assumem um papel crítico em se tratando da composição do grupo dos ricos. Apenas o fato de que um mesmo nível educacional e de experiência não se converte, para os negros, em oportunidades de riqueza na mesma intensidade que o faz para pessoas brancas, responde por uma grande porção da disparidade racial de riqueza.

A análise simultânea da disparidade de riqueza por raça e por gênero revelou padrões importantes no que se refere às mulheres negras. Primeiramente, em comparação ao que acontece com a desigualdade de renda em torno da média, há uma diferença na relação entre esses dois fatores de estratificação social no que se refere à disparidade de riqueza. O desconto da mediação educacional exerce, sobre a disparidade de riqueza, efeitos no mesmo sentido que os exercidos sobre a desigualdade em torno da média, aumentando a medida de desigualdade diretamente associada ao sexo e reduzindo aquela diretamente associada à condição racial. Contudo, no caso da disparidade de riqueza, não se observa uma inversão de ordem entre esses dois fatores. Mesmo descontadas, por um lado, as desvantagens educacionais dos negros e, por outro, as vantagens educacionais das mulheres, os efeitos de discriminação associados à raça permanecem equiparáveis aos associados ao gênero.

Quando se distinguem mulheres e homens brancos, assim como homens e mulheres negras, observa-se algo ainda mais interessante. Nesse caso, mesmo com o desconto da mediação educacional, mulheres brancas continuam em vantagem sobre os homens negros, sendo superadas apenas pelos homens brancos. Em seguida, vêm os homens negros, com probabilidades de riqueza sensivelmente menores que as das mulheres brancas, e, por último, as mulheres negras, com probabilidades de riqueza muito baixas. Essa disposição da disparidade de riqueza por gênero e raça tem relação com a distribuição das pessoas por áreas de formação superior. Para as mulheres brancas, isso se deve à combinação do um amplo acesso ao ensino superior com a distribuição desfavorável entre as áreas de formação. Nesse sentido, chama atenção a situação das mulheres negras que, mesmo com níveis muito menos expressivos de ingresso no nível superior, têm parte considerável de sua disparidade de riqueza mediada pela distribuição por áreas de formação. Isso indica que, no caso das mulheres negras, a concentração em áreas pouco afluentes é tão acentuada que já consegue surtir efeitos muito consideráveis, mesmo estando a principal barreira ainda no acesso ao nível

superior de ensino. O mesmo não vale para os homens negros, para os quais a distribuição por áreas de formação responde por uma porção relativamente pequena da mediação educacional da disparidade de riqueza.

Quanto às condições para a conversão da educação em oportunidades de integrar o grupo dos ricos, essas parecem mediar, prioritariamente, a disparidade de riqueza segundo o gênero, mas seu papel na mediação da disparidade racial de riqueza é ainda muito saliente, conforme já argumentado. Na verdade, o que se nota é que, perante as mulheres brancas, os homens negros apresentam menor dificuldade para converterem determinado nível educacional em chances de riqueza. Por outro lado, quando se trata da disparidade entre homens negros e homens brancos, os diferenciais, nessas condições, são muito mais importantes. A mulher negra, por seu turno, sofre franca desvantagem em termos dessas condições quer diante de homens brancos, quer diante de homens negros, quer, ainda, perante as mulheres brancas.

Observou-se, também, um padrão na desigualdade racial ao longo das áreas de formação. Quanto mais afluente uma área, menor a medida relativa de disparidade racial condicional a ela. Em outras palavras, para as formações mais afluentes, as razões de probabilidades de riqueza entre negros e brancos são mais próximas da unidade, expressando menor desigualdade. A formação superior de elite, portanto, tende a instaurar condições de competição um pouco mais equânimes ou, pelo menos, menos iníquas, entre negros e brancos. Isso é muito importante, pois quer dizer que a ação mediadora da formação superior sobre a disparidade racial pode ir na contramão do princípio de acomodação das relações raciais em posições de classe. Assim, embora a desigualdade educacional por áreas de formação medeie apenas uma porção moderada da disparidade racial de riqueza, a correção dessa desigualdade revela um grande potencial transformador. Se pessoas negras passam a frequentar mais massivamente o ensino superior, se distribuindo, em igualdade com os brancos, por cursos mais afluentes, há uma tendência especialmente forte à correção da disparidade racial de riqueza. Por outro lado, a concentração de

negros em áreas de formação menos afluentes é muito problemática, pois não são só pequenas as probabilidades de renda alta associadas a essa formação, como também mais desiguais entre negros e brancos.

A associação entre riqueza e poder revela padrões bastante distintos por grupos raciais. Medeiros (2005) observou uma forte interseção entre elites econômicas e elites políticas no Brasil. Nesse caso, o autor define como elite econômica o próprio grupo dos ricos. No presente caso, buscou-se definir um conjunto de segmentos de elite com base em títulos ocupacionais, a partir do critério do exercício de controle sobre instituições. Dentro dos limites da classificação ocupacional adotada pelo Censo, estabeleceu-se a diferença entre dois segmentos de elite política, três de elite econômica e um segmento referente à elite burocrática, representada pelo conjunto de dirigentes. Em todos esses segmentos, a proporção de negros é muito inferior à proporção de brancos. Contudo, dada a condição de rico, a proporção de negros varia substancialmente, de segmento a segmento, com relação à sua proporção no grupo dos ricos de maneira geral. Essa variação indica força ou fraqueza na associação entre riqueza e poder condicional à raça.

A definição de elite adotada é bastante abrangente, incluindo grupos que, em esquemas mais amplos de estratificação, quer neoweberianos, quer neomarxistas, seriam considerados pequena burguesia ou segmentos de classe média. Como se observou, se no contexto de um estudo sobre elites essa abrangência poderia ser questionável, no contexto de um estudo sobre a presença de negros nas elites, trata-se de um procedimento absolutamente justificável, em perfeita consonância com os estudos antecedentes, que procuram abarcar esses segmentos diante da presença irrisória, intratável do ponto de vista quantitativo, de negros nos círculos mais altos de poder.

É no segmento estatal das elites que os negros encontram a associação mais forte entre riqueza e poder. De modo muito interessante, a esfera política encerra também o segmento onde essa associação é a mais fraca: o da sociedade civil. É importante ressaltar que as desigualdades educacionais não medeiam de maneira

considerável as diferenças raciais no padrão de associação entre riqueza e poder. Ao mesmo tempo, não se dispõem aqui de informações sistemáticas sobre os processos subjacentes responsáveis pela diferenciação racial nesse padrão. Sendo assim, as interpretações apresentadas são necessariamente de caráter especulativo. O que se pode considerar é que a concorrência a cargos representativos no Estado tem aberto relativo espaço às camadas sociais mais baixas e que a discriminação racial pesa relativamente menos nesse espaço de abertura. Isso não quer dizer que esse segmento de elite seja racialmente igualitário. Como já dito, os negros são minoria nesse segmento, como em todos os outros. O que acontece é que a presença dos negros ricos nesse segmento é maior que a esperada, dada a sua sub-representação no grupo dos ricos como um todo.

Se essa interpretação está correta, então a fraquíssima associação entre riqueza e poder para os negros no âmbito da sociedade civil é algo muito significativo. As expectativas a respeito da sociedade civil organizada são justamente de uma maior permeabilidade social. Toda a teoria sobre democracia deliberativa depositou nesse segmento expectativas de uma capacidade de capilaridade social que o Estado não teria habilidade de tecer. O que se observa aqui é que, aos negros, essa capilaridade não abriu as portas de acesso aos círculos mais altos de poder no ambiente institucional formado por essas organizações. Essa interpretação tem que ser vista, contudo, com cautela, pois se trata de um agregado bastante heterogêneo de organizações, sem que se possa distinguir como a disparidade racial se comporta de acordo com subdivisões mais refinadas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder só é forte para os negros em se tratando da pequena burguesia, ou seja, para um grupo cujo poder econômico reside no exercício de controle sobre pequenas firmas. Entre os grandes proprietários, essa associação é fraca, mas é entre os executivos que se torna crítica. O alto escalão dos diretores-gerais e dos gerentes-gerais das empresas é especialmente impermeável à população de cor. Não apenas a discriminação racial pode responder por isso. É também razoável pensar que, para essas posições, o capital social seja

especialmente relevante enquanto meio de acesso. Trata-se de cargos onde a confiança assume um papel crítico e o acesso a redes de relações sociais constituem um importante mecanismo de formação de relações de confiança. Embora a qualificação seja fundamental para esses cargos, é possível que essa seja mais um pré-requisito do que um fator que determine a escolha por determinada pessoa. A relativa ausência de negros em círculos sociais de alto status implicaria, portanto, uma barreira especial ao acesso a esse segmento de elite. À medida que a discriminação racial afeta também o acesso a essas redes de contato, ela passa a ter um impacto indireto sobre a permeabilidade desse segmento aos negros, além do efeito provavelmente exercido de maneira não mediada, por ocasião das interações mais diretas de definem o ingresso. Em outras palavras, a discriminação e o capital social podem ser vistos como explicações concorrentes para a rara presença de negros nesse segmento de elite, mas podem também encerrar mecanismos cúmplices: o preterimento social em razão da raça compromete a formação desse tipo de capital, tornando-o, utilizando o termo de Hasenbalg, parte das desvantagens raciais cumulativas.

Quando se considera a interação entre raça e gênero, observa-se que a saliência desses dois critérios se altera de acordo com os segmentos de elite. Entre os grandes empregadores, a clivagem por sexo é mais saliente. Homens ricos têm maior probabilidade de pertencerem a esse segmento do que mulheres ricas, independentemente da raça. Por outro lado, mulheres brancas perdem para homens brancos, e as mulheres negras perdem para os homens negros. Já entre os executivos, a clivagem por condição racial é muito mais saliente. Os brancos estão acima dos negros, independentemente do sexo. Além disso, o padrão é muito mais nítido, com diferenças relativamente mais dilatadas entre as probabilidades associadas aos quatro grupos. Os homens brancos aparecem bem acima dos outros grupos, as mulheres brancas os seguem bem abaixo, depois, vêm os homens negros também bem abaixo e, isoladas no último lugar, as mulheres negras. No segmento dos pequenos empregadores, nota-se algo diferente: homens negros lideram, seguidos pelas mulheres brancas. Depois, vêm os homens brancos e, por último, as mulheres negras. Ao que parece,

esse segmento é permeável a grupos dominados: aos homens negros, que são dominados em razão da cor, e às mulheres brancas que são dominadas em razão da condição de gênero. Porém, barreiras parecem se impor às mulheres negras. Trata-se, portanto, de um caso muito interessante de interação entre raça e sexo. As barreiras só parecem surgir quando os dois critérios são simultâneos.

A política é o único segmento em que a mulher negra não é a última colocada em termos da associação entre riqueza e poder. Mais uma vez, é preciso afirmar que isso não significa que elas não sejam o grupo menos representado no segmento estatal da elite rica. Pelo contrário, elas são, de longe, o grupo menos representado. Contudo, se em todos os outros segmentos de elite sua representação é ainda menor que sua representação entre os ricos de maneira geral, no segmento estatal, essa representação é levemente maior. O interessante é que, ainda assim, para as mulheres negras, existe uma associação menor em comparação aos homens negros, embora, para as mulheres brancas, a associação seja mais forte que para os homens brancos. Assim, mesmo no segmento da elite relativamente mais aberto aos grupos dominados, algo ainda opera em desvantagem exclusiva da mulher negra, indicando, mais uma vez, que a presença simultânea das desvantagens por raça e por gênero constitui também uma desvantagem sui generis.

No segmento da sociedade civil, a clivagem racial é a mais saliente. Homens e mulheres brancas estão muito acima do conjunto dos homens e das mulheres negras. A clivagem por sexo ocorre da maneira esperada, com as mulheres em desvantagem em relação aos homens nos respectivos grupos raciais. Com os burocratas, acontece o mesmo, mas a saliência da clivagem racial não é tão gritante quanto no caso da sociedade civil.

De maneira geral, destaca-se a fraqueza da associação entre riqueza e poder para os negros em geral, mas muito especialmente para as mulheres negras. Os homens negros parecem ser beneficiados por processos subjacentes que tornam a associação entre riqueza e poder mais forte para homens de maneira geral. Já as mulheres negras não parecem ser beneficiadas pela presença de processos que fortalecem a

associação entre raça e poder para pessoas negras e para mulheres. Elas só parecem relativamente beneficiadas quando se tem simultaneamente uma abertura por sexo e por raça, que é o caso exclusivo do segmento estatal das elites políticas.

Na esfera econômica, a associação entre riqueza e poder é, em geral, muito fraca para as pessoas negras, especialmente para as mulheres. A relativa abertura no segmento dos pequenos empregadores não significa muito, pois se trata de um segmento cuja fonte de poder é o controle sobre pequenas firmas. Quanto às posições de maior poder, a posição de executivo é especialmente impermeável às pessoas de cor. Como há evidências de que desigualdades educacionais não medeiam de modo considerável esses padrões de associação entre riqueza e poder, resta admitir que existem processos subjacentes, tanto discriminatórios quanto referentes à origem social, responsáveis por essas diferenças observadas. É, sobretudo, uma tarefa para estudos futuros, de caráter qualitativo, uma caracterização pormenorizada dos mecanismos que produzem essas disparidades de ingresso. Com base nesse tipo de resultado, pesquisas em mais larga escala poderiam ser desenhadas, permitindo que se mensure o peso relativo de cada mecanismo.

Como observação final, é preciso notar que combate à desigualdade racial e combate à desigualdade de renda, de maneira geral, são coisas diferentes, embora estejam relacionadas. Isso foi visto por meio de uma bateria de simulações com o Índice de Theil. Lembre-se do cenário que reflete o que aconteceria com a desigualdade total graças à redução ou ao virtual desaparecimento da disparidade racial de riqueza. Trata-se daquele em que a distribuição de renda entre os negros assume forma semelhante à distribuição de renda entre os brancos. Nesse cenário, haveria também uma redução da desigualdade de nível de renda entre os dois grupos, graças à maior participação dos negros nos estratos de alto rendimento. Não obstante, em tal situação, o impacto sobre a distribuição total seria, na verdade, um aumento na desigualdade de renda. Aumento esse que seria, contudo, suavizado pela redução ou pelo virtual desaparecimento da desigualdade entre as rendas médias dos grupos raciais. Em outras palavras, embora a correção da disparidade racial de riqueza

implique em um componente de redução da desigualdade de renda em geral, prevaleceria, tudo mais constante, o impacto de uma distribuição mais desigual no interior do grupo dos negros. Eliminar a disparidade racial de riqueza constitui, portanto, uma meta que não se confunde totalmente com o combate à desigualdade de renda em geral. O combate à desigualdade com foco na redução do desemprego, da pobreza ou na elevação da renda das pessoas relativamente mais pobres pode reduzir conjuntamente a desigualdade racial de renda e a desigualdade de renda total. Já o aumento da representatividade dos negros no grupo dos ricos precisa ser enfrentando enquanto um fim em si mesmo. Trata-se aí de algo que se refere estritamente à iniquidade racial.

Referências

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo* (1988-1998). Bauru, SP: EDUSC, 1998.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, v. 50, nº 3, 2007.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira*: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. São Paulo: Nacional, 1955.

BUAUER, T. *An extension of the Blinder-Oaxaca decomposition to non-linear models*. Essen: RWI, 2006.

BICUDO, V. L.; MAIO, M. (org.). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.* São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 177-200, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction*: a social critique of the judgement of taste. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1984.

BRIMMER, Andrew F. Income, wealth, and investment behavior in the black community. *The American Economic Review*, v. 78, n. 2, p. 151-155, 1988.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n.n2, p. 185-210, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano. 2003. p. 49-58.

CARVALHO, A. P.; NÉRI, M.; NASCIMENTO SILVA, D. B. *Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil*: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

COLLINS, Sharon M. The making of the black middle class. *Social problems*, v. 30, n.4, p. 369-382, 1983

COLLINS, Sharon M. The marginalization of black executives. *Social problems*, v. 36, n.4, p. 317-331, 1989.

CONCEIÇÃO, P.; FERREIRA, P. *The young person's guide to the Theil Index:* suggesting intuitive interpretations and exploring analytical applications. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2000.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raça em uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

COTTON, Jeremiah. On the decomposition of wage differentials. *The Review of Economics and Statistics*, p. 236-243, 1988.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1974.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELER, Carl N. *Neither black nor white*. New York: Macmillan, 1971.

DE LUCA, Tania Regina. *A revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUBOIS, W. E. B. (ed.). *The Negro in business*. Atlanta, GA: Atlanta University, 1971.

DU BOIS, W.E.B. *The Negro*. University of Pennsylvania Press, 1915.

DUNCAN, B.; DUNCAN, O. D. Minorities and the process of stratification. *American Sociological Review*, v. 33, n. 3, p. 356-364, 1968.

DUNCAN, O. D. Patterns of occupational mobility among Negro men. *Demography*, v. 5, n.1, p. 11-22, 1968.

DUNCAN, O. D. How destination depends on origin in the Occupational Mobility Table. *American Journal of Sociology*, v. 84, n. 4, p. 793-803, 1979.

DUTCHER, D. *The Negro in modern industrial society*: an analysis of changes in the occupations of Negro workers, 1910-1920. Lancaster, Pennsylvania, 1930.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class Mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. *The British Journal of Sociology*, v. 30, n. 4, v. 415, 1979.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FAIRLIE, Robert W. The absence of the African-American owned business: an analysis of the dynamics of self-employment. *Journal of Labor Economics*, v. 17, n. 1, p. 80-108, 1999.

FEATHERMAN, D. L.; HAUSER, R. M. Changes in the socioeconomic stratification of the races, 1962-73. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 3, p. 621-651, 1976.

FEATHERMAN, D. L.; LANCASTER JONES, F.; HAUSER, R. M. Assumptions of social mobility research in the U.S.: the case of occupational status. *Social Science Research*, v. 4, n. 4, p. 329-360, 1975.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 1965.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público*: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

FERREIRA, Marcelo C. Permeável, ma non troppo: a mobilidade social em setores de elites, Brasil-1996. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 141-160, 2001.

FRAZIER, Edward F. *The Negro family in the United States*. New York: Dryden Press, 1951.

FRAZIER, Edward F. *Black bourgeoisie*. Glencoe, Ill: Free Press, 1957.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: Decadencia do patriarchado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GANZEBOOM, H. B. G.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. *Social Science Research*, v. 21, n. 1, p. 1-56, 1992.

GIBBONS, S.; OVERMAN, H.; PELKONEM, P. *The decomposition of variance into individual and group components with an application to area disparities*. London: LSE, 2012.

GOLDTHORPE, John H. Rent, class conflict, and class structure: a commentary on sorenson. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1.572-1.582, 2000.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HAAN, P. Much ado about nothing: conditional logit vs. random coefficient models for estimating labour supply elasticities. *Applied Economics Letters*, v. 13, n. 4, p. 251-256, 2006.

HAREL, O.; ZHOU, X.-H. *Multiple imputation*: review of theory, implementation and software. 2006.

HARRIS, Abram L. *The Negro as capitalist*: a study of banking and business among American Negroes. College Park, Md: McGrath Pub. Co, 1936.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil.* In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 27 a 31 de outubro de 1998.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n. 73, 1990.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, p. 57-65, 2002.

HINE, D. C. Black Professionals and Race Consciousness: Origins of the Civil Rights Movement, 1890-1950. *The Journal of American History*, v. 89, n. 4, p. 1.279-1.294, 2003.

HOETKER, Glenn. The use of logit and probit models in strategic management research: Critical issues. *Strategic Management Journal*, v. 28, n. 4, p. 331-343, 2007.

HUTCHINSON, Harry. Race relations in a rural community of Bahian reconcavo. *In*: WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. 1972.

JUHN, C.; MURPHY, K. M.; PIERCE, B. Wage inequality and the rise in returns to skill. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 3, p. 410-442, 1993.

KEITH, V. M.; HERRING, C. Skin tone and stratification in the black community. *American Journal of Sociology*, v. 97, n. 3, p. 760-778, 1991.

KITAGAWA, E. M.; HAUSER, P. M. Education differentials in mortality by cause of death: United States, 1960. *Demography*, v. 5, n. 1, p. 318-353, 1968.

KOENKER, Roger. *Quantile regression*. Cambridge University Press, 2005.

LANDIM, Leilah (org). *Ações em sociedade*: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LANDRY, B.; MARSH, K. The evolution of the new black middle class. *Annual Review of Sociology*, v. 37, n. 1, p. 373-394, 2011.

LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *Dados*, v. 50, n. 3, 2007.

LIN, Ting H. A comparison of multiple imputation with EM algorithm and MCMC method for quality of life missing data. *Quality & Quantity*, v. 44, n. 2, p. 277-287, 2010.

MADDOX, K. B. Perspectives on racial phenotypicality bias. *Personality and Social Psychology Review*, v. 8, n. 4, p. 383-401, 2004.

MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (org.). *Raça como retórica*: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987-2001). *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-27, 2006.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos*: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, 2005.

MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. Educação e rendimentos dos ricos no Brasil. *Dados*, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F. *The rich, the affluent and the top incomes*. Current Sociology, 2014.

MILLS, C. Wright. *The power elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

MOSCA, G.; KAHN, H. D.; IN LIVINSTON, A. *The ruling class*: elementi di scienza politica. New York: McGraw-Hill Book Company, 1939.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MYRDAL, Gunnar. *An American dilemma*. New Jersey: Transaction Publishers, 1944.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca*: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1950.

NORTON, E. C.; WANG, H.; AI, C. Computing interaction effects and standard errors in logit and probit models. *Stata Journal*, v. 4, n. 2, p. 54-167, 2004.

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. V. A desigualdade no “topo”. Empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 2, p. e87-e109, 2016.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.

OAXACA, R. L.; RANSOM, M. R. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, v. 61, n. 1, p. 5-21, 1994.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In*: THEODORO, Mário. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:* 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 65-96.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE*. Brasília: Ipea, 2003.

PARETO, V.; LIVINGSTON, A. *The mind and society*: a treatise on general sociology. New York: Dover, 1963.

PARK, Robert. The nature of race relations. *In*: BACK, L.; SOLOMOS, J. (org.). *Theories of race and racism*: a reader. Rutledge, 2000.

PEICHL, A.; SCHAEFER, T.; SCHEICHER, C. Measuring richness and poverty: a micro data application to Europe and Germany. *Review of Income and Wealth*, v. 56, n. 3, p. 597-619, 2010.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia*: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

PYATT, Graham. On the interpretation and disaggregation of Gini coefficients. *The Economic Journal*, v. 86, n. 342, p. 243-255, 1976.

QUARLES, Benjamim. *The Negro in the making of America*. New York: Collier Books, 1969.

RAMOS, Arthur. *Las poblaciones del Brasil*. México: Fondo de cultura económica, 1944.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*: negro brasileiro III. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

RANSFORD, H. Edward. Skin color, life chances, and anti-white attitudes. *Social Problems*, v. 18, n. 2, p. 164-179, 1970.

REUTER, Edward. B. *The mulatto in the United States*: including a study of the role of mixed-blood races throughout the world. New York: Negro Universities Press, 1969.

RIBEIRO, Carlos A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

SANTOS, José A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005a.

SANTOS, José A. F. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005b.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. *Dados*, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v. 1, n. 1, p. 61-77, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHANAHAN, M. J.; PORFELLI, E. Integrating the life course and life-span: formulating research questions with dual points of entry. *Journal of Vocational Behavior*, v. 61, n. 3, p. 398-406, 2002.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e processo de realização socioeconômica. *In*: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (org.). *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Edições Vértice, 1988. p. 144-163.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e mobilidade ocupacional. *In*: PASTORE, J.; SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

SOARES, Sergei S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Ipea, 2000.

SORENSEN, A. B. Toward a sounder basis for class analysis. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1.523-1.558, 2000.

SOROKIN, P. A. Estratificación Ocupacional. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 16, n. 1, p. 103-136, 1954.

SOUZA, P. F.; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Inequality of opportunities in Brazil: considerations on class, education, and race. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 77-100, 2010.

STAFF, J.; MORTIMER, J. T. Educational and work strategies from adolescence to early adulthood: consequences for educational attainment. *Social Forces*, v. 85, n. 3, p. 1.169-1.194, 2007.

STOWE, Harriet Beecher. *Uncle Tom's cabin*. Broadview Press, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira:* uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TELLES, E. E.; LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. *Demography*, v. 35, n. 4, p. 465-474, 1998.

THE NEGRO handbook. Chicago: Johnson Pub. 1966.

THEIL, H. The measurement of inequality by components of income. *Economics Letters*, v. 2, n. 2, p. 197-199, 1979.

THOMAS, M. E. Race, class, and personal income: an empirical test of the Declining Significance of Race Thesis, 1968-1988. *Social Problems*, v. 40, n. 3, p. 328-342, 1993.

THOMAS, M. E.; HUGHES, M. The continuing significance of race: a study of race, class, and quality of life in America, 1972-1985. *American Sociological Review*, v. 51, n. 6, p. 830-841, 1986.

TREIMAN, Donald J. *Quantitative data analysis*: doing social research to test ideas. Jossey-Bass, 2010.

WAGLEY, Charles. *Race and Class in Brazil Rural*. New York: Columbia University Press, 1952.

WARNER W. Lloyd; DAVIS, Allison. A comparative study of American caste. *In*: THOMPSON, E. T. (ed.). *Race relations and the race problem:* a definition and an analysis. Durham, N.C: Duke University Press, 1939.

WARREN, John R. Reconsidering the relationship between student employment and academic outcomes: a new theory and better data. *Youth & Society*, v. 33, n. 3, p. 366-393, 2002.

WASHINGTON, Booker T. *The Negro problem:* a series of articles representative American Negroes of to-day. Charlottesville, Va: University of Virginia Library, 1903.

WEBER, M. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WILLIE, C. V. The inclining significance of race. *Society*, v. 15, n. 5, p. 10, 1978.

WILSON, W. J. The declining significance of race. *Society*, v. 15, n. 5, p. 11, 1978.

WRIGHT, Erik O. Class and occupation. *Theory and Society*, v. 9, n. 1, p. 177-214, 1980.

WRIGHT, Erik O. Class, exploitation, and economic rents: reflections on Sorenson's "Sounder Basis". *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 6, p. 1.559-1.571, 2000.

YUN, Myeong-Su. Wage differentials, discrimination and inequality: a cautionary note on the Juhn, Murphy and Pierce Decomposition Method. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 56, n. 1, p. 114-122, 2009.

O negro no mundo dos ricos

um estudo sobre a disparidade racial de riqueza com os dados do Censo 2010

O negro no mundo dos ricos é produto de pesquisa de doutorado realizada na Universidade de Brasília, com apoio do CNPq, e na University of Illinois at Urbana Champaign, com apoio da Capes. O livro utiliza os dados do último Censo Demográfico brasileiro para identificar padrões na desigualdade de renda entre negros e brancos no Brasil, dando ênfase ao grupo dos 1% mais ricos da população. Com isso, o trabalho pretende lançar novas luzes sobre o estudo da desigualdade racial de renda no Brasil, que tem dado enfoque a diferenças na média dos rendimentos ou na composição racial das faixas mais pobres da população. A intenção das análises é identificar, a partir de uma série de exercícios estatísticos, o papel desempenhado, de um lado, por processos de discriminação racial e, do outro, pelas desigualdades educacionais entre negros e brancos, inclusive em termos de área de formação superior, na determinação das desigualdades observadas na composição do grupo dos ricos. Destacando as interações entre condição racial e condição de gênero, o livro traz também um diagnóstico sobre as situações enfrentadas, especificamente, pelas mulheres negras.

EDITORA
UnB

ISBN 978-85-230-0992-2